



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
METODOLOGIA DO PROJETO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPU)**

MARINALVA DOS REIS BATISTA

**OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO E O CRESCIMENTO DA FORMA
URBANA DE CAMPO MOURÃO-PR, DA DÉCADA DE 1940 A 1970**

**MARINGÁ
MARÇO/2014**

**OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO E O CRESCIMENTO DA FORMA
URBANA DE CAMPO MOURÃO-PR, DA DÉCADA DE 1940 A 1970**

MARINALVA DOS REIS BATISTA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. FABÍOLA CASTELO DE SOUZA CORDOVID

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Metodologia de Projeto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

**MARINGÁ
MARÇO/2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

B333c Batista, Marinalva dos Reis
Os caminhos do desenvolvimento e o crescimento da
forma urbana de Campo Mourão-PR, da década de 1940 a
1970 / Marinalva dos Reis Batista. -- Maringá, 2014.
164 f. : il. color., figs., tabs., mapas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fabíola Castelo de Souza
Cordovil.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Programa de Pós-Graduação em Metodologia de Projeto
de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

1. Desenvolvimento e crescimento urbano - Campo
Mourão (PR). 2. Legislação urbanística. 3. Agentes
produtores da cidade. 4. Gestão municipal - Campo
Mourão (PR), 1940-1970. I. Cordovil, Fabíola Castelo
de Souza, orient. II. Universidade Estadual de
Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Programa de Pós-Graduação em Metodologia de Projeto
de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 21.ed. 711.4098162

ECSL-001563



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA

**OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO E O
CRESCIMENTO DA FORMA URBANA DE CAMPO
MOURÃO-PR., DA DÉCADA DE 1940 A 1970**

Autora: Marinalva dos Reis Batista
Orientadora: Profª Drª Fabíola Castelo de Souza Cordovil

TITULAÇÃO: Mestre em Metodologia de Projeto de Arquitetura e
Urbanismo

APROVADA em 26 de março de 2014.

Profª Drª Tânia Maria Fresca

Prof. Dr. André Augusto de Almeida Alves

Profª Drª Fabíola Castelo de Souza Cordovil
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a minha orientadora Profa. Dra. Fabíola Castelo de Souza Cordovil, que mais que orientar esta pesquisa, muitas vezes pegou em minha mão e ensinou o caminho.

Aos professores Profa. Dra. Tânia Maria Fresca e Prof. Dr. André Augusto de Almeida Alves que estiveram presente na minha banca de qualificação e colaboraram com colocações pertinentes a esse trabalho e que foram utilizadas na fase final dessa pesquisa.

Aos professores das disciplinas realizadas no primeiro ano de mestrado

Da Universidade Estadual de Maringá:

Ao Prof. Dr. André Augusto de Almeida Alves, pelos ensinamentos na disciplina “Historiografia da arquitetura moderna brasileira”.

À Profa. Dra. Fabíola Castelo de Souza Cordovil, pelos ensinamentos na disciplina “Ordenamento territorial: instrumentos, agentes e métodos”.

À Prof. Dr. Renato Leão Rego, pelos ensinamentos na disciplina “Difusão de modelos e ideias em arquitetura e urbanismo e Seminários de desenvolvimento da pesquisa”.

E da Universidade Estadual de Londrina:

À Profa. Dra. Ercília Hitomi Hirota, pelos ensinamentos na disciplina “Metodologia de Pesquisa Aplicada à Arquitetura e ao Urbanismo”.

À Profa. Dra. Milena Kanashiro, pelos ensinamentos nas disciplinas “Morfologia urbana e organização espacial e Seminários de desenvolvimento da pesquisa”.

Ao professor Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade da USP pelos ensinamentos na disciplina Cidade Jardim: teorias e realizações.

Aos professores Profa. Dra. Ângela Endlich e ao Prof. Dr. Cezar Miranda Mendes pelos ensinamentos na disciplina Tópicos especiais em Geografia.

À CAPES pela bolsa concedida durante o período de vigência do Mestrado.

À Karla Graciele Klippel da Silva, Dione Clei Valério da Silva e Jaqueline S. U. Silva, Jair Elias dos Santos Junior e Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campo Mourão.

À Lucineia da Secretaria de Planejamento de Campo Mourão pelos documentos e arquivos concedidos.

Aos funcionários do Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira.

À Sidival Calderan, pela ajuda na confecção dos mapas.

Edna Slomp, Edson Battilani, José de Andrade Jacomel e Renato Fernandes Silva pelas entrevistas concedidas.

À Mireli Carolina Werneque Jacomel, que fez as correções gramaticais e ortográficas e contribuiu com dicas preciosas para a finalização da dissertação.

Ao meu esposo, companheiro e amigo Célio José Werneque Jacomel.

À toda minha família e amigos que me apoiaram e torceram para a concretização dessa dissertação.

Muito Obrigado!

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é analisar e discutir os caminhos do desenvolvimento e o crescimento da forma urbana de Campo Mourão-PR, enfocando os agentes e a legislação urbanística participantes desse processo. A pesquisa sobre a cidade de Campo Mourão procura apresentar uma síntese geohistórica que vai da década de 1940 a década de 1970. Para esse entendimento da cidade destacamos o método miltoniano de análise do espaço - que procura entender a organização espacial através das categorias estrutura, função, forma e processo, - tecendo considerações acerca da organização espacial urbana, compreendendo os agentes produtores da cidade e, além disso, discorrendo sobre a municipalidade, como: os principais feitos dos gestores municipais, as legislações urbanísticas que também visam à organização espacial, bem como, demais leis que são norteadoras para estruturar a cidade. A paisagem foi pensada nessa pesquisa como a relação dialética entre as categorias de análise de Milton Santos. Até os anos 1950, o estado atua com maior vigor no parcelamento, até mesmo porque a cidade está sendo criada. Na década de 1960, ocorre uma grande virada, tem-se o investimento maciço da classe média levando adiante a expansão urbana, inclusive nas décadas posteriores. No meio agrícola, principalmente na década de 1960, a função principal do município era de fornecer madeira para o estado. Na década de 1970, vemos a mudança nessa função, o município passa a produzir grãos, da mesma maneira que muitos dos municípios do Estado do Paraná. A dinâmica econômica e a estrutura da cidade à colocou como o polo regional pois, também passou a se destacar no setor terciário e no secundário, conforme dados explicitados. E, inclusive, passou a controlar a produção agrícola na sua região ainda mais com a fundação da Cooperativa Coamo. Podemos considerar que se não tivesse ocorrido essa mudança na função do município a cidade de Campo Mourão não teria a importância que tem hoje dentro da rede de cidades do norte paranaense, especialmente, para sua microrregião geográfica. A estrutura da cidade de Campo Mourão no final da década de 1970, é similar as cidades mais desenvolvidas do norte do Paraná, apresentando atividades econômicas sólidas tanto no campo como na cidade, embora ainda incipiente, fecha-se um ciclo de consolidação do núcleo urbano que servirá de base para o desenvolvimento futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Legislação Urbanística. Agentes produtores da cidade. Método Miltoniano. Expansão da forma urbana. Campo Mourão.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze and discuss the ways of the development and growth of the urban form of Campo Mourão-PR; focusing on agents and the urban legislation that participate of this process. The research about Campo Mourão aims to present a geographic-historic synthesis between the decades of 1940 and 1970. For this understanding of the city, we highlighted Milton's Method of analysis of space - that seeks to understand the spatial organization across the categories: structure, function, form and process - with considerations about urban spatial organization, comprehending the producing agents from urban space. Moreover, we look up to discuss the municipality, through the main achievements of municipal management and urban planning laws, that also aim to spatial organization as well as the other laws that are guiding the structuring of the city. In this research, the landscape was thought as the dialectical relationship between the categories of analysis of Milton Santos. Until the 1950s, the state acts with greater force on the installment plan, even as the city is being created. In the 1960s, a big upset occurs; there is the massive investment of the middle class lunched urban sprawl, even in the later decades. In the agricultural environment, especially in the 1960s, the main function of the municipality was to provide wood for the state. In the 1970s, we see the change in this function. The municipality starts producing grains, the same way as many of the municipalities of Paraná. The economic dynamics and structure of the city as the regional hub also started to highlight itself in the tertiary and the secondary sector as explicit data. And it even took control of agricultural production in their region further with the founding of the Cooperative Coamo. We can consider that if this change had not occurred in the function of Campo Mourão being a country town, it would not have the importance it has today in the northern cities of Paraná network, especially for its geographic micro region. The structure of Campo Mourão in the late 1970s is similar to the most developed cities in the north of Paraná; showing strong economic activities in the countryside or in the city. Although still nascent, it closes a cycle of consolidation of the urban core, that will serve as the base for a future development.

KEYWORDS: Urban development legislation. Producing agents in the city. Milton's Method. Expansion of urban form. Campo Mourão.

LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional da Habitação.

COAMO – Cooperativa Agroindustrial Mourãoense.

CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná.

CURA – Comunidade Urbana Para Recuperação Acelerada

CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná.

CTNP/CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná -

CNPU – Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas.

CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

DEOE – Departamento de Edificações e Obras Especiais (DEOE)

GERCA- Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

MNRU – Movimento Nacional pela Reforma Urbana

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Situação dos municípios da microrregião geográfica de Campo Mourão – 1980.	58
Quadro 02: Uso das terras e estabelecimentos agrícolas nos municípios da microrregião	58
Quadro 03: Principais produtos agrícolas produzidos nos municípios da microrregião geográfica de Campo Mourão – 1980	59
Quadro 04: Principais produtos pecuários produzidos nos municípios da microrregião geográfica de Campo Mourão – 1980.....	59
Quadro 05: População economicamente ativa (setores 1950-1960).....	84
Quadro 06: Área cultivada zona rural em Campo Mourão 1960	106
Quadro 07: área cultivada zona rural em Campo Mourão 1960.....	106
Quadro 08: situação do trabalho na zona rural em Campo Mourão 1960.....	106
Quadro 09: produto interno bruto do município de Campo Mourão de 1949/1980.....	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Dinâmica populacional dos municípios desmembrados de Campo Mourão.	79
Tabela 02: Situação do setor de comércio e serviços	84
Tabela 03: Principais produtos anualmente produzidos em Campo Mourão – PR (1950-1960).	85
Tabela 04: Bairros loteados na década de 1950.....	89
Tabela 05: Disponibilidade de solo rural em Campo Mourão 1966-1967.....	105
Tabela 06: Bairros loteados na década de 1960.....	111
Tabela 07: Situação geral das categorias de trabalhadores rurais 1970/1980	128
Tabela 08: Distribuição dos estabelecimentos agrícolas por módulos fundiários - 1970/1975/1980.	128
Tabela 09: Utilização das terras (em hectares) e número de estabelecimentos, por classe de atividade econômica - 1975/1980.....	139
Tabela 10: Principais produtos anualmente produzidos em Campo Mourão – PR (1950-1980).	130
Tabela 11: Área colhida (ha) 1973 a 1980	131
Tabela 12 - Campo Mourão: força animal e mecânica utilizada nas lavouras e pastagens plantadas- 1970/1975/1980	132
Tabela 13: Situação geral dos Domicílios em Campo Mourão	132
Tabela 14: Situação do setor de comércio e serviços 1950/1960/1970/1980.....	134
Tabela 15: Censo comercial e industrial do município de Campo Mourão, 1975.	135
Tabela 16: Bairros loteados na década de 1970.....	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: População economicamente ativa total 1960/1980	104
Gráfico 02: Década de 1970/1980 transição do rural para o urbano	131
Gráfico 03: Dinâmica Populacional de Campo Mourão de 1950-1980	132
Gráfico 04: IDH de Campo Mourão-PR de 1970 a 1991	133
Gráfico 05: População economicamente ativa rural/urbana em Campo Mourão-Pr, 1970-1980	134

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Cidades do Norte do Paraná, 1960.....	42
Figura 02: José Arana (Pioneiro) e Padre Católico Luiz Kump na Década 40 percorrendo a região de Campo Mourão para celebrar missas.	51
Figura 03: Campo Mourão - Década de 1940 (ano da foto 1944).....	51
Figura 04: Localização do Município de Campo Mourão.....	54
Figura 05: Microrregião geográfica de Campo Mourão.....	57
Figura 06: Primeira casa construída em Campo Mourão, 1903.	35
Figura 07: Casa de sapé de João Bento em Campo Mourão, na região do Parque Municipal, 1905.	63
Figura 08: Casa de comércio, 1936.	63
Figura 09, 10, 11: Expedição de Edmundo Mercer, João Bento e Coelho Jr. Década de 1920.....	65
Figura 12: Paraná 1938. Com indicação de Campo Mourão.....	66
Figura 13: Campo Mourão década de 1940. Com o Instituto Santa Cruz.....	67
Figura 14: Campo Mourão década de 1940. A Igreja São José construída em 1942.	68
Figura 15: Planta do patrimônio de Campo Mourão, 1943.	70
Figura 16: Rua Brasil em 1948.....	71
Figura 17: Aerofoto de campo mourão em 1953.....	74
Figura 18: Campo Mourão no Município Guarapuava.	76
Figura 19: Campo Mourão no Município de Pitanga.	77
Figura 20: Campo Mourão em 1947. Emancipado de Pitanga.....	77
Figura 21: Organograma dos desmembramentos municipais.	78
Figura 22: A Praça Getúlio Vargas, 1959.	87
Figura 23: Caminhão carregado com madeira, 1956.....	88
Figura 24: Projeto Jardim Lar Paraná 1959.....	91
Figura 25: Campo Mourão encontra-se em um ponto especial, pois é o ponto de encontro de quatro importantes rodovias sendo elas: a rodovia 369, a rodovia 272, a rodovia 158 e a rodovia 487.....	92
Figura 26: Campo Mourão, Av. John Kennedy, 1958.....	94
Figura 27: Solenidade com a ligação da energia elétrica com a presença do governador Moysés Lupion Campo Mourão década de 1950.	98
Figura 28: Instalação da rede elétrica em Campo Mourão década de 1950.....	99
Figura 29: Estação Aeroviária Cel. Geraldo Ghia de Aquino (1953).	99

Figura 30: A Catedral São José 1955. Nota-se a construção da nova igreja em andamento nos fundos da atual.....	100
Figura 31: Implantação da usina 1950.....	107
Figura 32: Fases de implantação da usina, 1958.	107
Figura 33: Funcionamento da Usina Hidrelétrica Mourão, 1964.....	108
Figura 34: Demonstra a distância entre a cidade de Campo Mourão com a Usina Hidrelétrica Mourão.	108
Figura 35: Rua Brasil nas proximidades da Avenida Capitão Índio Bandeira no início da década de 1960.	113
Figura 36: Início da implantação asfáltica em 1960.....	113
Figura 37: Av. Capitão Índio Bandeira final da década de 1960	114
Figura 38: Área central de Campo Mourão no final do decênio de 1960.	115
Figura 39: Estacionamento da Raia de cavalos, 1946.	116
Figura 40: Praça Getúlio Vargas, 1967.	116
Figura 41: Rua Brasil no entro de Campo Mourão – PR, 1969.....	116
Figura 42: Desfile de 10 de Outubro no centro da cidade, na av. Cap. Índio Bandeira, 1967.117	
Figura 43: Rodoviária em 1964.....	118
Figura 44 e 45: Rodoviária em 1967.	119
Figura 46: Avenida John Kennedy em 1964 recebendo instalações de rede de esgoto e asfalto. Nesse mesmo ano o vereador Augustinho Vecchi apresentou projeto de lei mudando a denominação da Avenida Federal para Avenida Presidente John Kennedy	121
Figura 47: Aerofoto do Parque Industrial.....	136
Figura 48: Instalações da COAMO em Campo Mourão, 1970.	137
Figura 49: Imagem aérea de Campo Mourão em 1970.	138
Figura 50: Final da década de Campo Mourão em 1970.....	138

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Planta urbana de Campo Mourão na década de 1940.	69
Mapa 02: Planta urbana de Campo Mourão na década de 1950.	90
Mapa 03: Mancha urbana da cidade de Campo Mourão, 1950-2007.....	95
Mapa 04: Planta urbana de Campo Mourão na década de 1960.	110
Mapa 05: Planta urbana de Campo Mourão na década de 1970.	141

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
ABSTRACT	5
LISTA DE SIGLAS	6
LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE GRAFICOS.....	9
LISTAS DE FIGURAS.....	10
LISTAS DE MAPAS.....	13
LISTAS DE MAPAS.....	13
1 INTRODUÇÃO A PESQUISA:	15
1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA	16
1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2 OS DEBATES E CONCEITOS PERTINENTES:	21
2.1 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE: FORMA, FUNÇÃO, ESTRUTURA E PROCESSO.....	21
2.2 AGENTES PRODUTORES DA CIDADE	27
2.3 A RENDA DA TERRA	31
2.4 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	35
3 BREVE HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO:....	41
3.1 ECONOMIA E OCUPAÇÃO	41
3.2 A CONFIGURAÇÃO DO URBANO E A SITUAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO..	49
3.3 CAMPO MOURÃO E SUA MICRORREGIÃO	54
4. A GÊNESE DA CIDADE:	61
4.1 DINÂMICA DOS DESMEMBRAMENTOS	74
5 DÉCADA DE 1950:	83
5.1 DINÂMICA ECONÔMICA E POPULACIONAL.....	83
5.2 OS PRIMEIROS BAIRROS: O INÍCIO DA EXPANSÃO DA FORMA URBANA...	86
5.3 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E GESTÃO MUNICIPAL.....	96
6 DÉCADA DE 1960:	104
6.1 DINÂMICA ECONÔMICA E POPULACIONAL	104
6.2 EXPANSÃO DA FORMA URBANA E TRANSFORMAÇÃO NA PAISAGEM	109
6.3 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AS GESTÕES MUNICIPAIS	119
7 DÉCADA DE 1970: A TRANSIÇÃO DO RURAL PARA O URBANO	127
7.1 DINÂMICA ECONÔMICA E POPULACIONAL.....	127
7.2 EXPANSÃO DA FORMA URBANA E TRANSFORMAÇÃO NA PAISAGEM	137
7.3 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AS GESTÕES MUNICIPAIS	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS	155

1 INTRODUÇÃO A PESQUISA

O objetivo desta dissertação é analisar e discutir os caminhos do desenvolvimento, bem como o crescimento da forma urbana de Campo Mourão-PR, enfocando os agentes e a legislação urbanística participantes desse processo. Foi estabelecida uma periodização que inicia na década de 1940, quando ocorre o traçado inicial da sede municipal e a instalação do município. Dessa maneira, é possível trabalhar com as principais legislações que almejam orientar o crescimento da forma urbana.

A pesquisa sobre a cidade de Campo Mourão procura, sobremaneira, apresentar uma síntese geohistórica que vai da década de 1940 a década de 1970. Para esse entendimento da cidade destacamos o método miltoniano de análise do espaço – que procura entender a organização espacial através das categorias estrutura, processo, função e forma, tecendo considerações acerca da organização espacial urbana, compreendendo os agentes produtores da cidade. Além disso, discorreremos sobre a municipalidade, como: os principais feitos dos gestores municipais, as legislações urbanísticas que também visam à organização espacial, bem como demais leis que são norteadoras para estruturar a cidade. A paisagem foi pensada nessa pesquisa como a relação dialética entre as categorias de análise de Milton Santos.

Decidimos levar a pesquisa até o referido período por entendermos que as décadas que se seguem, 1980 e 1990 principalmente, são resultados do que fora estruturado anteriormente. Verificamos que até a década de 1960, a principal economia que alicerçava a cidade era baseada na extração de madeira, que era retirada das florestas pertencentes às terras municipais. A partir desse momento, a função de fornecedor de madeira inicia o declínio, dando margem ao cultivo agrícola, que se intensifica. E, inclusive, a intensificação na produção de grãos é bem vista tanto pelo poder público, o qual passa a fazer parte dos programas nacionais de incentivo de produção agrícola, quanto por entidades na esfera privada, como é o caso do surgimento da Cooperativa Agroindustrial de Campo Mourão – COAMO.

Uma pesquisa como esta torna-se relevante se pensarmos que sua metodologia de abordagem pode ser aplicada a outras cidades, pois Campo Mourão se apresenta, aqui, apenas como um estudo de caso, ou seja, um objeto de estudo que pode ser substituído por qualquer outra cidade, mesmo que não seja de porte similar. O importante, nesse caso, é entender os processos pelos quais passou nosso objeto de estudo e assim estabelecer relações que deem uma visão total de como a cidade adquiriu a forma e a estrutura que se apresenta ao findar a

década de 1970. Da mesma maneira, entender os caminhos de crescimento, ou seja, a dinâmica que levou a cidade a ter a importância regional que ela tem hoje (2013), dentro de sua microrregião geográfica. Nesse sentido, primamos entender a formação e, ao mesmo tempo, apreendermos a forma.

1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

A investigação científica está sujeita a um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objetivos sejam atingidos. Sendo assim, apresentamos a seguir a metodologia utilizada no decorrer da pesquisa.

Para a materialização das ideias, no formato de uma dissertação, recorreremos à pesquisa documental, em que se destacam: Legislação urbanística, Leis municipais e Plano Diretor Municipal. Através desse conjunto de documentos, procuramos identificar o período em que foi escrito e qual a função do mesmo na organização da forma urbana.

Sá-Silva *et al* (2009) explica que a pesquisa documental é muito associada à pesquisa bibliográfica, sendo a natureza das fontes o único fator que as diferenciam. A pesquisa documental recorre a materiais que ainda não auferiram um tratamento analítico, ou seja, são as fontes primárias; já a pesquisa bibliográfica remete às contribuições de distintos autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias. Os documentos citados anteriormente, em nossa pesquisa, tratam-se das fontes primárias, uma vez que não há registro de tais documentos terem sido abordados em outros trabalhos.

Nas palavras de Sá-Silva *et al* (2009) “é primordial em todas as etapas de uma análise documental que se avalie o contexto histórico no qual foi produzido o documento, o universo sócio-político do autor e daqueles a quem foi destinado, seja qual tenha sido a época em que o texto foi escrito” (SÁ-SILVA *et al*, 2009, p. 8). Nesse sentido, procuramos apresentar os documentos dentro do período em que foi escrito, de modo que em cada década apresentamos uma série de leis, fotografias e dados que correspondem especificamente à década tratada. Na mesma esteira, May (2004) entende que os documentos não existem isoladamente, pois carecem ser situados em um arcabouço teórico para que o seu conteúdo seja apreendido.

Procuramos, além disso, usar dados secundários. Quer dizer, dados populacionais e dados econômicos no IBGE, IPARDES, IPEADATA para complementar e tratar de questões mais pontuais, tais como: população rural e urbana, número de estabelecimentos comerciais,

emprego, IDH, saneamento básico, dentre outros. Esses dados são apresentados através da elaboração de mapas, tabelas, quadros e gráficos.

Além da busca por dados quantitativos que nos permitiram entender as condições socioeconômicas que se desenvolveu Campo Mourão até a década de 1970, realizamos entrevistas com agentes envolvidos na produção, organização e estruturação do espaço urbano. Uma delas com a Senhora Eda Slomp, filha de um dos pioneiros e também um dos maiores loteadores do solo urbano na cidade de Campo Mourão, o senhor Paulino Slomp. E com o senhor José de Andrade Jacomel, para entender como foi a construção das primeiras casas populares no Jardim Lar Paraná, além de registrar sua experiência como comerciante em Campo Mourão desde 1970. Ainda, realizamos entrevista com o ex-prefeito Renato Fernandes Silva e com o vereador Edson Battilani com a mesma finalidade, ou seja, buscar dados que complementem os documentos encontrados e, ainda, registrar o ponto de vista de um dos responsáveis pelas legislações que são primordiais para a organização da cidade.

As entrevistas têm seguido a metodologia da coleta de dados, vastamente empregados em pesquisas nas Ciências Humanas. Determinados cientistas entendem-na como um método, outros estudiosos, uma ferramenta de pesquisa e/ou uma técnica de pesquisa.

Há muito tempo, pesquisadores utilizam-se de entrevistas para coleta de dados específicos. Meihy (1996) explica que “a história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento de estudos referentes à vida social das pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e também conhecida por história viva” (MEIHY, 1996, p. 13). Entretanto, as fontes orais não devem ser utilizadas por si só como evidências de um fato, salienta Abrão (2002). Deve-se buscar dados que complementem e esclareçam os fatos apontados pelo entrevistado. Desse modo, a busca também ocorreu em acervos históricos, acervos particulares, bibliotecas, cartórios, prefeituras, dentre outros lugares.

A entrevista envolve questões da linguagem e o roteiro a ser utilizado necessita que seja pensado e planejado antes do contato com o entrevistado (MANZINI, 2006, 2012). Manzini (2012, p. 8) explica as entrevistas estruturadas e semiestruturadas. A primeira:

A entrevista estruturada tem como característica um roteiro prévio, com perguntas fechadas. O roteiro é usado pelo entrevistador (ou entrevistadores) na mesma sequência em que foi elaborado. É indicada para pesquisa com grandes populações, a análise é quantitativa e usa como procedimento de análise os conhecimentos da estatística. O roteiro precisa ser muito bem trabalhado e o pesquisador deve conhecer a fundo o tema da pesquisa, para inclusive elaborar as alternativas de resposta.

E a segunda a semiestruturada:

A entrevista semiestruturada tem como característica um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica: grupo de professores; grupo de alunos; grupo de enfermeiras, etc. Deve existir flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta.

A entrevista é, portanto, um procedimento de coleta que trabalha como um tipo de dado específico: a versão sobre um fato. Neste trabalho, utilizamos as entrevistas semiestruturadas para verificar dados específicos com cada entrevistado para, primeiramente, entender como eram realizados os primeiros loteamentos e, em seguida, vislumbrar o papel dos gestores municipais a frente da legislação urbanística.

Ademais, coletamos fotografias históricas no Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira e em sites que disponibilizam imagens da cidade, para demonstrarmos as transformações ocorridas na paisagem. Isso porque, nas considerações de Mauad (2005), a imagem pode ser entendida como um documento, no entanto, é uma fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica. Do mesmo modo Kossoy (1989) considera que a fonte fotográfica é uma possibilidade de investigação e descoberta, que promete frutos na medida em que se tenta sistematizar suas informações, constitui metodologias adequadas de pesquisa e análise para a compreensão de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os gerou (KOSSOY, 1989).

A fotografia é a principal ferramenta para se trabalhar com essa técnica de estudo das formas remanescentes de épocas passadas. Para Passos (2008-2006), “as fotos são reveladoras de três unidades distintas, onde a estrutura socioeconômica, atuou e atua sobre a estrutura da paisagem atual”. De fato, a fotografia tornou-se indispensável desde seu surgimento em 1830, especialmente para o estudo das transformações nas paisagens, pois ela comprova essas mudanças. Nas palavras de Mauad (1999, p. 73) “a fotografia como uma mensagem que se elabora através do tempo, tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento, tanto como testemunho direto quanto como testemunho indireto do passado”. A função da fotografia a muito é discutida por técnicos e cientistas. Primeiro porque quando surgiu teve confronto com artistas pintores, supondo que ela deixasse a pintura em segundo plano. No entanto, a arte da pintura utiliza-se da sensibilidade humana, com o uso da criatividade em primeiro plano. Já a fotografia é como um documento da realidade concreta.

A concretude da fotografia é o fator de maior relevância quando se trabalha com esse documento. Isto porque, ela revela o que outrora estava em uso, as práticas do momento, pode revelar a conjuntura social, econômica e política no ocasião do registro. Passos (2005) valoriza a fotografia e, no seu entendimento aborda, que ela não tomou o lugar da pintura, apenas, mas modificou as especialidades operatórias, o caráter do dispositivo de “artealização”. Da mesma forma entende que o caráter em relação aos lugares foi afetado e, ainda a cultura paisagística passou a ser informada de maneira diferente, até mesmo a qualidade do olhar se transformou (PASSOS, 2005). O autor conclui que “a generalização e o uso da fotografia constituíram, ao longo dos anos, uma ferramenta de registro e de restituição das paisagens. A fotografia de paisagens é um ato de presença no mundo. Ela é, por si mesma, um dispositivo de expressão” (PASSOS, 2005, p. 20).

Dessa forma, se a fotografia é um instrumento que demonstra a expressão de quem o utiliza, ou seja, a foto é a confissão do fotógrafo perante a paisagem fotografada. Essa afirmação é válida se pensarmos que cada fotógrafo, seja profissional ou amador, posiciona o dispositivo fotográfico a partir da sua leitura de mundo. Registrando, assim, o que lhe chama a atenção. Sendo assim, as fotografias estão carregadas de sentido cultural, pois a cultura está arraigada na paisagem que é a forma visível do processo que as gerou.

A pesquisa documental abrangeu a coleta de fotografias, bem como a coleta de documentos que tratam da legislação urbanística no período estudado, além de consulta a bibliografias específicas de historiadores da cidade e do Estado do Paraná. Assim foi alicerçado o caráter empírico e teórico dessa pesquisa. O caráter técnico incidiu na elaboração de mapas, tabelas, quadros, entre outros. Portanto, os referenciais teórico, empírico e técnico são os apoios metodológicos que esteiam a presente pesquisa.

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está dividida em sete capítulos, sendo que o primeiro apresenta a introdução à pesquisa e a metodologia utilizada durante a realização da mesma. Já no capítulo segundo, apresentamos os debates e conceitos pertinentes, além do método de estudo proposto por Milton Santos (1985), qual seja, o de buscar o entendimento do espaço através das categorias de análise, estrutura, processo, função e forma, que procuramos atender ao longo do trabalho, balizado sempre por uma abordagem crítica. Nesse capítulo, ainda temos a discussão a respeito dos agentes produtores da cidade e a renda da terra. Discorreremos sobre

legislação urbanística de uma forma geral verificando sua trajetória e como ela incide sobre o espaço urbano.

Na sequência, no capítulo terceiro, discorremos sobre a formação da região de Campo Mourão-PR, e sobre a configuração do espaço urbano na década de 1940 e a situação do objeto de estudo, da mesma maneira apresentamos a situação da microrregião de Campo Mourão no final do nosso período de estudo, afim de entender a estrutura econômica da microrregião.

Do quarto capítulo ao sétimo, versamos sobre as décadas de 1940 a 1970. Na primeira década, 1940, de que tratamos no capítulo quatro, temos o traçado das vias na sede urbana e a sua emancipação de Guarapuava. Abordamos a gênese da cidade e os desmembramentos posteriores a sua criação. No quinto capítulo, apresentamos a década de 1950 demonstrando a dinâmica econômica e populacional e o surgimento dos primeiros bairros. Os principais feitos dos gestores e as legislações municipais relevantes para a estruturação da cidade nesse período também são discutidos no referido capítulo. Na sequência, capítulo seis, adentramos a década de 1960, explanando da mesma maneira sobre a expansão urbana, a dinâmica econômica e populacional tida nessa década, e sobre os gestores e a legislação urbanística. O tópico seguinte versa sobre a década de 1970, em que se apresenta a transição do rural para o urbano, na região de Campo Mourão, condição que proporcionou muitas transformações tanto para a cidade, principalmente na paisagem com o crescimento da forma urbana, quanto ao meio rural que teve investimentos priorizando o plantio de grãos.

2 OS DEBATES E CONCEITOS PERTINENTES

2.1 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE: FORMA, FUNÇÃO, ESTRUTURA E PROCESSO

Estudar o espaço urbano¹ requer um conjunto de técnicas, métodos que envolvem categorias de análise, isto porque, para entendê-lo de forma global, cabe buscar o meio mais adequado que demonstre a dialética dos espaços. Santos (1985) e Lefebvre (2001) concordam que, para compreender as contradições do espaço, as categorias primordiais são: função, estrutura e forma. Santos (1985) ainda inclui a categoria processo, pois “a dimensão histórica ou temporal é assim necessária para se ir além do nível de análise ecológica e corográfica” (SANTOS, 1985, p. 66). Essas categorias podem ser utilizadas nas reflexões sobre a sociedade, já que ela norteia os efeitos do processo e especifica as noções de forma, função e estrutura. Por isso, procuramos entender o processo de estruturação da forma urbana e entender as mudanças na sua função até a década de 1970, que é o marco no processo de consolidação do município de Campo Mourão como polo da sua microrregião no setor primário, secundário e terciário.

A forma, Santos (1985) explica, é a exterioridade de uma coisa, ou de um acontecimento, de um fato consumado. Ao se valer dessa categoria de análise voltada para forma urbana, Dias (1998, p. 14) descreve que a forma da cidade “se traduz numa determinada disposição espacial, podendo ser do tipo quadriculada ou radiocêntrica, estando diretamente ligada às vias de tráfego”. A forma urbana de Campo Mourão está diretamente ligada às vias de tráfego, pois a cidade se desenvolveu ao longo dos eixos estruturadores. E, da mesma maneira, entendemos que no final de cada década a forma urbana de Campo Mourão era um fato consumado e, nesse sentido, entender como foi o processo de estruturação da forma tornou-se relevante. Lefebvre (1972, p.122) afirma: “Encuanto a la forma, en el sentido habitual de la palabra, es decir, geométrica o plástica, se trata de una disposición espacial: cuadrículada o radiocéntrica”.

A forma pode ser pensada e vista de várias maneiras, entretanto, remete sempre ao material visível já concretizado. Lefebvre (2001) pensa a categoria de análise “forma” no que concerne à forma urbana, que se divide em duas etapas: mental e social. A etapa mental corresponde ao sincronismo dos acontecimentos, das percepções, dos elementos de um

¹ Santos (1985); Lefebvre (1972, 2001); Corrêa (2009); Dias (1998); Castells (1983).

conjunto no real. A etapa social consiste no “encontro e a reunião daquilo que existe nos arredores, na vizinhança (bens produtos, atos e atividades, riquezas) e, por conseguinte a sociedade urbana como lugar socialmente privilegiado, como sentido as atividades (produtivas e consumidoras), como encontro da obra e do produto” (LEFEBVRE, 2001, p. 94). Nesse sentido, o que observamos é que a paisagem é o resultado da obra e do produto e, reúne que foi produzido pela sociedade. Portanto, a paisagem, nessa pesquisa é a manifestação visível do processo de estruturação do município de Campo Mourão.

Voltando para o objeto de estudo, temos a forma urbana de Campo Mourão, a qual verificamos a sua transformação na forma, na função e na estrutura no período de 4 décadas. Através dela podemos verificar que a produção do espaço urbano acelerou-se na década de 1960 a 1970, devido às transformações que ocorreram no meio rural, a já citada modernização da agricultura que culminou no período. E, ainda, verificamos a atuação dos agentes fundiários e, em menor escala, as imobiliárias adentrando a cidade. Esses dois agentes atuaram agregando loteamentos e alterando a forma urbana.

A função consiste em uma tarefa que se espera ser cumprida pela forma (SANTOS 1985). Já Lefebvre (2001) entende também que a função deve ser pensada anteriormente, ao se criar a forma, pois a forma já nasce arraigada às funções que darão o sentido para sua existência. No caso das formas urbanas, o planejamento das funções dentro da forma urbana só as antecede em poucas cidade, como: Belo Horizonte, Brasília, em uma escala mais aproximada, as cidades de Londrina, Maringá, Cianorte, dentre outras, que foram planejadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, no entanto, a grande maioria das cidade o planejamento não as precede. No caso de Campo Mourão na década de 1940 foi aberto as primeiras vias de tráfego, realizadas pelo estado, tendo assim o início da forma urbana.

Da mesma maneira, Dias (1998) buscou entender a função e a dividiu em três momentos: as funções internas da cidade, as funções da cidade em relação ao território, e as funções de cada cidade no seu conjunto social. A função interna e social de Campo Mourão é a de condicionar a vida em sociedade, na questão da relação com o território, entendemos que a ela designa-se a função de complementar a rede urbana na região norte do Paraná.

Sobre a função, Corrêa (2000, p. 76) concorda que “a noção de função implica uma tarefa, uma atividade ou papel desempenhado pelo objeto criado. Assim, este tem um aspecto exterior, visível – a forma – e desempenha uma atividade – a função”. Ainda aponta algumas das funções desempenhadas pela casa, pelo bairro, a cidade e à rede urbana, tais como: viver, habitar, trabalhar, comprar, lazer, dentre muitas. Com relação à forma e função, Corrêa

(2000) esclarece que as duas categorias têm relação direta de modo que uma forma é criada para desempenhar uma ou várias funções. Por isso, “não se pode dissociar forma e função no estudo da organização do espacial [...], contudo, a consideração apenas da forma e função não é suficiente para compreendê-la [...] cairíamos em uma análise espacial de cunho funcionalista” (CORRÊA, 2000, p.77). Nesse sentido, Corrêa (2000), concorda com o método miltoniano de estudar a forma, a função e a estrutura e o processo que as gerou, para entender a dinâmica das localidades em sua totalidade.

A partir das considerações de Lefebvre (1972; 2001), Santos (1985), Dias (1998), Corrêa (2000), entendemos que a categoria estrutura sugere o modo de organização da forma urbana que pode variar conforme os processos. Pode ser vista na ordem morfológica através da percepção da paisagem, edifícios, casas, praças, vias. E na ordem social, através da percepção da distribuição da população, idade, sexo, educação, categoria profissional. Além disso, existe a estrutura social das relações cidade-campo e a própria estrutura urbana da sociedade. É esse caráter duplo da estrutura sendo morfológica e social que a torna complexa. Cunha e Smolka (1980, p.33) elucida que:

Ao analisar uma determinada estrutura urbana observa-se, na maioria das vezes, que alguns de seus principais elementos nada mais são do que uma herança apropriada pelo capital. Outras surgem como resultado não planejado de ações coletivas ou, então, como consequência de intervenção do Estado. De fato, na formação da estrutura urbana, cada capital é, individualmente, um ator pouco relevante. Para o capitalista, a estrutura urbana apresenta-se simultaneamente como um elemento a ser explorado e como um limite às suas possibilidades de produção.

A categoria estrutura de Milton Santos, serve para explicar como o modo de produção se realiza concretamente. O modo de produção capitalista se realiza diferente nos Estados Unidos da América, no Brasil e também é diferente nos estados ou regiões geográficas, existem as relações com predomínio de trabalho assalariado, mas também há as modalidades de trabalhos em parceria², meeiros³, arrendatários⁴, etc. Por isso que Santos (1985), explica que:

² A parceria é a fração da produção entregue pelo parceiro ao proprietário da terra, como pagamento pela autorização que este lhe dá para cultivar a terra (DE OLIVEIRA, 2007).

³ O meeiro é o personagem social mais típico e comum na agricultura. O agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral o meeiro ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família, é ainda, fornece equipamento agrícola. Adubos, inseticidas e adiantamentos em dinheiro podem ocasionalmente ser fornecidos pelo dono da terra. (DE OLIVEIRA, 2007).

⁴ Arrendamento é um tipo de contrato pelo qual uma das partes concede a outra o gozo temporário de suas terras.

A estrutura espacial é algo assim: uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes (SANTOS, 1985, P. 17).

Santos (1977, p. 4) entende que “deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando, dessa maneira, a especificidade dos lugares”. O autor ainda argumenta que:

A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades «externas», aquelas do modo de produção «puro», quanto pelas necessidades «internas», representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita o modo de produção expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho. O novo procura impor-se por toda parte, porém sem poder realizar isso completamente. O velho é o modo de produção anterior, mais ou menos penetrado pelas formas sociais e pelas técnicas que correspondem ao modo de produção «atual», em plena existência, um modo de produção puro: ele não se realiza completamente em parte alguma. Daí, igualmente, a história espacial ser seletiva. Antes do período tecnológico atual, vastos segmentos de espaço procuram estar ao domínio, direto ou indireto, do modo de produção dominante, ou foram apenas atingidos por feixes de determinações limitada. As relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço (SANTOS, 1977, p. 4).

Para entender essa categoria “estrutura”, é necessário pensar a dinâmica social de cada período e de cada localidade, pensando em seu território geográfico único. Por esse motivo, as mudanças da forma são determinadas pela estrutura econômica, social e morfológica. Santos (1977) explica que:

A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades (SANTOS, 1977, p. 4).

Nas suas considerações, Lefebvre (2001, p. 54) argumenta que “se consideramos a cidade como obra de certos “agentes” históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o

resultado do grupo (ou os grupos) e seu produto”. Dessa maneira, estudar as quatro décadas visando o processo, a função e a estrutura, nos leva a forma que é o produto dos agentes criadores do espaço urbano de Campo Mourão.

Para Milton Santos (1985), trabalhar com esse método, com as quatro categorias, garante uma visão holística dos processos ocorridos em uma dada periodização e, assim, é possível visualizar a sociedade em movimento. A periodização é cabível, pois as formas são heranças que se interpõe no futuro e, nesse sentido, o legado representa as funções passadas, no entanto, serve as funções atuais. O processo define-se como uma ação contínua, sugerindo conceitos de tempo e mudanças. Os processos ocorrem inclusos em uma dada estrutura social e econômica, e derivam das incongruências internas da mesma. Assim, o processo pode ser entendido como uma estrutura em seu movimento de transformação.

Santos (1985) diz que somente o uso simultâneo das quatro categorias – estrutura, processo, função e forma – permitem apreender a totalidade em seu movimento, sendo que não há como trabalhar com essas categorias senão simultaneamente. O movimento da totalidade social acarreta alterações no equilíbrio entre as diferentes instâncias ou componentes da sociedade, transformando os processos, ordenando novas funções e impondo distintos valores às formas geográficas (Santos, 1985).

Um termo relevante adotado por Milton Santos (1985) é as rugosidades. Estas são formas restantes dos períodos anteriores:

Chamemos rugosidades ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos da divisão do trabalho já passada (todas as escalas da divisão social do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. (SANTOS, 2004, p. 140).

O espaço urbano de Campo Mourão vive o passado e o presente no mesmo instante, através dos fixos, um misto de formas arquitetônicas novas e velhas, que se confundem e se fundem na paisagem. Cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social. Em nosso estudo, torna-se peça fundamental, de modo que não haveria a possibilidade de se estudar o urbano sem valer-se das rugosidades existentes.

A própria forma urbana é uma rugosidade se consideramos que sua construção teve um apogeu, ou seja, um fim e, ao mesmo tempo, um recomeço. Esta forma urbana é

cumulativa para todos os conteúdos, os seres da natureza, resultado do processamento industrial, técnico e riqueza, as obras de cultura, formas de situações de vida, modulações ou rupturas do cotidiano⁵ (LEFEBVRE, 1972, p.123). São as rugosidades que se apresentam nas paisagem. Para Milton Santos (1997), a Paisagem é o conjunto de variadas formas, num dado momento no espaço, manifestam os legados que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. E essa paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e também culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental, as paisagens nos remete a todo um cabedal histórico de técnicas e ações sociais.

Santos (1988, p. 23), explica a paisagem artificial e a paisagem transformada pelo homem, como sendo:

A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social. A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial.

A sociedade, através de processos que se inscrevem no tempo-histórico, criam formas que se cristalizaram sobre pontos específicos escolhidos por um determinado grupo nos primórdios formando regiões e paisagens distintas. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas (SANTOS, 1988, p. 22). As forças produtivas no município de Campo Mourão de 1940 a 1960 estiveram alicerçadas no extrativismo e agricultura de subsistência, contudo a partir de 1960 a cidade começa a estruturar o aparato comercial delegado a cidade uma função diferenciada destoando-a das demais cidades da região, tornando-a polo de sua microrregião.

⁵Esta forma urbana es cumulativa de todos los contenidos, seres de la naturaleza, resultado de la industria, técnicas y riquezas, obras de la cultura, de los modos de vivir de las situaciones, de las modulaciones o rupturas de lo cotidiano.

De fato, a paisagem atualizada constantemente, em especial no espaço urbano de Campo Mourão, compõe uma formação, entretanto, pode esconder o processo que a forjou. Nesse caso, chamamos a atenção mais uma vez a atenção para o trabalho com as fotografias históricas, mesmo que nelas também pode faltar informação para entender concretamente o processo de estruturação e a função da forma urbana, por isso, há a necessidade de buscar outras fontes documentais para comprovação. Para Milton Santos (1997, p. 20), com considerações acerca da paisagem voltada para as heranças históricas, entende que a “paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”. Desvendar essa dinâmica social é fundamental, as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico de técnicas, cujo tempo, revela, mas ela não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis.

Nesse sentido, entendemos que as transformações na paisagem de Campo Mourão ao longo dos 40 anos pesquisados deu-se pelo movimento da sociedade, à medida que se estruturava socialmente, politicamente e economicamente, acarretava em transformações na paisagem. Não somente no lugar em estudo, mas em toda a região por causa da existência dos movimentos migratórios, bem como, os ciclos produtivos regionais, que corroboram com a dinâmica da paisagem local. No processo de estruturação da forma urbana, a paisagem urbana é moldada, refletindo os aspectos sociais e os interesses dos agentes produtores da cidade. Dessa maneira, a paisagem de Campo Mourão, abarcando também resquícios históricos ou as rugosidades conservadas no espaço tanto da área urbana, assim como da área rural, reflete na paisagem as características da sociedade que o constituiu ao longo dos 40 anos estudados nessa pesquisa. O lugar em que se deu essa paisagem é único, pois, para Santos (1982, p.30) “a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social”.

Milton Santos trabalha em um nível ontológico de pensar o espaço, mas desse nível teórico de pensar o espaço, tratamos do espaço urbano. A discussão tratada anteriormente ela será usada para discutir o nosso recorte espacial e temporal. O espacial é a cidade de Campo Mourão, o recorte temporal se dá entre a década de 1940 e a década de 1970. Assim, partimos no tópico 2.2 para uma ênfase nos agentes produtores da cidade.

2.2 AGENTES PRODUTORES DA CIDADE

Através dos processos construtivos que perpassam de geração em geração, a forma

urbana vai sendo modelada com a atuação de diversos agentes influentes na produção, reprodução e organização do espaço. De acordo com Corrêa (1999), é construído por diversos agentes, tais como: o Estado; os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos. Nas suas investidas, os agentes produzem um espaço fragmentado, mas que se conecta através das vias estruturais. Segundo Corrêa (1999, p.20):

O espaço urbano capitalista – Fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

O estado pode ser considerado o agente mais atuante na organização e apropriação do território, uma vez que ele, através de suas ações, torna-se grande industrial, proprietário fundiário e promotor imobiliário, e ainda atua como regulador do solo, através da legislação estabelecendo normas para uso e ocupação do solo, leis de zoneamento⁶, leis de parcelamento do solo, entre outras. Esse agente sempre teve clara participação no parcelamento do espaço em Campo Mourão. Ele atuou para que a cidade se concretizasse com a abertura das primeiras vias. No entanto, no período estudado, atuou somente no parcelamento do centro da cidade. De forma que este agente concentrou suas ações na estruturação da forma através de investidas em infraestrutura e, não menos importante, com a implantação da legislação urbanística que teve (e tem) a finalidade de nortear os demais agentes para o parcelamento e uso do solo da cidade. Sendo assim, até a década de 1970, o estado agiu, preferencialmente, como mediador. Após esse período, ele começa a agir também parcelando o espaço, principalmente, com os conjuntos habitacionais que foi a solução oficial para resolver os problemas de habitação de interesse social.

⁶O zoneamento é um instrumento amplamente utilizado nos planos diretores, através do qual a cidade é dividida em áreas sobre as quais incidem diretrizes diferenciadas para o uso e a ocupação do solo, especialmente os índices urbanísticos. SABOYA, Renato. Zoneamento e planos diretor, 2007.

Os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais necessitam de muito espaço para desenvolver suas atividades, bem como de localizações estratégicas junto a portos, ferrovias e infraestrutura que facilitem a distribuição e circulação de seus produtos. No nosso caso em estudo não foi diferente, existe grandes espaços encravados dentro da forma urbana de Campo Mourão. Como é uma característica da região de grande produtora de grãos, a maioria dessas firmas que utilizam grandes espaços na área urbana está ligada à agroindústria, tais como: a Coamo, a Algolim, Sementes Mourão, etc. Esse agente, para o estado, tem relações e posições privilegiadas por se tratar de um dos meios de suprir a demanda por empregos nos municípios, assim, pressiona o poder público, e este acaba cedendo a reivindicações, tais como, pavimentação, redução de impostos, abertura de brechas na legislação conforme necessidade (Corrêa, 1999).

Singer (1982) argumenta que “a posse dos meios de produção é condição necessária e suficiente para a exploração do trabalho produtivo, ao passo que a ocupação do solo é apenas uma contingência que o seu estatuto de propriedade privada torna fonte de renda para quem a detém” (SINGER, 1982, p. 1). Dessa forma, os proprietários dos meios de produção não necessitam da renda da terra, uma vez que já obtém renda da exploração do trabalho, o que não compete aos proprietários fundiários, pois estes retiram o lucro do parcelamento de suas terras na cidade. Os proprietários fundiários, de acordo com Corrêa (1999), interessam-se pelo valor de troca da terra e não no seu valor de uso, ou seja, interessados em transformar terras rurais, geralmente próximas às áreas urbanizadas, em terra urbana.

Singer (1982), na mesma esteira, argumenta que a cidade é produzida à medida que vão sendo incorporadas as glebas rurais do seu entorno. Estas, geralmente com uso agrícola, passam a fazer parte do perímetro urbano⁷, de modo que possibilitem o uso das benfeitorias executadas pelo poder público. A intensidade de procura e de incorporação de glebas rurais para uso urbano muda de acordo com cada região e, além disso, de acordo com os ciclos produtivos vividos em cada cidade, bem como dos fluxos migratórios que irão ocupar e pressionar o mercado da habitação.

É importante lembrar que o estado e os grandes industriais, na economia capitalista, têm ligação direta com os fluxos migratórios, uma vez que, ao instalar uma nova indústria na

⁷ Perímetro - O perímetro urbano é a área urbanizada do território de um município onde o poder público determina o parcelamento do solo a fim de atender aos interesses de seus moradores. Assim, a administração municipal é responsável pelos serviços urbanos (coleta de lixo etc), sendo lícito cobrar as taxas correspondentes e arrecadar impostos sobre a propriedade (IPTU). PREFEITURA DE SÃO PAULO. Glossário de termos - Resoluções do Conpresp. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade>>. Acesso 02 de Dez. de 2013.

cidade, a população é atraída e vai concorrer ao trabalho nessa indústria. Ao mesmo tempo, agentes produtores da cidade possuem diferentes atribuições, atuando enquanto promotores, incorporadores, construtores, corretores, financiadores imobiliários e compradores. É importante salientar que esses agentes, muitas vezes, exercem diversas atividades como forma de monopolizar as ações imobiliárias e concentrar maiores lucros no processo de produção do espaço urbano. Assim, muitas vezes, um construtor exerce o papel de incorporador ou promotor imobiliário, como também financia a forma de comercialização do bem imóvel (CORRÊA, 1999). Bógus (1988, p. 30) expõe que “o capital incorporador constitui-se naquela fração do capital que assume a propriedade da terra por período definido, impõe-se a matriz de estruturação urbana, ampliando as rendas diferenciais ou criando-as onde elas não existiam anteriormente”.

Neste processo, o mercado imobiliário envolve proprietários fundiários, incorporadores, dentre outros. E, com frequência, também vai se aliar ao poder público em sua atuação sobre a terra urbana, refletindo os resultados de sua atuação tanto sobre o espaço da cidade, como, conseqüentemente, no cotidiano da população (Corrêa, 1999). As estratégias adotadas pelos agentes produtores da cidade desenvolve um papel central no processo de transformação do espaço urbano capitalista, ao consumir e produzir espaço utilizando-se de práticas que direcionam a um processo constante de organização e reorganização espacial, processando-se via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, relocação diferenciada da infraestrutura e mudanças do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

Segundo Gomes *et al* (2003), no processo de produção do espaço urbano, os promotores colocam à venda os loteamentos, que normalmente possuem pouca ou nenhuma infraestrutura. Isso significa que, de várias maneiras, os compradores vão se organizar e lutar para obter equipamentos e serviços coletivos, como asfalto, transporte, luz, água, escolas, creches, posto de saúde, dentre outros, beneficiando, aqueles que estão produzindo seu espaço, mas, sobretudo aqueles que deixaram as terras vazias aguardando a valorização. Como vemos adiante, a inclusão da Lei Parcelamento n° 6766 de 1979, trouxe novos regulamentos para os loteamentos, contudo, ainda, há muito que ser normatizado.

Esse processo de estruturação, ocupação e expansão da forma urbana, promovido pelos agentes tem áreas preferenciais, que são mais próximas do centro e que já possuem uma infraestrutura mínima, em detrimento da periferia que, dentro da forma urbana, é o espaço menos organizado. A periferia há muito tem sido ocupada pelas classes de menor poder

aquisitivo, muito embora, nos últimos decênios venha crescendo a procura por condomínios fechados longe dos grandes centros. No entanto, ainda tem-se a construção das áreas periféricas pelos loteamentos populares, favelas e a autoconstrução. Esse fenômeno é chamado por Mautner (2004) de forma predominante de assentamento da classe trabalhadora baseando-se no trinômio loteamento popular/casa própria/autoconstrução.

Na economia capitalista cada vez mais é nítida a divisão da sociedade por classes. Corrêa (2000) explica que nos países da América Latina são maiores ainda, e com visível compreensão, pois a habitação é algo seletivo, de modo que se pode ler a cidade através das habitações. E em países da América Latina, uma parcela enorme da população não tem acesso à moradia de qualidade sem ajuda do governo, e isso provoca a adesão do trinômio dito por Mautner (2004).

Desse modo, “os grupos sociais excluídos têm como possibilidade de moradia os densamente ocupados cortiços, próximos ao centro da cidade [...] a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo estado” (CORRÊA, 2000, p. 30). Essa circunstância é típica da economia capitalista, conforme Ribeiro (2003) indica:

Nas sociedades capitalistas, onde o mercado é o mecanismo central da ordem social e os valores igualitários são a base da cultura compartilhada pelos seus integrantes o termo segregação é pertinente como instrumento capaz de enunciar problemas da ordem social. Neste caso, a segregação residencial tem sentido para designar certas formas de segmentação socioespacial fundadas no controle institucional de recursos que desfrutam certas categorias para a manutenção ou ampliação de barreiras ao contato físico e social e, ao mesmo tempo, na imposição legítima ou não de uma ordem simbólica fundada na crença compartilhada que as pessoas não são naturalmente iguais (RIBEIRO, 2003, p. 164).

As intenções de buscar a literatura pertinente aos agentes produtores da cidade consiste em explicar como agem dentro da forma urbana na estruturação da cidade. E, além disso, não há como deixar de mencioná-los nos estudos do urbano, de vez que esses são o que delegam as funções da cidade e estão presentes em todo o processo de estruturação da forma.

2.3 A RENDA DA TERRA

A renda da terra foi um termo pensado por cientistas renomados, como Marx (1973), Adam Smith (2003), Malthus (1996), David (1988), De Oliveira (2007), Cunha e Smolka

(1980), dentre outros estudiosos que tecem suas considerações sobre o tema baseando-se nesses autores. Esse estudo nasceu na ciência econômica, e Cunha e Smolka (1980, p.27) explicam que a economia “seria a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios (recursos) escassos que têm usos alternativos”. Todavia, não é somente essa definição para os autores que deduzem o viés da ciência econômica completam que “mais concretamente, ela concerne o estudo do sistema de preços de mercado na sua capacidade de gerar um padrão de alocação de recursos (escassos) que seja ao mesmo tempo tecnicamente viável, eficiente e que satisfaça o desejo dos indivíduos” (CUNHA e SMOLKA, 1980, p. 27). Essa explicação sobre a ciência econômica é relevante do ponto de vista que abrimos o debate para entender como e de que forma os agentes (promotores imobiliários, grandes industriais, proprietários fundiários) detém e estão sempre em busca da renda da terra.

A definição mais interessante nesse tópico é, de fato, a de renda da terra. No entanto, entendemos que para se chegar a uma definição dessa magnitude, é necessário entender os enredos gerados sobre esse tema. De Oliveira (2007), argumenta que a renda da terra é um fragmento da mais-valia, ou seja, é um componente particular e específico da mais-valia. Para Karl Marx (1973), a mais-valia é a soma do trabalho necessário e o trabalho excedente, ou seja, dos períodos de tempo durante o qual o trabalhador substitui o valor de sua força de trabalho, e produz a mais-valia, esta soma refere-se ao tempo real de trabalho, ou seja, o dia trabalhado. Nas teses marxistas, ele divide a renda em: a renda diferencial I e II, e a renda absoluta. A primeira – a renda diferencial – deriva do proveito do sobrelucro⁸ pela propriedade fundiária. Quanto à renda diferencial I, Bógus (1988) explica, baseada nos estudos de Marx, que existe duas causas: a primeira refere-se a causas independentes de capital (fertilização do solo e situação das terras); a segunda provém da desigualdade de repartição do capital e da capacidade de obtenção de crédito (entre os empresários capitalistas). A renda absoluta resulta da “simples propriedade da terra e configura a propriedade de terra para qualquer terreno independente das vantagens comparativas que este possa oferecer” (BÓGUS, 1988, p.19).

No modo capitalista de produção De Oliveira (2007, p. 11), entende que “a terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada”. O autor expõe que “a renda da terra é também denominada renda territorial ou renda fundiária” (De OLIVEIRA, 2007, p.43).

⁸O sobrelucro resulta sempre da diferença entre o produto de duas quantidades de trabalho e de capital e este sobrelucro se transforma em renda da terra quando duas quantidades iguais de capital e de trabalho são ocupadas sobre superfícies iguais, mas com resultados diferentes (MARX, 1973, p. 626).

Nesse sentido, é o capital que gera a sociedade de classes, em uma linguagem marxista, pois permite que pessoas tenham posse da terra e, assim, sendo a terra uma propriedade privada, torna-se uma mercadoria. Referindo-se a autores como Marx, Smith e Ricardo, De Oliveira (2007, p. 11) explica que:

Entendem principalmente que o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra.

Cunha e Smolka (1980) afirmam que a cidade desde seu surgimento é o *locus* de toda a produção, ou seja, “a estrutura urbana é em si um produto: algo que condiciona a produção, mas que pode reproduzir-se através da produção” (CUNHA e SMOLKA, 1980, p. 33). No entanto, os autores colocam que ao fazer essa afirmação não estão negando a base natural do espaço urbano, entendem que toda produção é uma transformação da primeira natureza (CUNHA e SMOLKA, 1980).

Para De Oliveira (2007, p. 43) “o conceito renda da terra é, pois, um conceito fundamental para a compreensão da realidade agrária e mesmo urbana, pois em ambas a terra entra como componente importante”. A renda da terra na esfera urbana é almejada por grande parte dos agentes produtores da cidade em especial, os agentes imobiliários (incluem-se os incorporadores), os proprietários fundiários e os grandes industriais que procuram não o lucro propriamente dito, mas o lucro que é agregado à localização de seus loteamentos e de suas empresas.

Bógus (1988), pensando a renda da terra especialmente no espaço urbano, percebe que, primeiramente, acreditamos que o capital aplicado à construção civil é que permite a formação de renda através da construção de casas e edifícios. Mas, salienta Bógus (1988, p.20), “as edificações somente viabilizam o uso do solo para atividades urbanas de produção, circulação, distribuição, consumo e reprodução, inclusive da força de trabalho”. Dessa forma, a base da renda é dada pelo terreno e sua localização dentro da cidade e não à área construída, os preços e usos do mesmo serão guiados pelo mecanismo de mercado.

Pensando nas vantagens locacionais, Cunha e Smolka (1980, p. 33) entendem que:

O espaço urbano, em que pese ser um produto, não é, no entanto, homogêneo: diferencia-se quanto as características intrínsecas do solo, (formação geológica, declividade, composição vegetal, etc.) e em termos das

vantagens locacionais (acessibilidade a mercados, a outros usos do solo, etc.), que resulta da forma que foi historicamente utilizado. Essa diferenciação, enquanto condiciona as possibilidades da produção espacialmente localizada, gera uma escassez *relativa* das terras mais acessíveis (ou solos intrinsecamente mais úteis para a produção); faz com que, dependendo da sua localização, uma mesma aplicação de capital possa gerar lucros diferenciais que, com a competição entre produtores, assumem forma de rendas fundiárias.

A renda fundiária e o uso do solo são regulados pelo mecanismo de mercado, “no qual se forma o preço desta mercadoria *sui-generis*, que é o acesso à utilização do espaço [...] o acesso pode ser ganho mediante a compra direta da propriedade ou mediante a um aluguel periódico” (SINGER, 1978, p. 23). Os aluguéis, sejam para fins empresariais ou residenciais, também variam de acordo com a localização dos imóveis assumindo a renda um caráter diferencial (BÓGUS, 1988). De acordo com Singer (1980) e Bógus (1988), as determinações dos valores de uso e de troca a ser recebida pelo proprietário do imóvel ou das terras dependerá do mecanismo de mercado, ou seja, dos diversos atores e grupos sociais atuantes no mercado imobiliário.

Através dos esclarecimentos de Bógus (1988) fica evidente que o estado participa ativamente das diferenciações de valores dentro da forma urbana. Nas palavras de Bógus (1988, p. 22):

A produção de localizações vantajosas depende, em grande parte, de investimentos públicos, tais como: vias de transporte, equipamentos de infraestrutura urbana. Tais obras contribuem de maneira decisiva para a transformação de muitas localizações, aproximando áreas periféricas de áreas centrais (no caso do metro e das grandes avenidas) alterando o preço da terra e os diferenciais de renda.

Como descrevemos no tópico “Agentes produtores da cidade”, os principais atores que regulam o mercado imobiliário são os promotores imobiliários, com a produção de imóveis. Os grandes industriais que influenciam, especialmente, na dinâmica dos trabalhadores e na circulação de bens de consumo dentro da cidade, os proprietários fundiários atuando como incorporadores, loteadores e empreiteiros, e as instituições governamentais – ou o estado – regulando o mercado, mesmo que em muitas situações, simbolicamente e, atuando, ainda, na divisão de loteamentos de interesse social.

As legislações urbanísticas por muitas vezes condicionam a ação dos agentes produtores da cidade, porque ela impõe regras e normas que devem ser seguidas dentro da

cidade, e que elas podem condicionar a renda da terra que leva a vantagens para determinadas áreas dentro da forma urbana, e segregação a outras. Entretanto, como muitos estudiosos já nos alertaram, as leis e normas podem ser burladas quando deixam brechas e, conseqüentemente, podem ser interpretadas da maneira que for adequada ao agente com mais poder de persuasão.

2.4 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

De fato, o planejamento urbano está alicerçado na legislação urbanística. Uma vez que ao se pensar em uma via, ponte, abertura de novos loteamentos, instalação de indústrias, etc. requer buscar o que traz de normatização a legislação vigente para cada espaço dentro da cidade. Entre as principais leis, podemos destacar a do perímetro urbano, no que tange aos novos loteamentos. A lei de zoneamento deve ser consultada no caso de instalação de indústrias, até mesmo consultar o código de posturas e obras, antes de iniciar a instalação de qualquer atividades comerciais.

A ideia de planejar a cidade de acordo com Renato Saboia (2008) teria sido originada na Inglaterra e no Estados Unidos. Não que antes disso não se pensava na organização da cidade, muito ao contrário, nas cidades antigas como, é o caso de Roma, já havia um grupo de pensadores ou planejadores da cidade. O que Saboia (2008) explica é que a expressão planejamento urbano, nasceu nesses países mencionados. No Brasil, os grandes nomes do planejamento urbano, que são lembrados por seus feitos, é o engenheiro Saturnino de Brito e o prefeito de São Paulo, Prestes Maia (LEME, 1999). O primeiro atuou no saneamento de um número grande de cidades brasileiras. O segundo apresentou um Plano de Avenidas, de sua autoria para o planejamento urbano de São Paulo.

Contudo, sabemos que dentro das cidades existem conflitos de interesses, por esse mesmo caminho, é importante frisar que o planejamento urbano é uma criação para tentar regular e normatizar a cidade, contendo falhas e acertos. Muitas vezes, os gestores municipais sedem às pressões dos mais favorecidos. Twös (2010) considera que “para atingir seus objetivos, o Estado institui diversos instrumentos, como o plano diretor, por exemplo, e, dentro ou fora dele a legislação urbanística. O que está em jogo é a forma que a legislação é elaborada e qual o fim que anseia”. Ao pensarmos nisso, concordamos que o estado por muitas vezes compactua com artimanhas dos proprietários fundiários, promotores imobiliários e grandes industriais em detrimento da população que anseia por recursos provindos da

municipalidade. No entanto, as leis que são estabelecidas pela municipalidade deve servir também ou principalmente para os cidadãos mais carentes. Nessa mesma esteira, Pessoa e Bógus (2004, p. 2) entendem que “de um modo geral, a legislação urbanística, enquanto instrumento de política urbana deve sempre buscar a cidadania através da garantia da função social da cidade e do bem-estar de seus habitantes”.

No entanto, Villaça (1999) entende que as ações da classe dominante brasileira que são mais atuantes na produção do espaço urbano estão em uma encruzilhada “por um lado, tem cada vez menos condições de fazer planos que revelem suas reais intenções para com a cidade, e por outro não tem condições de fazer planos que atendam às necessidades da maioria de suas populações” (VILLAÇA, 1999, p. 240). Destarte, entendemos que a classe dominante nem sempre estão em vantagem. Por mais que realizem seus empreendimentos terão que ceder aos interesses da população mais necessitada, mesmo que seja por meio de pressão de uma pequena parcela das organizações populares.

As modificações na legislação urbanística ao longo do século XX como destaca Quinto Jr. (2003, p.192) “não incorporaram os instrumentos urbanísticos como instrumento de regulação dos conflitos sociais urbanos, simplesmente desenvolveram mecanismos de preservação e regulações internas voltadas para o mercado imobiliário”. Ele ainda argumenta que a legislação urbanística no Brasil evoluiu estando preocupada como o sentido da restrição de usos quanto ao tipo de atividade desenvolvida. Além disso, a cidade é arquetizada como uma reserva de valor em que a legislação de zoneamento regula e o mercado de terras são tornados para os empreendimentos imobiliários e não para uma política de regulação social da produção da cidade (QUINTO JR, 2003).

No trabalho de Feldman (2001), que versa sobre a historiografia da legislação urbanística, a autora indica que um ponto muito importante tem sido deixado de lado. Esse ponto se refere a entender à relevância da legislação urbanística no Brasil, ou seja, qual o lugar ocupado pelas normas, a partir do momento em que ideias e práticas urbanísticas são institucionalizadas na administração pública. Dessa forma o processo de normatização é entendido por Feldman (2001, p.40) como:

A legislação urbanística é, portanto, parte de um determinado sistema legal e de um determinado modelo de gestão que se apoiam em determinada teoria administrativa. Para se entender o papel que a legislação urbanística assume em cada momento do processo de desenvolvimento urbano no Brasil, é necessário desvendar a lógica do sistema legal vigente, assim como as teorias administrativas que informam as estratégias de gestão. É necessário,

também, resgatar as instituições que, em cada momento, participaram da formulação e/ou assumiram as funções de aplicação e fiscalização das normas urbanísticas.

Partindo dessas considerações, entende-se que verificar quais as legislações que regeram a organização do espaço urbano, na cidade em estudo até a década de 1970, é de extrema relevância. Simplesmente pelo fato de que as políticas públicas realizadas pelos gestores municipais até esse período explica todos os conflitos e acertos da estruturação da forma urbana, de modo que ela pode, mesmo que de maneira incipiente, desempenhar sua função ao longo dos processos que envolveram o desenvolvimento local. Marcelo Lopes de Souza (2004) em seu livro *Mudar a Cidade*, explica que esse termo gestão, passou a ser utilizado a partir da década de 1980. Uma hipótese levantada pelo autor é a de que o termo planejamento estava obsoleto, e deveria ser banido. E, nesse período, a crise do planejamento estava instalada de modo que, ao ser substituído pelo termo gestão, daria uma conotação mais democrática, enquanto que planejamento tem a ideia de tecnocrático. No entanto, em suas considerações, no mesmo livro, deixa claro que o planejamento deve estar associado à gestão urbana. Souza (2004, p. 52) entende que:

A cidade, produto dos processos sócio-espaciais que refletem a interação entre as várias escalas geográficas deve aparecer não como uma massa passivamente modelável ou como uma máquina perfeitamente controlável pelo Estado (tecnicamente construído por planejadores racionalistas e tecnocráticos), mas como um fenômeno gerado pela interação complexa, jamais plenamente previsível e manipulável, de uma miríade de agentes modeladores do espaço, interesses, significações e fatores estruturais, sendo o Estado apenas um dos condicionantes em jogo (ainda que seja um condicionante crucial nas modernas sociedades capitalistas).

De fato, o desenvolvimento local tem que ser pensado pelos gestores a partir de sua escala local, e não ao contrário do global para o local. No entanto, o desenvolvimento local podemos dizer que necessita de uma interação com o regional, o nacional e o global. Isto porque está inserido nesse meio. Porém no que tange as legislações urbanísticas, cada localidade terá e deve ter suas normas, até mesmo por se tratar de gestões diferenciadas e, mesmo uma forma urbana distinta.

Até o surgimento do Estatuto da Cidade houve investidas na normatização do espaço urbano. Em 1953, teve o III Congresso Brasileiro de Arquitetos. Desse congresso, saiu a reivindicação de um Ministério especializado em habitação e urbanismo. Partindo da mesma esfera, os profissionais em arquitetura, em 1959, ligados ao Departamento do Rio de Janeiro

do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) publicaram uma proposta de projeto denominada “Lei da Casa Própria”. Essa proposta não teve êxito. No entanto, em 1962, no governo de João Goulart, foi criado o Conselho Nacional de Habitação (BASSUL, 2002).

Em 1963, de acordo com Bassul (2002) realizou-se o Seminário de Habitação e Reforma Urbana no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, discutia-se ainda a questão da habitação. Contudo, em pauta já contava temas como a especulação imobiliária e a chamada para a participação da população na construção das leis de organização do espaço urbano. As reformas de base, como ficaram conhecidas essas reivindicações, eram exigidas especialmente pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), na Assembleia Nacional Constituinte. Contudo, esta reforma de base foi “abortada pelo golpe militar de 31 de março de 1964, o projeto não chegou a ser apresentado ao Congresso Nacional” (BASSUL, 2010, p. 74). No que se refere à duvidosa condição urbana, em 1964 foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH). A ideia de uma legislação que se voltasse de forma abrangente para as cidades só voltaria ao debate político no final dos anos 1970 (BASSUL, 2002).

O BNH, no início da década de 1970, ampliou sua ação aos programas de saneamento e o governo federal instituiu as primeiras Regiões Metropolitanas, e criou a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas (CNPU). No regime militar, em 1977, foi elaborado um anteprojeto de lei de desenvolvimento urbano depois da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), baseado na constatação de que “as administrações locais não dispunham de um instrumental urbanístico para enfrentar a especulação imobiliária e promover a distribuição dos serviços públicos urbanos” (GRAZIA, 2003, p. 57).

No texto de Bassul (2002), ele explica que em 1982, a 20ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) admitiu um documento intitulado “Solo Urbano e Ação Pastoral”. Neste, há críticas à especulação imobiliária e às ações políticas de remoção de favelas, além da ociosidade do solo, pois, em suas explicativas, o solo urbano deveria desempenhar sua função social ao máximo.

Enfim, várias ideias foram lançadas, algumas acatadas outras abandonadas. Com o fim da Ditadura Militar ocorrida em 1985, houve a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1986. Por fim, em 1988 teve sua promulgação contando com a intensa participação pública. A partir daí, ter-se-ia um longo caminho para chegar ao Estatuto da Cidade. Com uma série de arquivamentos, esse documento foi aprovado, através da Lei Nº

10.257/2001, passou a vigorar o Estatuto da Cidade. Maricato (2010, p. 5) pensou o Estatuto da cidade da seguinte forma:

O Estatuto da Cidade (EC), lei federal brasileira nº 10.257, aprovada em 2001, tem méritos que justificam seu prestígio em boa parte dos países do mundo. As virtudes do EC não se esgotam na qualidade técnica ou jurídica de seu texto. A lei é uma conquista social cujo desenrolar se estendeu durante décadas. Sua história é, portanto, exemplo de como setores de diversos extratos sociais (movimentos populares, entidades profissionais, sindicais e acadêmicas, pesquisadores, ONGs, parlamentares e prefeitos progressistas) podem persistir muitos anos na defesa de uma ideia e alcançá-la, mesmo num contexto adverso. Ela trata de reunir, por meio de um enfoque holístico, em um mesmo texto, diversos aspectos relativos ao governo democrático da cidade, à justiça urbana e ao equilíbrio ambiental. Ela traz à tona a questão urbana e a insere na agenda política nacional num país, até pouco tempo, marcado pela cultura rural.

De fato, a construção da lei do Estatuto da Cidade aspira organizar a cidade e mesmo a legislação urbanística de maneira que pudesse diminuir as diferenças sociais dentro da mesma, cabendo, ainda, amenizações sobre os efeitos irreversíveis da cidade sobre a natureza. O Estatuto da Cidade apresenta diretrizes e preceitos sobre planos e planejamento urbano, sobre gestão urbana e regulação estatal, fiscal e jurídica (em especial sobre as propriedades fundiárias e imobiliárias), regularização da propriedade informal, conhecimento social dos planos, orçamentos, leis complementares e gestão urbana, parcerias público-privadas, dentre outros assuntos. Enfim, essa lei tenta superar os problemas de ordem histórica e estruturais (MARICATO, 2010). Na visão de Reali e Alli (2010, p. 44),

O advento do Estatuto da Cidade teve o significado simbólico de consolidar a gestão do desenvolvimento urbano e a política habitacional como políticas públicas destinadas a assegurar o direito à cidade e à moradia como direitos universais. O Estatuto da Cidade veio ordenar as intervenções na política urbana no sentido do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, para garantir o direito a cidades sustentáveis. Ao consolidar os meios de exercício coletivo desse direito, representou grande avanço na legislação urbanística, opondo-se à cultura patrimonialista tradicional. Possibilitou, assim, enfrentar a resistência à aplicação dos preceitos previstos na Constituição de 1988, que se utilizava da falta de sua regulamentação e do conservadorismo do Poder Judiciário.

O Plano Diretor⁹ já se fazia instrumento de organização da forma urbana em muitas cidades, no entanto, fortaleceu-se após o surgimento das novas diretrizes provenientes da

⁹ O Plano Diretor é uma lei municipal que deve ser elaborada com a participação de toda a sociedade. Ele organiza o crescimento e o funcionamento do município.

Constituição Federal e do Estatuto da Cidade. De acordo com Ferreira e Ferreira (2011), o Plano Diretor era concebido somente como um documento técnico, que rejeitava as práticas sociais do habitual da cidade. “Nesta nova concepção, o Plano Diretor assume a função política de interferir no processo de desenvolvimento local, compreendendo e integrando os fatores que condicionam a situação do Município” (FERREIRA e FERREIRA, 2011, p. 45).

As leis que são instituídas para organizar o espaço urbano, a partir do Estatuto da Cidade, em 2001 foram integralizadas aos planos diretores locais. No entanto, elas requerem legislação específica, de modo que o plano serve apenas para ser um documento que conecta todas as leis regentes da cidade. Contudo, ainda existe lugares como é o caso do nosso objeto de estudo, onde os planos diretores não emplacaram as leis de zoneamento, de uso e ocupação do solo, o código de posturas e obras permaneceram mais em voga. Entretanto, até a década de 1970, em Campo Mourão, havia somente o Código de Posturas e Obras, criado em 1964, um sucinto plano diretor de 1968, e a lei de parcelamento criada em 1975. Essas foram as leis de maior abrangência criada no período estudado, no mais existem leis isoladas que tentamos abordar em cada década da cidade.

A necessidade desse enfoque na pesquisa surgiu a partir dos caminhos trilhados, leituras, análises, pois ela visa entender como foi a construção da legislação urbanística na cidade até a década de 1970, sendo, portanto, antes da Constituição de 1988. A menção das leis se justifica pela necessidade de se compreender de que maneira os gestores municipais incidiram diretamente no meio urbano, que resultou na organização da forma urbana de Campo Mourão.

3 BREVE HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

3.1 ECONOMIA E OCUPAÇÃO

No Estado do Paraná, antes da gênese dos núcleos urbanos, já existiam os caminhos históricos no território paranaense. Assim como os ciclos econômicos, os caminhos históricos são importantes para entender o desenvolvimento e ocupação territorial, sobretudo, para entender os núcleos urbanos iniciais que se instalaram pelo caminho, ou os proto-urbanos, como preferiu chamar Padis (1981) e Silva (1999). Os caminhos que fazem parte da história do Paraná são: o caminho do Peabiru; de Cubatão; do Itaipava e do Arraial; e o caminho de Viamão. Já no que tange a nossa área de estudo, na região centro-ocidental, o caminho do Peabiru se destaca, os demais utilizavam faixas de terras próximas ao litoral. Mas, nesse tópico, trataremos da história de ocupação e desenvolvimento, iniciando a abordagem em um época mais próxima, por volta de 1900, pois nesse momento a região de Guarapuava a que pertencia Campo Mourão começa a ser ocupada.

De acordo com Padis (1981), a ocupação do território paranaense se deu de maneira irregular e descontínua. A origem das primeiras ocupações se fixou em dois pontos: em Paranaguá e em Curitiba. No caso no Norte do Paraná, vários fatores levaram ao seu povoamento, sobretudo pela qualidade das terras e evolução da cafeicultura paulista que já buscava substituir o café por novos tipos de cultura. A figura 01 mostra a gênese dos núcleos urbanos do norte do Paraná, de 1945 a 1980. O núcleo urbano de Campo Mourão está entre os que se originaram entre 1900 e 1929.

Ao examinar o processo histórico de ocupação e desenvolvimento do Estado do Paraná, identificamos que o cultivo de café teve ligação direta com o desenvolvimento, principalmente, com o incremento agrícola que foi e ainda continua sendo de grande importância para o Estado em questão. O que se observa é que, assim como o ciclo da cana de açúcar e da mineração, a cultura cafeeira teve seu momento áureo e depois foi se diluindo, permanecendo apenas poucas áreas deste tipo de cultivo agrícola. Salienta-se que esses ciclos econômicos que ocorreram no Brasil estão intrinsecamente ligados à dinâmica populacional. Contudo, dentre eles o café tem ligação direta com o povoamento no Norte do Paraná e formação da rede urbana (Figura 01).

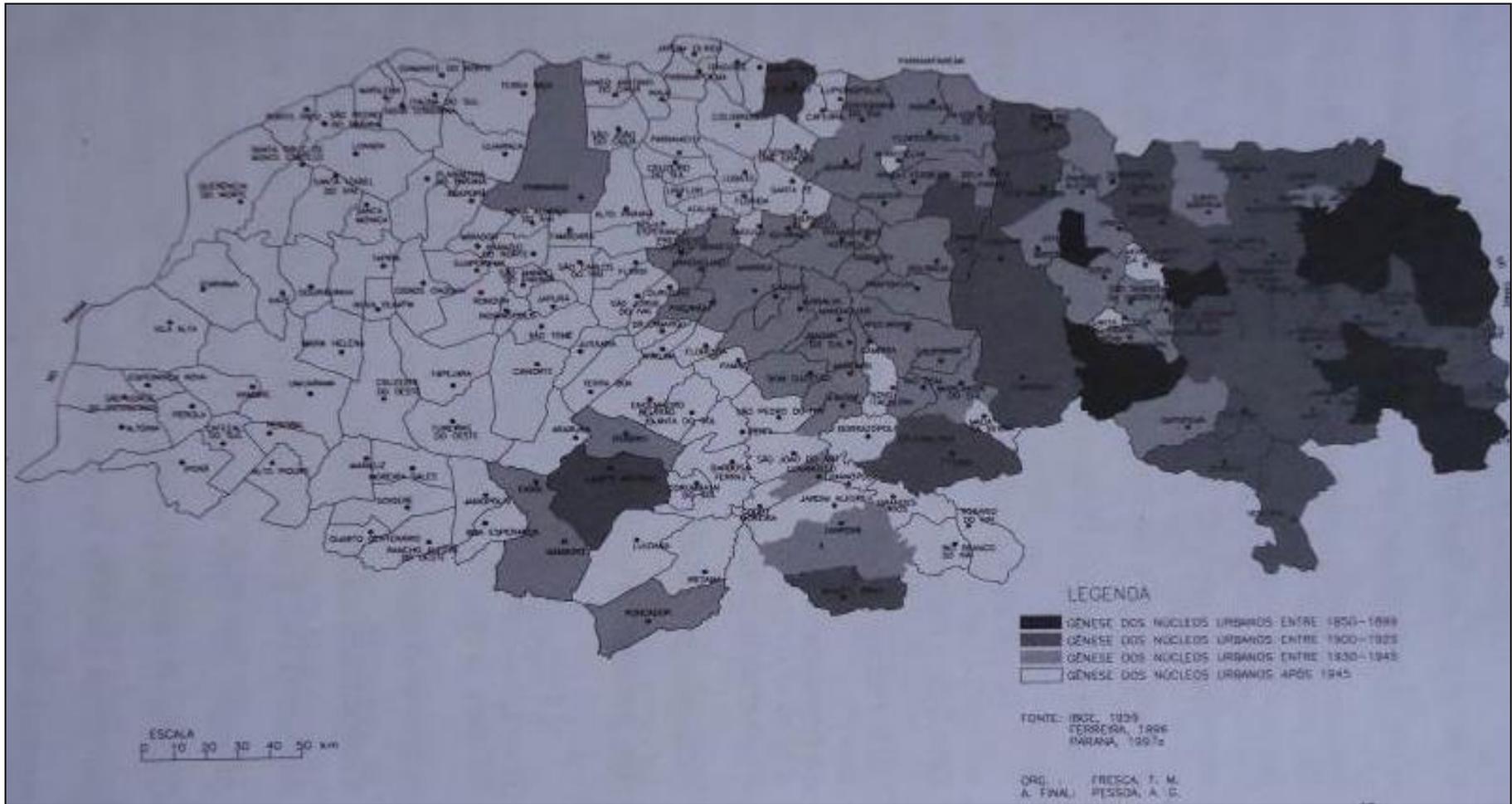


Figura 01: Cidades do Norte do Paraná, 1960.
Fonte: FRESKA, 2004.

A distribuição populacional e das cidades expressa o modo como o estado foi sendo espacialmente ocupado, como já vimos em vários trabalhos (CANCIAN, 1981; PADIS, 1981; FRESCA, 2004; TRINTIN, 2006; CORDOVIL, 2010; FERREIRA, 2011, entre outros). A ocupação efetiva se deu a partir nos séculos XV a XVI, formando o Paraná Tradicional, após a ocupação dos Campos de Curitiba no século XVII e nos Campos Gerais no século XVIII. Em seguida, houve a ocupação dos Campos de Palmas e Guarapuava, já no século XIX. E na região Norte Velho ou Pioneiro no final do século XIX por volta de 1930. No Norte Central ou Novo Novíssimo, a ocupação ocorreu entre 1920 e 1940. Já no início da década de 1940, teve-se a ocupação do Noroeste. O Sudoeste do estado, entre 1950 a 1960, torna-se o destino de vários migrantes sulistas, tendo, assim, o início de sua efetiva ocupação.

No momento em que ocorria a ocupação do norte paranaense, muitas localidades se destacavam, isto porque, num primeiro momento, os fatores naturais ou os bens naturais que poderiam ser retirados eram atrativos para os “desbravadores”. Ferreira (2011, p. 4), nesse sentido, concorda que:

O surgimento das cidades e o desenvolvimento da rede urbana no Paraná, estão estreitamente ligados aos processos histórico e geográfico de sua ocupação incentivado pelas atividades econômicas e pelas políticas territoriais brasileiras. Inicialmente, as atividades predominantes estavam vinculadas às vantagens naturais como a mineração, a extração da erva-mate e da madeira, a criação de gado e a cafeicultura. Essas atividades foram desenvolvidas por agentes distintos em tempos e lugares também distintos, mantendo as cidades desarticuladas e uma economia oscilante e dependente de mercados externos ao estado e ao país. Essa condição passou a ser revertida a partir de meados do século XX com os processos de modernização agrícola, investimentos em infraestruturas em redes de transporte, energia, comunicação e o estímulo à industrialização no Paraná.

O nascimento das cidades contribuíram e contribuem fortemente para o desenvolvimento do Estado do Paraná. Toda a dinâmica da rede de cidades é estruturada pelos ciclos econômicos e as atividades particulares de cada região, isso porque, as culturas dependem do clima para se desenvolver, por isso em determinadas regiões teve o cultivo de café, em outras o cultivo de cana-de-açúcar, e assim sucessivamente.

Padis (1981), no livro “A formação de uma economia periférica: o caso do Paraná”, estabeleceu os limites do Norte paranaense utilizando o café como medidor, levando em consideração as cidades onde a cultura do café era predominante. O autor destaca também as colonizadoras: a Bratac na região do Assaí e Uraí, e a CTNP/CMNP,

apontando suas contribuições para uma rápida ocupação no Norte do Paraná. Para Padis (1981), é incontestável a ligação do café com a ocupação dessa área. Embora essa cultura fosse a maior parte para exportação, havia o complemento com demais culturas que possibilitavam a consolidação das pequenas propriedades. O ciclo do café no Paraná, nas considerações de Cancian, (1981, p.13) “é continuação da ‘marcha para Oeste’ dos paulistas, que sempre à procura de perspectiva de lucros adentram o Paraná”, além da procura por terras roxas, devido a estas apresentarem alta rentabilidade na produção do café. Ainda salienta-se que o governo brasileiro, no início do século XX, dava incentivos para a implantação da cultura cafeeira, e assim os paulistas foram ocupando as terras paranaenses com o intuito da inserção deste cultivo no estado.

Apesar de muitos autores concordarem que a cultura do café não tenha ultrapassado o paralelo 24° (latitude sul), pois ao sul desta faixa as condições climáticas não são favoráveis ao desenvolvimento da cultura, Padis (1981, p. 131) diz que “tal foi o ritmo e o volume dessa expansão que o café chegou a ser plantado para além do paralelo 25° (latitude sul)”. O fato é que a economia cafeeira fora de uma importância relevante para o desenvolvimento de diversas áreas, contudo, sua participação mais intensa se deu na porção Norte do Estado, uma vez que, nas terras do Sul paranaense, a lavoura cafeeira não era a cultura predominante.

O Paraná passa a participar da economia nacional a partir da década de 1920, com grande produção do café. Nesse período predominavam as grandes propriedades, chegando até mesmo a suprir à quantidade de área necessária para comportar a produção de café (consta que havia fazendas com milhares de pés de café). Possivelmente, seriam resquícios dos barões do café. No entanto, o modelo de grandes propriedades planejado por empresas privadas, foi sendo substituído pelo modelo com base em pequenas propriedades (TRINTIN, 2006).

No território paranaense, a produção do café encontrava certos limites para sua expansão, principalmente pelos preços desfavoráveis, tanto para o mercado interno, quanto para a exportação. Essa situação perdura entre a grande depressão de 1929 até meados de 1941. Embora não houvesse o incentivo para a produção do café, esse tipo de cultura continuava a se expandir nas terras paranaenses. Sendo proporcionado, em grande parte, pelos migrantes paulistas que adentravam a região, empolgados com as terras produtivas, diferentemente, daquelas já com baixa produção deixadas no Estado de São

Paulo. Não somente esse fator contribuía para o interesse em migrar para o Paraná, mas, A política de parcelar pequenas propriedades, o que facilitava a aquisição dos lotes de terras rurais (TRINTIN, 2006; PADIS, 1981).

Porém, um fato da mesma importância ocorre nesse período, o qual o governo paranaense se põe a favor dos cafeicultores contra as medidas restritivas do governo federal. Outro fator que assegurava os cafeicultores na região foi a instalação de pequenos estabelecimentos agrícolas ligados à *Paraná Plantation*, subsidiária brasileira da Companhia de Terras Norte do Paraná, posteriormente, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que inicia suas atividades em 1925 (TRINTIN, 2006; PADIS, 1981; CANCIAN, 1981).

A participação da CTNP/CMNP para a colonização do Norte do Paraná foi de grande importância. Principalmente na área de suas terras, facilitando o acesso de novos colonos. Além disso, nesse momento, os grandes capitalistas não viam lucro no setor cafeeiro. Dessa maneira, o investimento se volta para este setor por conta dos pequenos proprietários de terras. Os custos de manter a propriedade influenciavam na manutenção da cafeicultura. Enquanto em pequenas propriedades o trabalho era realizado pela família, nas grandes propriedades requeria-se um número elevado de empregados, tornando-se inviável devido aos altos custos de sustentar a dinâmica agrícola. De fato, o que contribuiu efetivamente para o desenvolvimento da cafeicultura na região foi o planejamento projetado pela CTNP/CMNP (TRINTIN, 2006).

No pós II Guerra Mundial, o Estado do Paraná tornou-se o maior produtor de café do Brasil. Nessa altura, a economia já oferecia investimentos no setor urbano-industrial. Por isso, o governo federal suspende a queima do produto e libera a expansão da produção do café. Nesse sentido, se para São Paulo a II Guerra Mundial proporcionou maior investimento no setor industrial, para o Paraná, foi o momento de consolidação da cultura cafeeira no Estado e da ocupação em definitivo da região (TRINTIN, 2006).

Entretanto, segundo Moro (2001, p. 92), “entre o final da década de 50 e início da de 60, o mercado do café entra em profunda crise, decorrente do excesso de oferta do produto em relação à demanda do mercado”. As supersafras no norte paranaense e a entrada de café estrangeiro no mercado mundial levaram a uma crise, a qual desencadeia uma série de eventos até chegar à erradicação da lavoura cafeeira.

No decorrer da década de 1960, o governo passa a desestimular a cafeicultura, direcionando-se à modernização da agricultura e iniciando a política de estímulo à cultura de oleaginosas, mais precisamente o trigo e a soja. Nas palavras de Santos (1988) a agricultura passa, então, a se favorecer dos avanços científicos e tecnológicos, que garantem uma produção máxima sobre porções de terra menores, as evoluções da química e da genética, ao lado das novas possibilidades criadas pela mecanização, multiplicam a produtividade agrícola e amortizam a necessidade de mão-de-obra no campo. Nesta época, ocorre a criação de órgão que participaria desta investida na erradicação do café. O GERCA- Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura, apoiado pelo Programa de Racionalização da Cafeicultura, tinha como meta erradicar 2 bilhões de cafeeiros, os considerados antieconômicos; e incentivar a diversificação de culturas e o investimento na industrialização. Além disso, muitos outros fatores contribuíram para erradicação do café, dentre eles, a geada de 1960 e a ferrugem que também atingiu os cafezais nesta mesma década (MORO, 2001).

Sobre a importância do café para a economia regional, até meados da década de 1960, Serra (2001, p.145), coloca que “o café era o pêndulo da economia regional, sendo difícil encontrar na história outro exemplo de uma simbiose tão completa entre o que o produto trouxe para a região e que encontrou nesta região”. Já no final desta década de 1960, a economia paranaense entra no processo de modernização da agricultura.

De acordo com Moro (2001, p. 91), esta fase foi considerada conservadora e dolorosa. Conservadora porque a posse da terra continuou na mão dos mesmos, ou seja, não rompeu com a concentração fundiária. E, dolorosa, pois acentuou o êxodo rural, tendo os trabalhadores ligados à agricultura e à agropecuária, que procurar novos meios de sobrevivência. Pois, se viram obrigados a migrar para as cidades.

Como analisa Forte (2007, p. 7), a cafeicultura, em 2007, era responsável pela ocupação de 8,4 milhões de trabalhadores, em 1.990 municípios brasileiros. Já nas regiões onde o café foi substituído pelo trinômio soja/milho/trigo, a saída do homem do campo tornou-se fenômeno vertiginoso, culminando na aglomeração dessas pessoas na área urbana e na migração para grandes centros. Embora em muitas regiões do Brasil o cultivo do café não tenha resistido à modernização da agricultura e tenha sido substituído em grande parte por novos tipos de culturas onde este permanece, ainda é uma importante fonte de renda e de geração de emprego.

A preocupação com os pequenos núcleos ocupacionais teve relação direta com o desenvolvimento das principais cidades do Norte Novo do Estado do Paraná. O Estado do Paraná viu no empreendimento da CTNP/CMNP um modelo concreto e de grandes retornos. Passou, então, a empreender programas de colonização semelhantes ao da CTNP/CMNP, loteando e vendendo terras, predominantemente em pequenas propriedades¹⁰. Com essa iniciativa, várias frentes de povoamento foram abertas, sobretudo, no final da década de 1940 e início da década de 1950. Esse povoamento não concentrava-se somente no Norte Pioneiro, mas, ao Norte Novíssimo e em outras áreas em direção ao leste e sudoeste do Estado (TRINTIN, 2006).

De acordo com Cordovil (2010), no Pós-guerra – período de 1940 a 1950, durante os governos de Getúlio Vargas e, depois, no governo de Juscelino Kubitschek, a palavra de ordem era “desenvolvimento”. Houve o incentivo para o estabelecimento de infraestrutura, do qual o Estado do Paraná, assim como os outros Estados, passara, então, por uma série de transformações. Tal fator levou ao aparecimento de novas cidades e ao progresso das já existentes.

Trintin (2006) aponta que a dinâmica dessa área só não era maior devido à falta de estradas que interligassem os núcleos populacionais que iam se formando ao longo do tempo, deixando essa área quase isolada. Dos projetos envolvendo os migrantes do Rio Grande do Sul, a Industrial e Colonizadora Rio Paraná (Maripá), com sede em Toledo, teve ampla participação, a qual se assemelhava com a CTNP/CMNP, que financia terras em pequenos lotes. A característica topográfica muito similar à do extremo Sul do Brasil – marcada por morros e vales – os incentivava ainda mais a praticar as mesmas atividades econômicas e culturais. Com esses atrativos, ocorreu uma rápida ocupação e, por consequência, a expansão do número de estabelecimentos rurais, de modo a determinar o dinamismo econômico paranaense. Trintin (2006) salienta que, em finais da década de 1960, havia poucas terras disponíveis para serem ocupadas.

O setor industrial, no Estado do Paraná, só teria impulso a partir de 1940. As demais atividades, do setor industrial ao terciário, giravam, a partir de então, em torno do

¹⁰ O modelo de pequenas propriedades empreendido pela CTNP/CMNP consistia na venda de lotes rurais de 10 a 15 alqueires paulistas (2,42 hectares), sendo poucas propriedades vendidas que possuíam área maior que 50 alqueires. (CORDOVIL, 2010; DIAS 1998).

desenvolvimento agrícola. Sendo que nunca houve uma monocultura alicerçada no café. Este sempre dividiu o espaço com outras culturas, como: o arroz, o feijão, o milho e o algodão (TRINTIN, 2006; CANCIAN, 1981).

A região de Campo Mourão faz parte do que os tradicionalistas em estudos da ocupação do Norte do Paraná chamam de Norte Novíssimo. De acordo com Steca (2002), essa área corresponde à Região do Vale do Rio Ivaí e compreende cidades como Paranaíba, Umuarama e Campo Mourão, como já foi mencionado.

O Norte Novíssimo foi a última área a ser ocupada no norte do Estado do Paraná. O acesso às terras realizou-se por meio de navegação fluvial e com a utilização do Caminho do Peabiru. É importante salientar que essa área recebeu fluxo das duas frentes de expansão: uma ligada frente à expansão da cafeicultura e a outra ligada aos sulistas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A atuação das companhias colonizadoras nessa área foi em conjunto com o Estado, o qual atuou através do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (D.G.T.C), como é o caso de Campo Mourão, que teve o traçado inicial realizado por este departamento em 1940. A região de Goioerê ficou por conta da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda. (SINOP) (STECA *et al* 2002; HESPANHOL, 1993). O movimento migratório proveniente do Rio Grande do Sul, e uma parcela menor de Santa Catarina, era em sua maioria de origem italiana e alemã, e dispunham de recursos financeiros para adquirir terras e se instalar rapidamente. Instalaram-se, primeiramente, em áreas rurais do oeste/sudoeste paranaense. Formaram pequenas propriedades baseadas em culturas de subsistência e a criação de aves, porcos e gado leiteiro (TRINTIN, 2006).

Assim, podemos perceber que o norte do Estado do Paraná tem uma história particular. Coube ao Paraná suprir o mercado pela demanda de café. E, nesse sentido, os processos de transformação urbana tiveram um atraso em comparação ao estado de São Paulo. As atividades econômicas, no Estado do Paraná, são, em sua grande maioria, o resultado da combinação de seu solo e clima, assim como em quase a totalidade do território nacional. Assim, fatores econômicos, sociais e ambientais desencadearam o processo de conformação da região.

O cultivo de café constituiu para o Estado do Paraná, especialmente na porção norte, uma importante fonte de renda e de desenvolvimento para seus municípios até a década de 1970, quando começa intenso processo de modernização da agricultura e, conseqüentemente,

sua substituição pelo trinômio soja-milho-trigo, iniciando-se desta forma profundas transformações da paisagem agrária estadual. Embora este seja um fato predominante nos municípios paranaenses, determinados espaços não sofreram esta alteração com a mesma magnitude e mantêm até a atualidade o cultivo de café como uma importante fonte de renda, sendo evidente seu predomínio na paisagem. A modernização da agricultura se deu primeiramente na região norte do Paraná, pois era onde se tinha a concentração da exploração agrícola alicerçada no cultivo de café.

3.2 A CONFIGURAÇÃO DO URBANO E A SITUAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A cidade de Campo Mourão estruturou-se ao longo de um processo histórico iniciado em 1920, quando tornou-se distrito policial de Guarapuava. Todavia, a partir de 1940 que, definitivamente, teve-se a primeira leva de migrantes para Campo Mourão, o que se fortalece com o aumento no contingente populacional e ganha forças para se emancipar de Pitanga em 1947. Fundado o município de Campo Mourão, a atração populacional voltava-se, inicialmente, para o setor extrativista, com a retirada da madeira nativa e, posteriormente, para o investimento no setor agrícola, com constantes alterações no meio rural e na estrutura da forma urbana.

Primeiramente, Campo Mourão teve o crescimento imposto pelo estado, uma vez que o mesmo fez a demarcação de glebas e lotes. Entretanto, ocorre que esse loteamento inicial fora sendo modificado e, a partir daí, o estado passa a agir em conjunto com os demais agentes produtores da cidade, especialmente os proprietários fundiários que dominam o cenário até a década de 1960. Nesse momento, as ações das imobiliárias passam a ser percebidas na produção e organização do espaço. Primeiramente, pode-se dizer que os proprietários fundiários se sobressaíram no parcelamento de glebas rurais, apresentando os primeiros loteamentos privados e, a partir de então, foram sendo introduzidos novos agentes, como os promotores imobiliários que, hoje, interatuam no processo de estruturação do espaço urbano mourãoense.

A configuração do espaço urbano brasileiro em que se vive atualmente passou a ser moldado a partir da década de 1940. Santos e Silveira (2006) demonstram através de dados o que ocorria no Brasil, nesse período. Os autores indicam que, entre 1940 e 1950, a população urbana crescia 30%, enquanto que a população global aumentava em 24%.

No decênio seguinte, esses números aumentavam sendo 54% para a população urbana e 39% para a população global, tornando-se cada vez mais nítido o fenômeno da urbanização. Já a população rural fica estacionada nesse momento, o que acarreta ao êxodo rural, um pouco mais adiante.

Antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a base da economia brasileira - incluindo todos os Estados - sustentava-se na agricultura, nos centros mais propícios reinava a política de exportação, entretanto, em muitas localidades, havia o sistema de culturas de subsistência, como era o caso de Campo Mourão entre 1939 a 1945. Santos (2009, p. 28) expõe que até esse momento “o peso das capitais no processo urbano e na população urbana sobreleva, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo”. As capitais brasileiras sempre tiveram prioridades de investimento, isso porque o governo tende a levar maior demanda para os centros mais desenvolvidos.

Nesse percurso da formação urbana brasileira, algumas capitais e estados sobressaem-se, especialmente o Estado de São Paulo, cujo alicerce esteve na crescente produção de café, tanto pela melhoria nos transportes com a instalação das estradas de ferro, como pela melhor adequação dos portos de escoamento da produção agrícola. Contudo, salienta-se que as comunicações tiveram um papel fundamental para deixar o Brasil um país mais dinâmico, mesmo que em pontos estratégicos. Santos (2009, p.29) aponta que, por outro lado, “... é aí também que se instalam, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, que vão tornar efetiva aquela fluidez”. Santos (2009) ainda salienta que:

A divisão do trabalho que se opera dentro dessa área é um fator de crescimento para todos os seus subespaços envolvidos no processo e constitui um elemento de sua crescente diferenciação em relação ao resto do território. É com base nessa nova dinâmica que o processo de industrialização se desenvolve, atribuído a dianteira a essa região, e, sobretudo ao seu polo dinâmico, o estado de São Paulo (SANTOS, 2009, p.29-30).

Na década de 1940, o Brasil rompe com a hegemonia agrícola, estabelecendo-se a industrialização e, apresenta, assim, uma nova lógica econômica e territorial. Todo esse processo atrai a população para as áreas urbanas, totalizando, então, 26,35% de moradores nas cidades (SANTOS, 2009). No caso do nosso objeto de estudo, em 1940, o

projeto da abertura da área urbana estava sendo executado. Nessa região, havia uma densidade demográfica pouco expressiva. As florestas predominavam na paisagem da região como mostra a figura 02. No ponto em que mais tarde se teria o traçado inicial da cidade de Campo Mourão havia apenas algumas residências, com construções em madeira que marcavam a paisagem. Em seu entorno predominava vegetação típica de cerrado, como mostra a figura 03. Mas, podemos observar na figura 02 que, mesmo com o predomínio de florestas, havia áreas com plantações, principalmente próximas às estradas rudimentares, utilizadas para facilitar o transporte dos produtos. Na figura 03, percebemos algumas construções esparsas com predominância de paisagem rural.



Figura 02: José Arana (Pioneiro) e Padre Católico Luiz Kump, 1940. percorrendo a região de Campo Mourão para celebrar missas.
Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira, 2013.



Figura 03: Campo Mourão - Década de 1940 (ano da foto 1944).
Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira, 2013.

Para Santos (2009), a década de 50 pode ser denominada “década da revolução demográfica”. Isso porque se registrou um aumento no número de população nos núcleos urbanos. Primeiro, há uma urbanização aglomerada nos núcleos acima de 20.000 habitantes. E, algum tempo depois, tem-se a urbanização concentrada, “com a multiplicação das cidades de tamanho intermediário, para se alcançar, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno de meio milhão de habitantes)” (SANTOS, 2009, p. 77). Campo Mourão, enquanto município, nesse momento, estava com 32.947 habitantes. No entanto, 32.112 residiam em áreas rurais. Essa marca de 20.000 habitantes na área urbana, a cidade em estudo, só atingiu entre a década de 1960-1970.

Entretanto, nessa década de 1960-1970, os núcleos com mais de 20 mil habitantes participam cada vez mais do conjunto da população brasileira. Essa fase demonstra que as cidades com 20 mil habitantes eram consideradas cidades médias, muito diferente das cidades médias atuais, que possuem população acima de 100.000 habitantes. O fato era que, cerca de 60% da população que vivia nos centros urbanos localizados no sudeste, e o restante espalhado pelo território nacional (SANTOS, 2009). A cidade de Campo Mourão a medida que se estruturava, por meio dos processos produtivos internos e externos, os quais relatamos nos capítulos 04, 05, 06 e 07, atraía mais habitantes, tanto que, em 1950, abrigava 836 habitantes e chega em 1980 com 46.066 habitantes, habitando na forma urbana.

Santos (2009) salienta que além da estrutura urbana ter mudado em virtude dos processos externos e internos, o que movimentava o setor econômico nacional, o Golpe de Estado de 1964 aparece como um marco histórico para a urbanização brasileira, criando condições para a integração do Brasil. Além disso, apresentou um movimento de internacionalização em escala mundial, tornado o país um grande exportador. Trata-se, portanto, de uma fase de transição, em que se vê a configuração das cidades brasileiras se remodelando. Como já foi afirmado por muitos estudiosos, até a década de 1970 ocorre a modernização da agricultura e a fase de maior desenvolvimento do capitalismo agrário. Além disso, marca a transformação de um país rural para um país urbano. Nas considerações de Moro (2001, p. 97), entende-se por modernização da agricultura o processo pelo qual “na sua dinâmica interna, produz mecanismos capazes de alterar

profundamente os componentes socioespaciais que presidem a organização da estrutura do espaço agrário regional”. No âmbito urbano, as taxas de maior densidade populacional estavam concentradas no Estado de São Paulo, e isso não ocorria deliberadamente, mas porque 60% da produção industrial brasileira concentrava-se nesse espaço.

Essa análise elaborada por Santos (2006), sobre a urbanização brasileira, demonstra que a cidade em estudo ficou à margem do processo de urbanização. E, de fato, a inversão da população rural-urbana se dá entre a década de 1970-1980, em conformidade com o Estado do Paraná, que também teve a inversão da população rural-urbana na mesma década. Já no cenário nacional esse processo ocorreu na década anterior, ou seja, entre 1960 a 1970.

Com esse grande contingente populacional direcionando-se às áreas urbanas, torna-se necessária a melhoria ou implantação de transportes, comunicações, informações e, além disso, a expansão do perímetro urbano. E, assim, ocorreu na década de 1950 e 60 a revolução nos transportes, e, em 1970, há a revolução nas telecomunicações (SANTOS E SILVEIRA, 2006). A evolução na estrutura do espaço urbano brasileiro passa a abrigar um contingente cada vez maior da população egressa do campo – em razão da modernização da agricultura – para as zonas mais industrializadas.

O espaço urbano, após essa revolução, passa a despertar e, não raro, exigir novos comportamentos, sobretudo pela circulação de técnica, produtos e homens. Cada remodelação do espaço agrícola se reflete no espaço urbano e, assim, sucessivamente. Todo esse processo se dá de forma paralela à cientifização do trabalho, e da informatização do território (SANTOS 2008; SANTOS E SILVEIRA, 2006). Por isso, é necessário entender o espaço rural de cada município para entender as transformações na forma urbana.

Por isso, entendemos, através desse estudo, que a década de 1970 a 1980 tornou-se um marco e que os passos seguidos nas décadas posteriores foram em decorrência desse período. Por isso, escolhemos o ano de 1980 para explicar a microrregião de Campo Mourão e o fato do município ter se tornado polo de sua microrregião.

Deve-se entender que a gênese e a dinâmica de uma rede urbana estão inseridas no processo histórico, atribuindo a esta uma natureza eminentemente social tornando-a uma dimensão socioespacial da sociedade, refletindo e condicionando a sociedade que a engendrou (FRESCA, 2004, p.13).

Portanto, a rede vai se formando através dos processos de ocupação do território e cada localidade tem uma história particular. De certa maneira, todos os centros, não importa a categoria que ele esteja se exerce pouca ou muita influência, têm sua relevância dentro da rede, dinamizando-a. Analisando por esse viés, em que todos os centros trabalham em favor da rede e não participam de todos os benefícios de tal serviço, ficando com uma pequena fração, pensamos em uma divisão territorial do trabalho gerador dessa desigualdade. Santos (1996, p. 129) explica que “a divisão territorial do trabalho constitui o motor da vida social e da diferenciação espacial”.

A rede urbana no norte paranaense concluiu-se na década de 1960 (FRESCA, 2004)¹¹. A característica predominante das cidades é a instalação nos espigões divisores de bacias hidrográficas, poucas exceções estão próximas às margens de rios, como identificou a autora supracitada. Essa rede urbana que se formara no norte do Paraná compunha centros urbanos mais expressivos os quais estavam mais estruturados e com maior diversidade de funções. E, os menos expressivos detêm muita dependência desses centros. Tal desigualdade entre os centros urbanos, fundados num período muito próximo, reside no fato de que há desigualdade de investimentos (FRESCA, 2004). Até essa data, contava-se 172 municípios na região norte do Paraná (PADIS, 1981).

As discussões sobre a rede são muito relevantes, contudo o assunto que queremos tratar nesse tópico não é a teoria sobre a rede urbana e nem mesmo a rede urbana paranaense, que é um assunto extenso, para além dos limites desta pesquisa. Trataremos especialmente da microrregião geográfica de Campo Mourão, sobretudo para destacar a importância da cidade no contexto de sua microrregião. Optamos por trabalhar a microrregião mostrando os dados de 1980, pelo fato de que finda o período abordado neste estudo e será demonstrado que

¹¹ Sobre estudos teóricos e técnicos mais elaborados sobre rede urbana podem ser conferidos em Fresca (2004), Corrêa (1989), Ferreira (2008), Motta (1999), Santos (1988, 1993), dentre outros. Nessa pesquisa o objetivo é discutir a dinâmica econômica e o crescimento e da cidade de Campo Mourão, o máximo além disso é discutido somente neste ponto quando abordamos a dinâmica da microrregião geográfica de Campo Mourão, para discutir e apresentar a importância dessa cidade para a região onde se localiza.

Campo Mourão se destaca em todos os setores econômicos, por isso se tornou a cidade polo de sua microrregião.

Entre 1966 e 1978, o município de Campo Mourão fica categorizado como centro sub-regional. Töws *et al* (2011) realizaram um estudo comparativo dos processos praticados pelos agentes produtores em Maringá e Guarapuava, e suas estratégias para interação das respectivas regiões, com o objetivo analisar realidades distintas de desenvolvimento regional. Esse estudo mostra a situação das cidades em ordem de importância no estado do Paraná, baseando-se nos estudos da Região de Influência das Cidades-REGIC, realizado pelo IBGE.

Nos 12 anos que se seguiram, embora a expressão de polo regional já fizesse parte da região do município, não houve alteração em sua significância. A modernização da agricultura, nesse período, impulsionava a diminuição da população rural, e uma grande parcela dessa população que saía do campo se estabeleceu nas cidades. Dessa forma, esse processo de modernização agrícola energiza a centralização de algumas cidades, que atraem a população em detrimento das demais.

Em 1980, os municípios somavam 254.550 habitantes. Desses, 75.423 encontravam-se em Campo Mourão (figura 05). Os municípios que formam a microrregião geográfica de Campo Mourão também têm sua base econômica alicerçada na agricultura, atualmente, dinâmica condicionada pelo próprio município de Campo Mourão, que, a partir da década de 1970, muda por completo sua função de fornecedor de madeira para se tornar referência na produção de grãos, especialmente, soja e milho. Podemos observar que, já no ano de 1980, em todos os municípios o uso das terras agrícolas para lavouras temporárias era muito maior que as lavouras permanentes. Há o predomínio de pequenas propriedades, ou seja, de 0 a 10 hectares por propriedade, conforme quadro 01, e conforme o quadro 02 há o predomínio das terras cultivadas pelos próprios donos. Nos quadros 03 e 04, temos os principais produtos comercializados na microrregião.

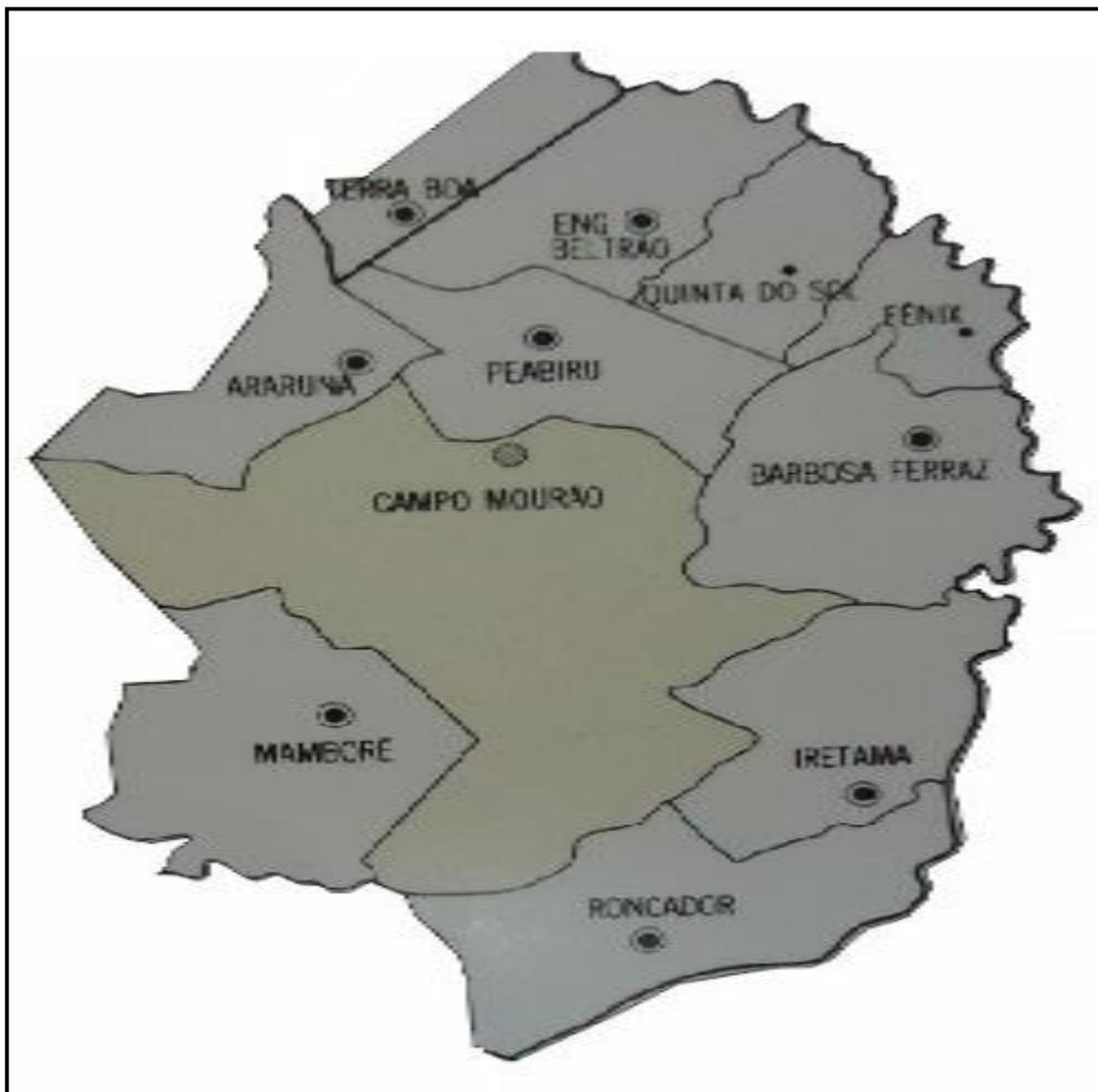


Figura 05: Microrregião geográfica de Campo Mourão.
Fonte: IBGE, 2013.

Campo Mourão se tornou cidade polo de sua microrregião porque se sobressaía nos diversos setores da economia regional. A população, primeiramente, era quase o dobro da segunda cidade mais populosa. Destacava-se no setor de comércio e serviços, contando com mais de 785 estabelecimentos dos 2000 existentes em toda a microrregião. O município, contava com 150 unidades, das 345 indústrias somando todos os municípios da microrregião. Dessa maneira, a cidade estabeleceu as interações socioespaciais com todos os municípios da microrregião, e passou a exercer papéis de importância regional. Nesse sentido, Campo Mourão tornou-se, no final da década de 1970, polo regional do ponto de vista agropecuário, industrial, serviços e comercial.

Quadro 01: Situação dos municípios da microrregião geográfica de Campo Mourão – 1980.

Municípios	População			PIB	IDH	Área-lavoura permanente (ha)	Área-lavoura temporária (ha)	Comércio e serviços (Unidades)	Indústria (Unidades)	Estrutura fundiária		
	Dados 1980	Urbana	/ rural							/total	0 a 10	/10 a 100
Araruna	4.536	9.686	14.222	30.099,36	0,490	6.908	25.975	107	28	222	730	69
Barbosa Ferraz	10.708	25.448	36.156	94.584,46	0,444	5.057	43.178	247	26	1572	1175	106
Campo Mourão	49.339	26.084	75.423	417.785,98	0,676	7.688	148.608	785	150	1265	1270	492
Engenheiro Beltrão	5.813	9.825	15.638	63.179,14	0,711	6.250	44.957	136	18	330	660	83
Fênix	3.415	4.029	7.444	34.541,06	0,487	910	22.271	73	8	320	248	44
Iretama	4.275	17.834	22.109	45.141,10	0,466	3.644	36.610	120	12	2084	710	65
Mamborê	8.274	16.372	24.646	100.532,22	0,619	20	127.436	183	25	1105	1082	222
Quinta do Sol	2.674	5.014	7.688	31.706,38	0,628	3.038	27.783	49	3	256	206	61
Peabiru	7.859	9.107	16.966	61.780,08	0,635	5.241	44.065	147	33	379	542	83
Roncador	3.434	17.991	17.991	48.107,62	0,499	992	35.054	113	9	1630	926	67
Terra Boa	7.257	9.010	16.267	36.638,42	0,568	7.541	14.795	146	33	273	638	29
Total	107.584	150.400	254.550	964.095,82		47.289	570.732	2106	345	9436	8187	1321

Fonte: Ipea dados (1980) IBGE, censos (1980). Org.: BATISTA, M.R.

Quadro 02: Uso das terras e estabelecimentos agrícolas nos municípios da microrregião geográfica de Campo Mourão – 1980.

Municípios	Florestas naturais	Pastagens naturais	Pastagens plantadas	Terras arrendadas	Terras ocupadas	Terras em parceira	Terras próprias
Araruna	249,95	2.779	15.712	1.469	448,40	660,06	39.316
Barbosa Ferraz	156,76	1.008	29.054	3.243	1.714	3.840	60.858
Campo Mourão	3.715	7.736	23.404	16.342	2.305	7.344	148.605
Engenheiro Beltrão	128,42	1.571	6.222	3.493	336,31	1.759	37.964
Fênix	99,19	407,83	4.598	1.778	274,13	1.158	17.886
Iretama	827,01	1.168	24.474	2.836	1.499	5.799	41.870
Mamborê	817,40	2.758	11.704	11.871	1.733	4.270	77.163
Peabiru	541,05	396,28	13.789	2.984	531,67	2.390	39.724
Quinta do Sol	164,99	2.394	11.794	3.689	136,63	1.830	27.420
Roncador	936,22	916,04	9.765	4.555	2.948	6.814	50.602
Terra Boa	151,58	40,65	4.579	516,75	67,82	132,54	30.457
Total	7787,57	21.175	155.095	52.777	11.994	35.997	571.865

Fonte: Ipea dados (1980) IBGE, censos (1980). Org.: BATISTA, M.R.

Quadro 03: Principais produtos agrícolas produzidos nos municípios da microrregião geográfica de Campo Mourão – 1980.

Municípios	Arroz	Café	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Trigo	Algodão
Araruna	4.020	1.353	450	11.280	22.536	1.511,47	3.581
Barbosa Ferraz	4.528	2.525	2.100	54.444	16.404	795,54	5.300
Campo Mourão	3.456	1.500	690	19.740	169.260	28.944	3.581
Engenheiro Beltrão	2.160	1.224	450	14.100	43.260	8.490	3.581
Fênix	1.731	615	588	13.367	9.806	4.547	3.666
Iretama	4.320	743	450	53.808	6.300	514,53	2.596
Mamborê	9.580	0	0	64.800	141.636	21.329	16.477
Peabiru	2.700	1.020	300	11.280	53.760	5.627	2.506
Quinta do Sol	2.160	595	300	14.100	24.990	3.859	2.506
Roncador	5.544	101	1.824	47.600	11.750	1.523	2.197
Terra Boa	610	3.293	0	5.979	13.640	2.872	508,47
Total (toneladas)	40.809	12.969	7.152	310.498	513.342	80.012,54	46.499

Fonte: Ipea dados (1980) IBGE, censos (1980).

Org.: BATISTA, M.R.

Quadro 04: Principais produtos pecuários produzidos nos municípios da microrregião geográfica de Campo Mourão – 1980.

Municípios	Bovinos	Suínos	Caprinos
Araruna	28.590	8.103	187
Barbosa Ferraz	45.624	18.850	800
Campo Mourão	51.404	27.152	900
Engenheiro Beltrão	13.466	8.860	100
Fênix	8.016	3.491	200
Iretama	35.777	21.609	870
Mamborê	23.270	18.879	733
Peabiru	27.686	7.564	85
Quinta do Sol	30.345	3.990	75
Roncador	9.812	18.359	1.200
Terra Boa	7.650	7.000	130
Total Cabeças	281.640	143.857	5.280

Fonte: Ipea dados (1980) IBGE, censos (1980).

Org.: BATISTA, M.R.

A estrutura econômica da microrregião no ano de 1980 balizava-se na forte inserção da agropecuária. O solo dominante é o latossolo roxo, de textura argilosa, profundo, muito fértil, de grande aptidão para sustentar intensa atividade agrícola. Essa característica explica a cultura de café ter adentrado a região de Campo Mourão e também esse município ter representatividade no cenário atual na questão da agricultura (Yokoo, 2007).

Os principais produtos produzidos e comercializados nessa década, em especial os grãos e algodão eram trazidos para os armazéns instalados em Campo Mourão. O que confirma o município como polo regional. Todos os municípios somavam juntos 570.732 hectares de área colhida nas lavouras temporárias. Os municípios que mais se destacavam nessa atividade era Campo Mourão, com 148.608 hectares, e Mamborê, com 127.436 hectares de lavoura temporária. Outra similaridade entre esses dois municípios consiste no Pib mais elevado, o primeiro com 417.785, e o segundo com 100.532,22, respectivamente (quadro 01). Apesar desse Pib elevado, os dois municípios não possuem IDH elevado. O IDH mais elevado da microrregião era de Engenheiro Beltrão, com 0,711. O fator preponderante para Engenheiro Beltrão atingir essa marca, atribui-se ao setor de secundário e terciário, uma vez que havia 5.813 habitante na população urbana, contando com 136 estabelecimentos de comércio e 12 indústrias. O restante da população, ou seja, 9.825, praticava atividades rurais. Essa dinâmica do município o colocava em 4º na posição no PIB da microrregião, conforme quadro 01.

No ano de 1980, a população da microrregião era predominantemente rural. Dos 254.550 habitantes, 150.400 viviam nas áreas rurais. Por esse fator, o setor agrícola tinha muito destaque. Contudo, a microrregião e o município de Campo Mourão estruturaram-se em conjunto com o processo que vinha ocorrendo no Estado do Paraná e no Brasil.

A ênfase dada ao município de Campo Mourão se deve à metodologia utilizada para entender como os processos que ocorriam na escala nacional e estadual, entendendo como isso se dava sobre a cidade e no meio rural de Campo Mourão. Entendemos, com isso, que cada lugar é singular¹². Santos (1988, p. 21) percebe que “a teorização depende de um esforço de generalização e de um esforço de individualização. A generalização nos dá a listagem das possibilidades; a individualização nos indica como, em cada lugar, algumas dessas possibilidades se combinam”. Nesse sentido, a individualização em determinados momentos é necessária para entendermos as particularidades de cada município do Paraná.

¹² Sobre as teorias de singularidade ler Fresca (2004).

4. A GÊNESE DA CIDADE

As primeiras famílias de colonos a fixarem-se na região de Campo Mourão-PR datam de 1903. No entanto, só em 1920 houve uma atribuição significativa, quando se torna Distrito Policial e Judiciário de Guarapuava. Isso significa que essa cidade inicia sua história de ocupação e desenvolvimento no começo do século XX, antes da fase de expansão cafeeira chegar na região. A instalação do município só ocorreu no final da década de 1940¹³.

A família de José Luiz Pereira foi a primeira a fixar residência, depois vieram outras famílias como as de Guilherme de Paula Xavier, Antônio Luiz Pereira, Cesário Manoel dos Santos e Bento Gonçalves Proença, dentre outros. Essas famílias, de acordo com Onofre (2005), conseguiram do governo o título de posse das terras na região mourãoense. Os títulos de posse concedidos pelo governo paranaense marcam a história fundiária da região de Campo Mourão e de muitas dentro do Estado do Paraná. A base da economia, nesse período, era dedicada estritamente à pecuária e à agricultura de subsistência, “Campo Mourão parece ser atualmente o extremo de uma corrente migratória que do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, migrações essa também de “safristas” que tudo ignora das culturas tropicais” (MONBEIG, 1984, p. 207).

Muitas das famílias que tinham recebido o título de posse de terras demoraram para residir em Campo Mourão e algumas, de acordo com os historiadores locais, nunca chegaram a visitar as terras. Esse fator é atribuído ao isolamento que ficariam as famílias ao migrarem para a região de Campo Mourão, pois ainda era uma terra pouco conhecida. A figura 06 mostra o registro da primeira casa construída em Campo Mourão na propriedade do pioneiro José Luiz Pereira. A casa rudimentar era construída em madeira – provavelmente com a madeira retirada da própria propriedade, e os animais eram utilizados para arar a terra, transportar mantimentos e transportar seus próprios donos.

¹³ Essas datas apontadas referem-se exclusivamente ao início da ocupação de Campo Mourão, entretanto, já havia o Caminho do Peabiru ou de São Tomé, que se trata de uma rota indígena antiga que cruzava o interior do estado do Paraná. Para aprofundamentos sobre a história desse caminho histórico ver Colavite (2009), Santos (1985), Onofre (2005), Ferreira (2012), dentre outros.



Figura 06: Primeira casa construída em Campo Mourão, 1903.
Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira, 2012.

A concretização da frente pioneira sobreveio após a construção da estrada entre Maringá – Campo Mourão e, conjuntamente com a instalação de uma balsa rústica no rio Ivaí que, algumas décadas depois substituídas por uma ponte facilitando de vez a dinâmica econômica e integração das frentes pioneiras do Norte e do Sul.

Assim como a figura 07, a figura 08 também demonstra na paisagem as condições de vida dos primeiros habitantes de Campo Mourão. Nas duas figuras, a similaridade entre elas consiste na casa com construção em madeira e a mata fechada que se dispõe no fundo das residências e com diversa espécies de árvores. De acordo com Arboretos (2013) entre as espécies se destacavam as araucárias (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze 1898) e perobas (*Aspidosperma Poly-neuron*), dentre outras. A figura 08, de 1936, apresenta um comércio. Nela vemos uma área mais descampada com a mata não tão predominante como nas figuras anteriores.



Figura 07: Casa de sapé de João Bento em Campo Mourão, na região do Parque Municipal, 1905.
Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira, 2012.

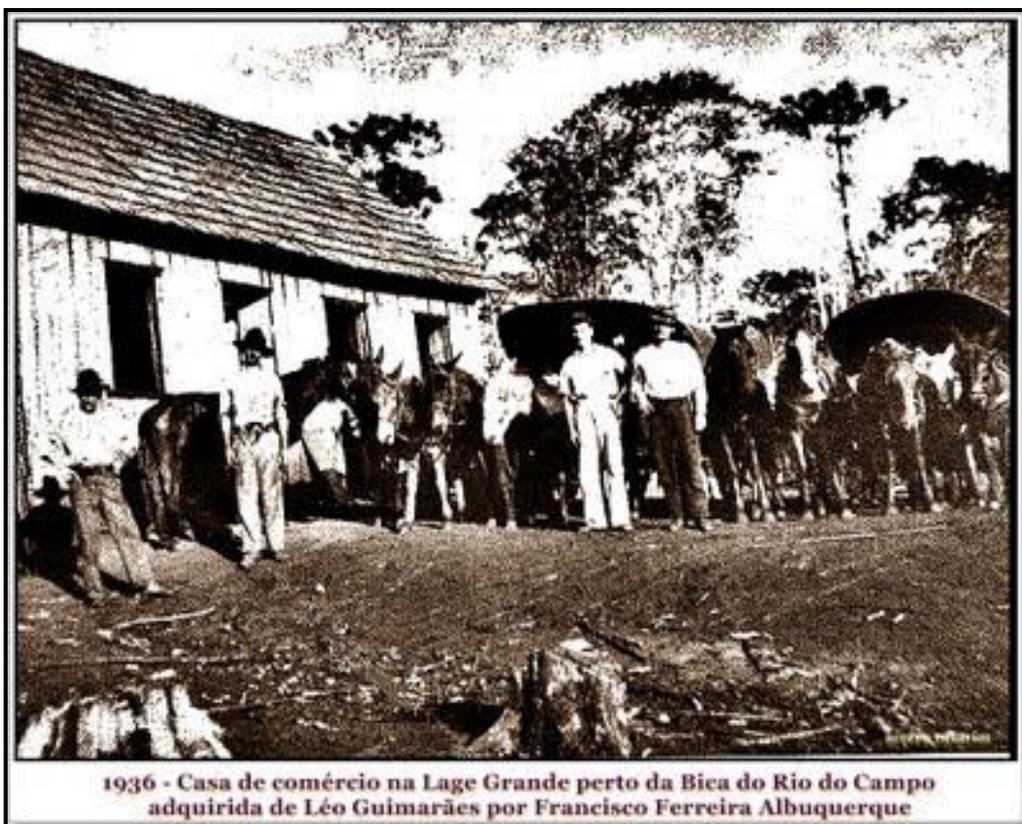


Figura 08: Casa de comércio, 1936.
Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira, 2012.

Em 1920, quase 20 anos após a instalação das primeiras famílias, Campo Mourão foi elevado à categoria de Distrito Policial e Judiciário de Guarapuava. Neste ano havia cerca de 200 habitantes. Guilherme de Paula Xavier foi o primeiro juiz distrital de Campo Mourão. A nomeação e posse, em Guarapuava, registrou-se dia 1º de janeiro de 1921, quando da instalação oficial do Distrito Judiciário de Campo Mourão.

A criação do Distrito Policial e Judicial em Campo Mourão denotava a necessidade de efetivar a ocupação dessa localidade e, ainda, podemos incluir que o território do município de Guarapuava era muito extenso para ficar concentrado no poder somente na sede distrital. De mesma maneira, entendemos também que esse foi efetivamente o passo que mais tarde levou à fixação de mais famílias nas proximidades de Campo Mourão.

As investidas para a criação de cidade tem início em 1924 com o primeiro projeto, no qual se estabelecia a sede na margem direita do Rio 119, sob a coordenação de Edmundo Alberto Mercer e Carlos Coelho Junior (Figuras 09, 10 e 11). O segundo projeto, de 1929, esboçado por Antônio Alves de Melo Feitosa, estabelecia a sede municipal no divisor de águas dos rios 119 e 123. Ambos os projetos, ligados ao Departamento de Terras e Colonização, se encarregariam de marcar a área de 2 mil hectares para formação da Vila de Campo Mourão, a qual pertencia à Guarapuava desde 1920. Nenhum dos dois projetos foi realizado.

O projeto definitivo só seria aceito e executado no ano 1940, 11 anos mais tarde da apresentação dos primeiros projetos de urbanização, onde se tornaria a sede do município de Campo Mourão, em 1947. Interessante frisar que o governador do estado do Paraná, entre 1924 a 1929, fora Caetano Munhoz da Rocha. A economia voltada para a extração e exportação de madeira, e os coadjuvantes, como, por exemplo, a criação de bovinos e suínos, já os cereais (milho, feijão, etc.) aparecem em pouca quantidade sendo grande parte para consumo na própria propriedade. A criação de escolas também era de interesse do governador e, não priorizando somente a capital Curitiba, mas também havia projetos para ampliação das unidades escolares no interior do Paraná abrangendo o norte e oeste do estado¹⁴.

¹⁴ Relatório do Governador do Estado do Paraná Caetano Munhoz da Rocha. Disponível em <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br>> acesso em 10 outubro de 2013.



Figura 09, 10, 11: Expedição de Edmundo Mercer, João Bento e Coelho Jr. Década de 1920.
Fonte: Acervo do Museu Municipal Deolindo de Mendes Pereira, 2013.

Esse empenho em cunhar uma área urbanizada no noroeste do Paraná provinha do próprio movimento para a ocupação total do território nacional e de uma estruturação político administrativa. Como já foi comentado antes, esses espaços poderiam ser mais bem administrados e controlados com a instalação da municipalidade. Muitos dos projetos de cidade idealizados antes de 1930 tinham como ponto inicial do núcleo urbano, sempre nos divisores de água. Essa estratégia foi aplicada em grande parte dos municípios. Inclusive, colonizadoras como a CTNP/CMNP também seguiam essa prática projetual, embora seus

planos de cidade fossem mais elaborados do que os projetos idealizados pelos órgãos governamentais.

No mapa (Figura 12) do Instituto de Terras Cartografia e Geociência-ITCG, nota-se a indicação do futuro município de Campo Mourão que, em 1938, ainda era distrito de Guarapuava. No mesmo mapa ainda podemos analisar que havia um vazio de municípios no noroeste do Paraná, enquanto que a nordeste, a região chamada de norte velho e no litoral, já havia uma densidade de cidades. E, na região de Campo Mourão, apenas alguns pontos indicavam as futuras cidades.



Figura 12: Paraná 1938. Com indicação de Campo Mourão.
Fonte: ITCG, 2012 (<http://www.itcg.pr.gov.br>). Adaptado de.
Organizado por BATISTA, M. R. 2013.

Antes de o estado intervir de maneira direta, como a divisão de glebas rurais, o traçado das cidades, a demarcação de lotes urbanos, etc., essa região tinha sua dinâmica econômica voltada para as práticas rurais de subsistência, em alguns propriedades na região existia o cultivo de café, sempre associado a outras culturas. E, com áreas pouco cultivadas em virtude das poucas famílias, além das que não dispunham de recursos para aderir aos cultivos mais modernizados. Muitas das famílias que viviam nessa região eram de posseiros ou estrangeiros que vinham de outros países, incentivados pelas propagandas do governo. Estes também não dispunham de muitos recursos.

A demarcação em definitivo da sede urbana do município ocorreu em meados da década de 1940, mais precisamente a partir de 6 de outubro de 1940, realizada pelo topógrafo Eugenio Zaleski, também ligado ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC)¹⁵. A forma inicial da malha urbana de Campo Mourão, como pode ser observado no mapa 01, foi favorecido por uma formação de relevo suavemente ondulado, projetando-se ao longo do espigão que separa o rio do Campo e o rio 119. Estes foram, por muito tempo, limitadores naturais da expansão da forma urbana. Todavia, com o crescimento da cidade, estes limites foram sendo superados. Já na década de 1960, com o surgimento da Vila Guarujá, a forma urbana ultrapassa o rio do Campo.

O local escolhido para demarcar as vias não foi aleatório. Neste local havia habitações, pequenos comércios e o Instituto Santa Cruz de Ensino, com a função de confraternização, no caso da igreja e o colégio, além de estar ligado ao ato religioso, ainda tinha uma função especial, ou seja, educar os filhos dos agricultores (Figura 13 e 14).

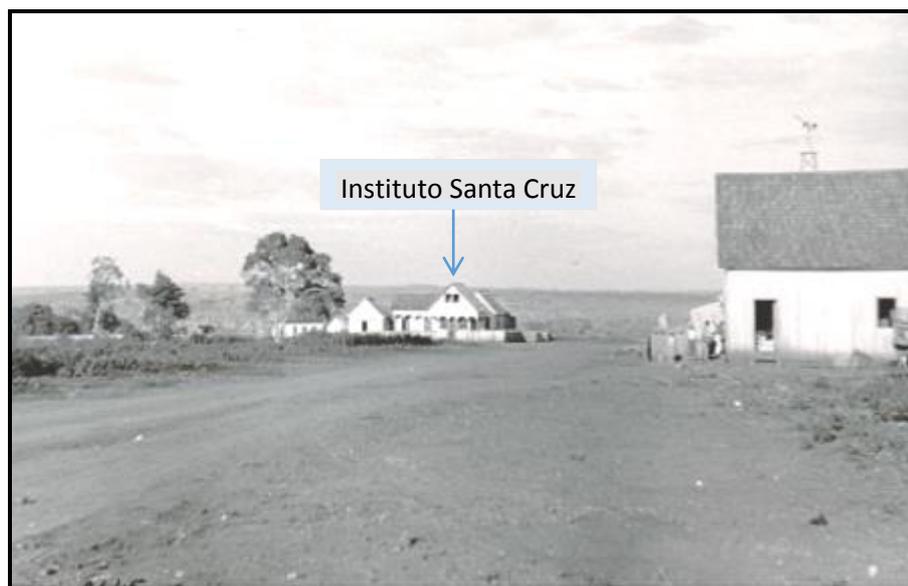


Figura 13: Campo Mourão década de 1940. Com o Instituto Santa Cruz.
Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira, 2013.

¹⁵ Ao norte: Pelo rio Quilômetro 123, confronta com a gleba nº9 da colônia Mourão, e terras devolutas do Estado por uma linha reta e seca na extensão de 6.009,00m., que, do Marco XXIII vai até o Marco XXXVIII, à margem esquerda do rio do Campo. Ao Sul: Pelo rio Quilômetro 119 e uma linha reta e seca na extensão de 2.307,50m., que, do Marco IV vai ao Marco IX, confronta com terras tituladas a Miguel Luiz Pereira, e terras devolutas do Estado, por uma linha reta e seca na extensão de 1.622,60m., e pelo rio do Campo. A leste: Pelo rio do Campo, confronta com terras devolutas do Estado. A sudoeste: Por uma linha reta e seca na extensão de 1.136,30m., confronta com terras tituladas a Luiz Losso e Domingos Mendes e Irmãos. A oeste: Por uma linha reta e seca na extensão de 2.835,00m., confronta com terras devolutas do Estado (SANTOS, Valderi, 1995).

Nessa década de 1940, tem-se, assim, a forma inicial da área urbana de Campo Mourão, com uma área de 412,10 hectares. Sua característica é marcada por malha em xadrez (formato grelha), sendo que esse formato é característico das cidades do período do café, com ruas e avenidas largas, formando quadras nos padrões de 100 metros x 155 metros, e gerando lotes com até 900 m² (CAMPO MOURÃO, 2007).

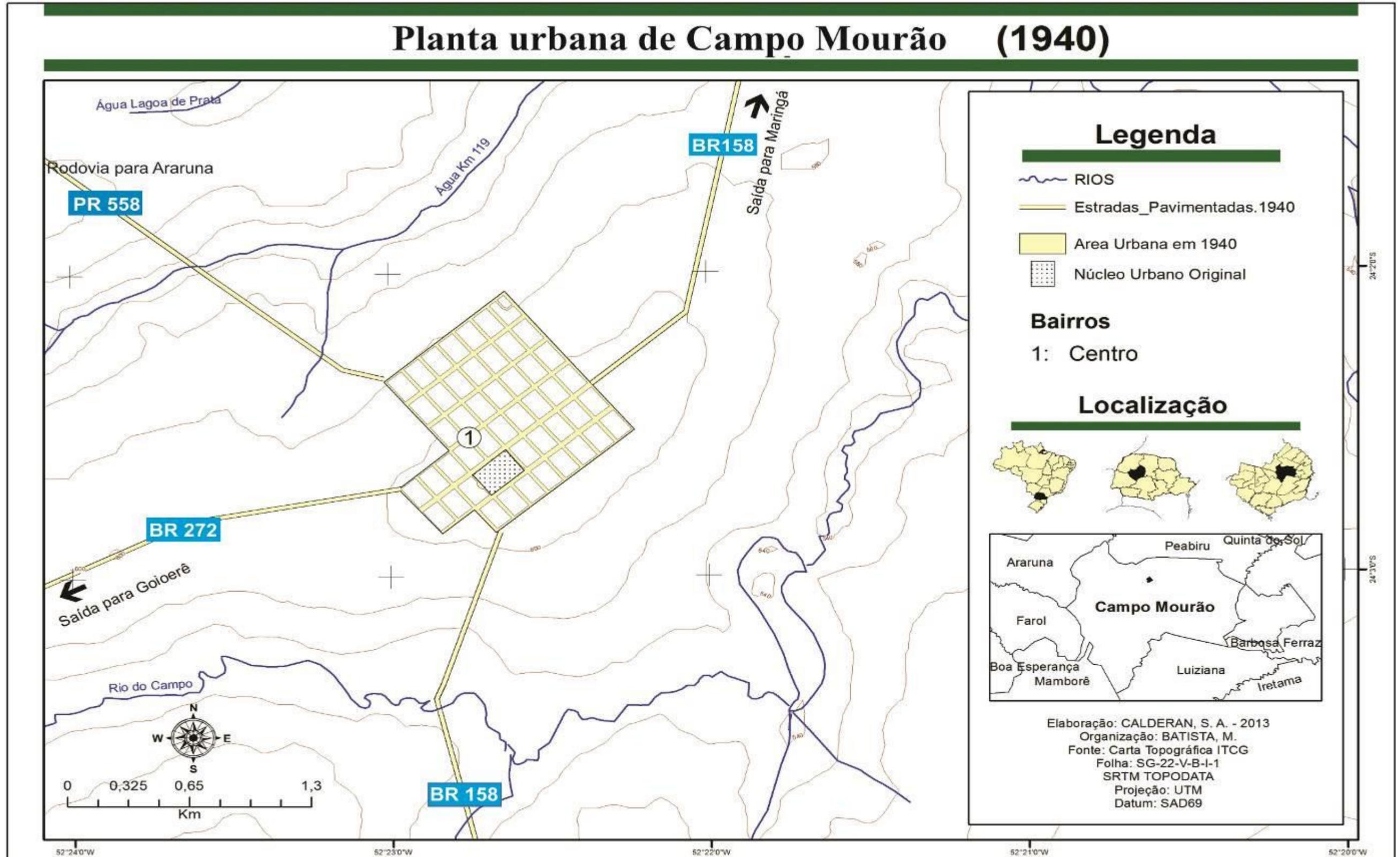


Figura 14: Campo Mourão década de 1940. A Igreja São José construída em 1942. A igreja São José; 1 ano depois, em 19 de março de 1944, data consagrada a São José, foi celebrada a primeira missa na igreja, que foi levantada na beira da raia dos Porungos, local onde se realizavam as corridas de cavalo (mais tarde se tornaria a praça Getúlio Vargas). A pequena igreja era de madeira, incluindo a cobertura, construída pelo pároco Padre Aloysio Jacobi.

Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira. 2013.

A planta do patrimônio de Campo Mourão (figura 15), de 1943, foi realizada a pedido do prefeito de Guarapuava Mario Pimentel de Camargo devido às divergências na confecção do mapa do município de Guarapuava. Na planta, vemos os 2000 hectares iniciais destinados especificamente ao distrito de Campo Mourão, da gleba mourão. Requerida a nova demarcação pelo prefeito de Guarapuava, em 21 de julho de 1942, e aceita pelo interventor Manoel Ribas. Definida a área do distrito em 30 de setembro de 1943, o mesmo passou a pertencer ao município de Pitanga até 1947.

Planta urbana de Campo Mourão (1940)



Mapa 01: Planta urbana de Campo Mourão em 1940.
Organizado por BATISTA, M.R.

Na figura 15, notamos que as terras que circundavam o patrimônio eram terras do estado, ou seja, eram terras devolutas que não haviam sido ocupadas por terceiros. No entanto, enclausurados dentro da área do patrimônio existiam terras que pertenciam ao pioneiro Miguel Luiz Pereira, localizadas próximas à área em que foram traçada as primeiras vias e onde se originou – e ainda é – centro da cidade. A função dessa demarcação era definitivamente estabelecer a sede do distrito, ao se emancipar, Campo Mourão adota essa área para sede municipal, por ser a área mais estruturada.

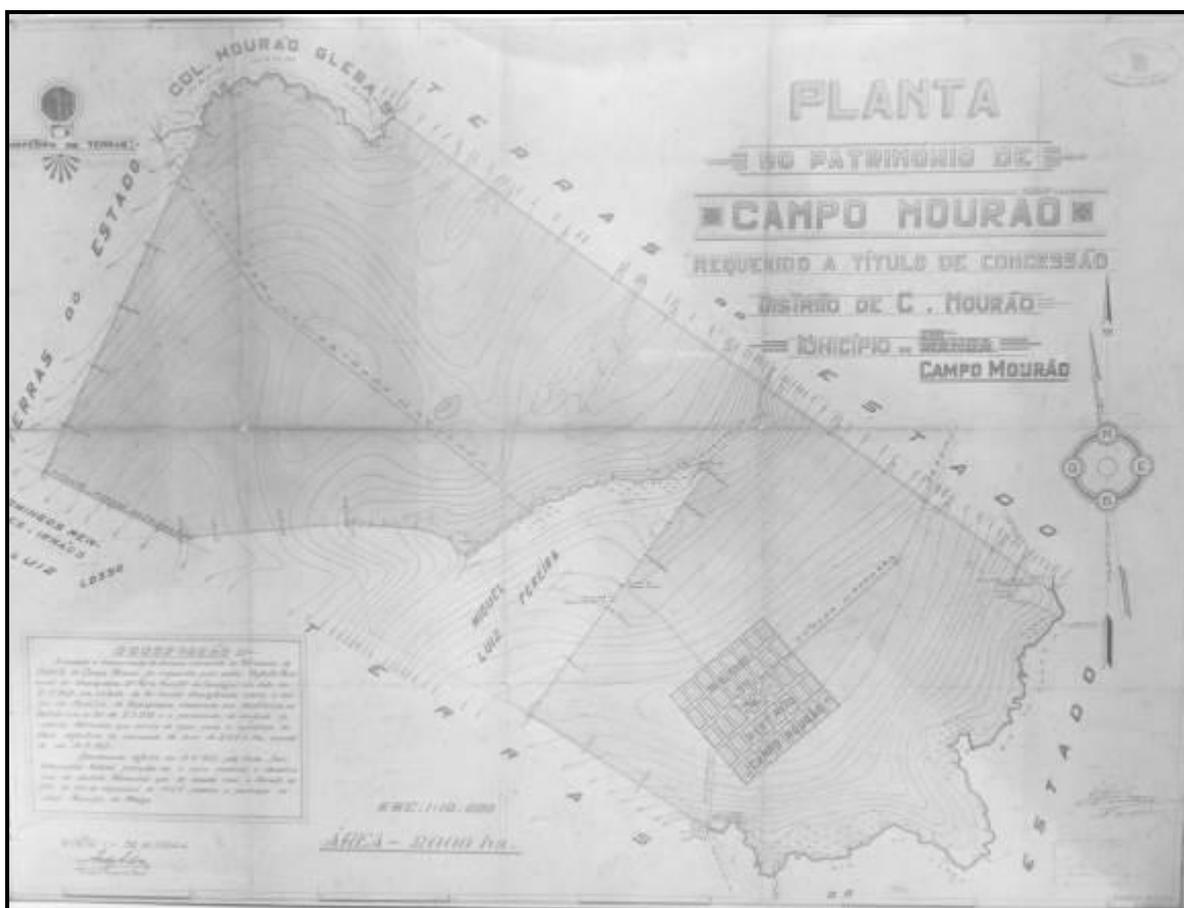


Figura 15: planta do patrimônio de Campo Mourão, 1943.
Fonte: Prefeitura municipal de Campo Mourão, 2013.

O estabelecimento da sede da cidade se deu via decreto, em 1943 (Decreto-Lei nº. 199, de 30 de dezembro de 1943), o que levou ao desmembramento do município de Guarapuava, sendo criado o município de Pitanga, ao qual o distrito de Campo Mourão passou a pertencer. Quatro anos mais tarde, em 10 de outubro de 1947, pela Lei Estadual nº. 2, foi criado o município de Campo Mourão e, no ano seguinte, elevado a Comarca de 1ª instância (Lei Estadual nº. 93, de 14 de setembro de 1948) (CAMPO MOURÃO, 2007). Depois de sua emancipação teve como prefeito escolhido o senhor José Antônio dos Santos em 1947. Logo

após quem assumiu a administração da cidade foi o senhor Pedro Viriato de Souza Filho (1947 – 1950), já havendo uma eleição formal, como explicaremos mais adiante.

A figura 16 mostra a paisagem de Campo Mourão no final da década de 1940. A imagem de 1948 exhibe a Igreja São José, o Colégio Santa Cruz, um comércio, um campo de futebol e uma floresta ao fundo. Essa paisagem ao findar o nosso período de estudo, foi totalmente transformada. A igreja foi substituída por uma Catedral com uma construção mais elaborada, já denominando-se Catedral São José. O colégio foi transferido para outra área próxima, dando lugar a Praça São José. O campo de futebol transformou-se na Praça Getúlio Vargas. Somente restou a Rua Brasil, separando as duas praças, contudo, também foi transformada.



Figura 16: Rua Brasil em 1948.

Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira.

É importante destacar a floresta que vemos ao fundo da figura 16. Incide-se que, como é comum nas histórias da maioria das cidades brasileiras aliar o desmatamento ao desenvolvimento, na cidade em estudo não é diferente. Ao abrir novos loteamentos, gradativamente foram retirando todo o restante das florestas que ainda não tinham sido comercializadas. Muito embora não houvesse floresta densa na forma inicial, pois, como já comentamos, o local possuía características de vegetação típica do cerrado, com predominância de gramíneas e com áreas florestadas próximas aos rios. Mesmo assim, o que havia de mata no caminho foi sendo derrubada à mão, ou passava-se os tratores para abertura das vias e dos lotes. No final da década de 1950, o loteador do Jardim Lar Paraná, que será apresentado mais adiante, impunha aos compradores dos lotes que plantassem duas árvores por lote. Provavelmente, inspirando-se em Londrina, sua cidade de origem, onde se tinha tal prática.

No processo que envolveu o plano inicial da cidade de Campo Mourão, o estado adentra a história como principal agente envolvido na organização do espaço urbano. Havia algumas famílias de posseiros habitando o lugar, o que levou a uma série de conflitos, uma

vez que era necessário legalizar e comprar as terras para poder utilizá-la para habitar, cultivar ou extrair a madeira. Embora a literatura indique que houve conflitos em áreas como o extremo noroeste e no sudoeste do Paraná. Nessa região houve mais conflitos isolados envolvendo posseiros e grileiros sem muita repercussão. Enfim, os menos favorecidos de capital foram expropriados de suas terras, muitos buscaram abrigo na cidade e outros rumaram para outras regiões como sudoeste e oeste do Paraná.

Em 1947, Campo Mourão emancipa-se de Pitanga e inicia um processo de crescimento coordenado pelos gestores municipais, mas, especialmente pelos processos que são inerentes ao desenvolvimento urbano. Ainda no final do ano de 1947, em 5 de dezembro, foi criada a Câmara Municipal, com 8 vereadores eleitos (SANTOS JR, 2006). Desse ponto em diante, aos gestores municipais ficava designada a função de organizar e administrar o espaço urbano e agrário do município de Campo Mourão.

Em 1947 a área do município de Campo Mourão totalizava 170.980,862 hectares. A área encontrava-se dividida em 23 glebas¹⁶. Nos dados do ITCG (1987) as principais vilas sobre supervisão do novo município eram: Barbosa Ferraz, Campina da Lagoa, Juranda, Barreirinho de Oeste, Jaracatiá, Mamborê, Farol, Fênix, Quinta do Sol, Roncador e Iretama. Posteriormente, essas localidades foram sendo emancipadas, tornando-se, então, municípios. Exceto Barreirinho do Oeste, que ainda é distrito de Janiópolis. Quanto aos meios de comunicação existentes, Campo Mourão contava com uma agência postal e uma de empresa radiotelegráfica.

Com a criação do município, surgiu a necessidade de eleger seu primeiro representante político. Para isso foi nomeado o senhor José Antônio dos Santos para governar até as eleições legais. Nas eleições legais, elegeu-se Pedro Viriato de Sousa Filho, que governou até 1950. No final do ano de 1947, o prefeito não teve muita ação, isso na priorização por políticas que acarretasse no desenvolvimento urbano.

Contudo, no ano de 1948, são decretadas leis que seriam importantes para o desenvolvimento urbano do novo município, tal como a Lei nº 04 de 14 de março de 1948, a que concede “isenção do imposto predial, por quatro anos a todo edifício que for construído de acordo com as posturas municipais até a data de 31 de dezembro de 1948”¹⁷. Convém

¹⁶ De acordo com o ITCF (1987) essas áreas eram divididas e medidas para ter uma noção real dos limites da Colônia Mourão para que pudesse ser tomadas iniciativas de venda dos lotes ficando a cargo do DGTC o atendimento dos requerimentos de compras de terras. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTA (ITCF). Campo Mourão. 1987.

¹⁷ Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão 1948-2009.

destacar que essa Lei, de 1948, incentivava a urbanização na cidade, com a isenção do imposto predial. Isto porque uma vez instalada a cidade era necessário atrair moradores para o crescimento da mesma.

As posturas municipais referidas na Lei 04/48, citada anteriormente, se referem à Lei anterior, a nº 03/48, que estabelecia diretrizes para a construção de edifícios. Nessa Lei, conta que somente seria permitida a construção de edifícios ou cercas no perímetro urbano, mediante requerimento com aprovação da planta e do alinhamento, sendo que a permissão deveria ser encaminhada ao Prefeito, para a sua avaliação de construção. Além disso, deveria se pagar a taxa de CR\$ 100,00¹⁸ por projeto. Essa lei demonstra que o gestor municipal tinha a função de administrar e estruturar o município e também de organizar o espaço urbano até mesmo nos quesitos de projeto de residências.

O valor dos impostos sobre os lotes urbanos, nessa época, já era definido através de sua localização, que se dividia em: primeira zona, segunda zona e terceira zona, respectivamente da área central para a periferia. Este imposto territorial urbano variava de Cr\$ 20 a Cr\$ 5 cruzeiros (CAMPO MOURÃO, 1948). Iniciava-se, à época, a diferenciação e segregação de áreas dentro da cidade. Do mesmo modo, poderia se uma estratégia para a ocupação das áreas periféricas, uma vez que a área central ficasse cada vez mais valorizada. No entanto, quem residia na área central eram os próprios gestores municipais, prefeitos e vereadores, bem como os proprietários de comércio, de terras, etc. Essa área era provida de infraestrutura, e localizava-se próxima aos serviços da principal área comercial.

As legislações vigentes estabelecidas nessa década, embora fossem poucas, já eram significativas e, consistiam nas primeiras manifestações que partiram do poder público para ratificar as funções de cada espaço dentro da forma urbana. Destarte, no processo de crescimento da cidade muitas dessas legislações urbanísticas ficaram com suas funções obsoletas, não condizendo mais com o porte da cidade e foram gradativamente substituídas ou emendadas.

A forma urbana existente era composta por seis avenidas (norte a sul) e sete ruas (leste a oeste) (Figura 17). Essas vias só passaram a receber investimentos a partir de 1956, quando foi implantado o primeiro orçamento destinado à realização do calçamento. Dessa maneira, as ruas e avenidas da cidade ficaram por 16 anos exibindo na paisagem apenas a terra vermelha por onde passaram os tratores para abertura das vias.

¹⁸ Moeda vigente no Brasil de 01/11/1942 a 12/02/1967 - Cruzeiro (Cr\$).



Figura 17: Aerofoto de Campo Mourão em 1953
Fonte: Campo Mourão - Plano Diretor (2007).

A paisagem urbana ainda apresentava características do meio rural com uma paisagem natural, ainda envolta pelo cerrado, com muitas áreas florestadas margeando a cidade. Isso porque a economia era fundamentada na extração de madeira retiradas das florestas que circundavam a cidade e as terras municipais. Essa modalidade não resistiria até década de 1960, quando já se tornam escassas as reservas naturais de pinheiros, perobas e árvores típicas da mata atlântica. Essas florestas foram desaparecendo da paisagem e os espaços vazios foram gradativamente sendo ocupados com plantações de trigo, milho, e demais tipos de lavouras temporárias. Em menor escala, tinha-se a associação de plantações de café com milho.

4.1 DINÂMICA DOS DESMEMBRAMENTOS

Campo Mourão pertence à região chamada de Norte Novíssimo, como já mencionamos anteriormente. Essa região, assim como em todo o território paranaense, teve intensa ocupação a partir do ano de 1900. O censo de 1900 atribuiu ao Paraná 327.136 habitantes. Evidenciando o contínuo crescimento de sua população, em 1920 havia 685.711

habitantes. Já em 1940, a população quase dobra chegando em 1.236.276 habitantes (ITGC, 2013).

De acordo com Onofre (2005) e Silva (2008), esse crescimento demográfico influenciava nas políticas governamentais, na esfera local e estadual. Inicia-se, então, uma série de reivindicações por emancipação pelos gestores locais e até mesmo o governo estabeleceu, nesse período, diversos pontos de controle. Inclusive, Campo Mourão, em 1920, foi elevado à categoria de Distrito Policial e Judiciário de Guarapuava. Os objetivos do governo era aproveitar racionalmente as terras devolutas do interior do Paraná e controlar a crescente expansão. Tinha-se, ainda, a finalidade de eliminar o isolamento das famílias.

O fato é que os desmembramentos acarretavam em perda de território, mas por outro lado garantia-se maior controle do mesmo. Depois de Pitanga ter sido desmembrado de Guarapuava em 1943, Campo Mourão passa a pertencer ao município de Pitanga (Figura 18 e 19), sob o Decreto nº. 199, de 30 de setembro de 1943 (VEIGA, 1999, p.33).

Em 1947, já com as benfeitorias e a demarcação do traçado das primeiras vias, ocorre a emancipação política de Campo Mourão (figura 20). Os desmembramentos municipais começaram no ano de 1951, com a criação do município de Peabiru. Em seguida, no ano de 1956, com a criação do município de Goioerê. Em 1960, a emancipação dos municípios de Barbosa Ferraz, Campina da Lagoa, Fênix, Mamborê, Iretama, Roncador, Ubiratã, Janiópolis, Luisiana e, por último, no ano de 1991, houve a criação do município de Farol (SANTOS, 1995; ONOFRE, 2005; SILVA, 2008).

A partir do organograma, apreendemos que do território de Campo Mourão, ao se desmembrar de Pitanga, deu origem a mais 20 município (Figura 21).



Figura 18: Campo Mourão no Município Guarapuava.
Fonte: ONOFRE, G. R. (2005).

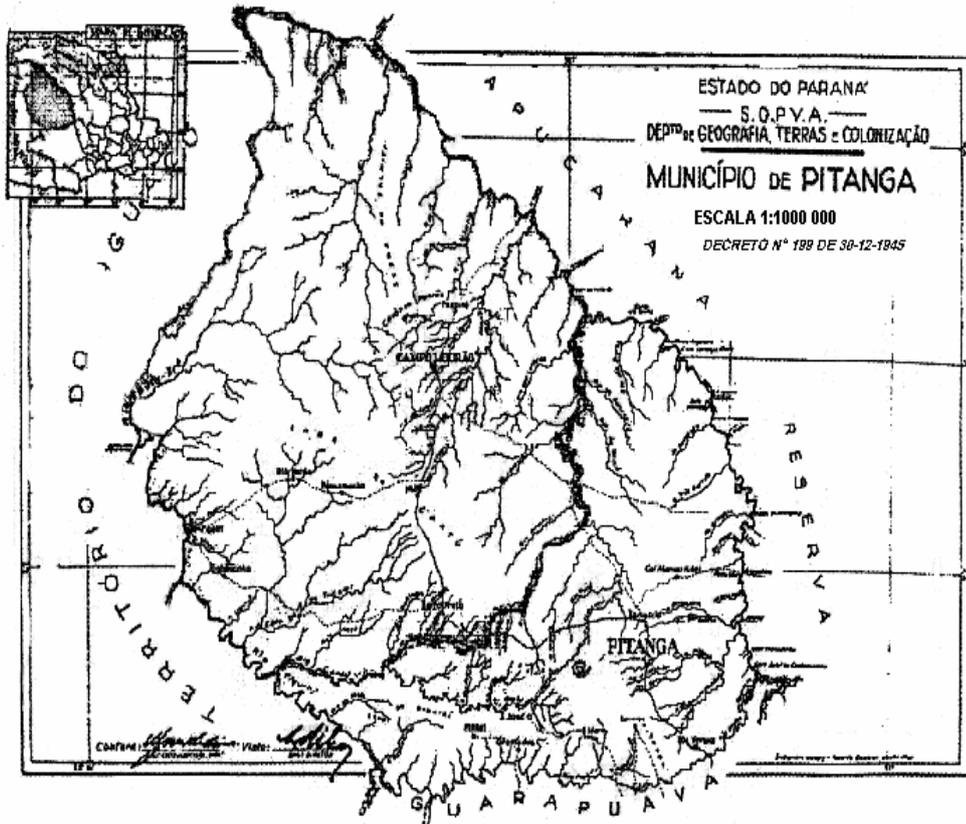


Figura 19: Campo Mourão no Município de Pitanga.
Fonte: ONOFRE, G. R. (2005).



Figura 20: Campo Mourão em 1947. Emancipado de Pitanga.
Fonte: ONOFRE, G. R. (2005).

A dinâmica dos desmembramentos que pode ser observado na Figura 21 e na tabela 01. Através do organograma vemos que os desmembramentos iniciaram em 1951, ou seja, três anos após a sua emancipação, com a criação do município de Peabiru. Desse ano até 1990, foram criados 21 municípios, incluindo os de desmembramentos posteriores. De Campo Mourão diretamente teve a criação de 10 municípios, sendo que o último foi a criação de Farol.

Após a criação do município de Peabiru, houve 6 emancipações. Já do município de Goioerê teve apenas duas emancipações. E dos que foram desmembrados diretamente de Campo Mourão apenas em três houve emancipação, os municípios de Fênix, Barbosa Ferraz e Mamborê. Sendo que este último desmembrou de seu território mais dois município. Hoje (2013) o município ainda tem um distrito denominado Piquirivaí.

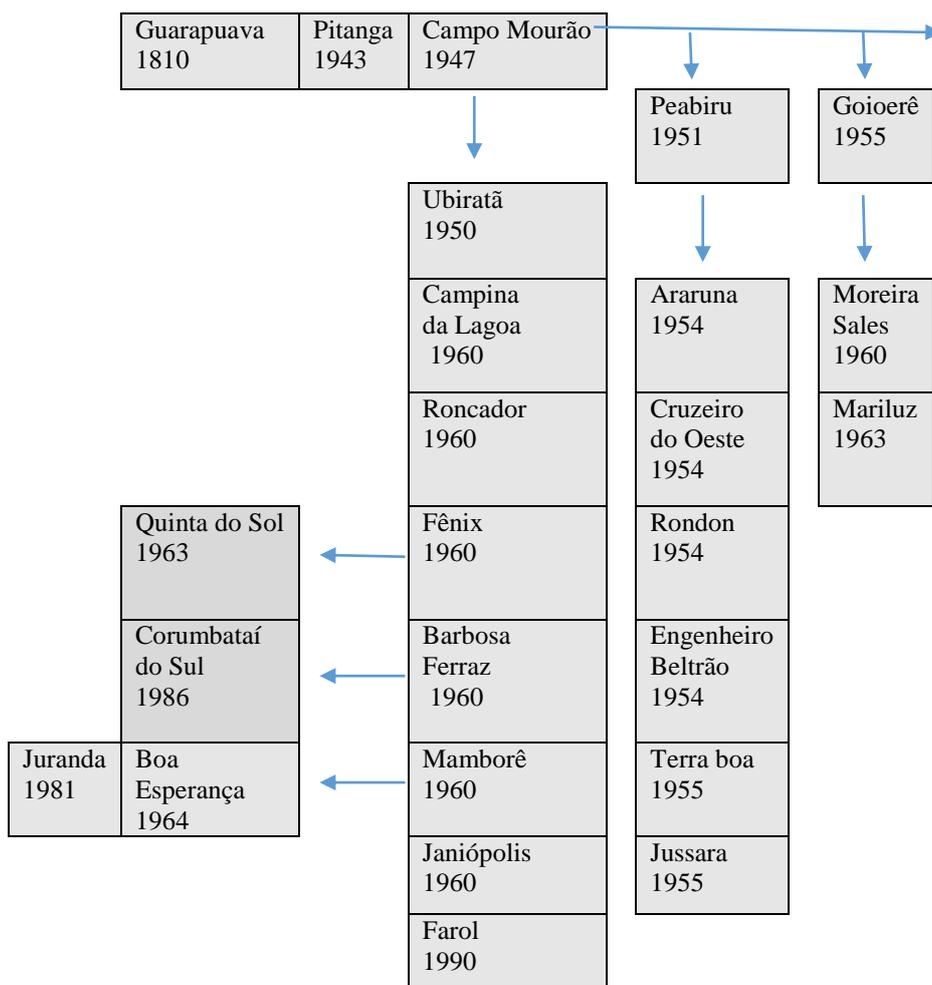


Figura 21: Organograma dos desmembramentos municipais.
 Fonte: Adaptado de SANTOS (1995), organizado por Batista, M. R. (2013).

Tabela 01: Dinâmica populacional dos municípios desmembrados de Campo Mourão.

Município	População 1940	População 1950	População 1960	População 1970	População 1980	População 1990
Guarapuava	96.235	67.436	96.361	110.903	158.585	159.634
Pitanga		54.738	55.916	64.014	84.504	64.514
Campo Mourão		32.948	140.362	77.118	75.423	82.318
Araruna			16.893	23.326	14.222	12.387
Cruzeiro do Oeste			10.119	37.663	27.279	23.660
Rondon			37.892	22.005	12.999	8.647
Engenheiro Beltrão			14.177	25.239	15.638	14.671
Terra boa			16.902	19.673	16.267	14.249
Jussara			8.471	10.745	5.716	6.046
Moreira Sales				24.007	18.939	17.004
Mariluz				23.082	13.448	11.053
Boa Esperança				14.124	8.487	6.954
Ubiratã				39.940	27.326	26.828
Campina da Lagoa				38.661	23.110	20.506
Roncador				13.468	17.991	17.573
Fênix				14.799	7.444	5.983
Barbosa Ferraz				37.455	36.156	18.389
Mamborê				34.277	24.646	16.032
Janiópolis				22.698	13.741	10.614
Quinta do Sol				15.891	7.688	5.599
Juranda						8.796
Corumbataí do Sul						6.642
Farol						4.073

Fonte: IPEA, 2013.
Org.: BATISTA, M. R. 2013.

Essa dinâmica da região, nas palavras de Endlich (2011), dificulta as representações das taxas de crescimento e as definições de base cartográfica para um estudo mais assertivo. No entanto, se analisarmos somente os dados populacionais, como indica a tabela 01, notamos que após sua criação, e depois de todos os desmembramentos, a maioria dos municípios passa a perder população. Exceto em casos como Campo Mourão, Guarapuava e Jussara. A dinâmica populacional nessa região, embora muito influenciada pelos desmembramentos, ainda teria mais um agravante. A partir da década de 1970, inicia um fenômeno forte de esvaziamento populacional que tem caracterizado a dinâmica de grande parte dos seus municípios, até os dias atuais (BATISTA e CORDOVIL, 2012). O esvaziamento populacional dessa região economicamente dinâmica acarreta a dificuldade de interrelações, agravando ainda mais as possibilidades de fixação da população.

Certamente, as situações em cada localidade guardam peculiaridades que se relacionam com os seus elementos econômicos e sociais distintos. No entanto, os efeitos sobre o território são semelhantes no que se refere à crescente precariedade da estrutura física e ao empobrecimento das pessoas o que as forçam a procurar outros locais em busca de melhores condições de vida.

A ocupação da região de Campo Mourão tem sua história ligada à cafeicultura. A expansão cafeeira advinda do Estado de São Paulo adentrou o Norte paranaense, primeiramente, fixando-se na região situada entre os rios Paranapanema, Itararé e Tibagi, denominando-se região do Norte Pioneiro. Na sequência, seria colonizada região em que foi denominada de Norte Novo, com intensa participação das colonizadoras. E, por fim, a região que ficou conhecida como o Norte Novíssimo, formada pelas cidades de Paranaíba, Umuarama, Cianorte e Campo Mourão.

É difícil afirmar, precisamente, a quantidade de café plantado nas terras mourãoenses. Mas, em Guarapuava, município que pertenceu às terras de Campo Mourão até 1943, colhia-se 16 toneladas anualmente. Já o município de Pitanga, que se desmembrou de Guarapuava em 1943, ao qual passou a pertencer às terras mourãoenses, não se tem registro desses dados. Dessa maneira, os dados sobre a produção de café e demais produtos na década de 1940, se tornaram de difícil acesso e, conseqüentemente, resulta em uma análise pouco palpável. Somente a partir da década de 1950 é que podemos ter uma análise mais concreta da dinâmica econômica do município de Campo Mourão.

A gênese oficial do município de Campo Mourão data de 1920, quando o distrito policial é fundado ainda pertencendo a Guarapuava. Embora já tivessem habitantes na região, os primeiros moradores dedicavam-se, especialmente, à produção de subsistência, cultivando café, milho, feijão, dentre outros. Ainda que esse período seja importante para a história de estruturação do município, optamos por trazer a história mais recente, iniciando em 1940, a primeira década em que se tem a criação oficial do município e que, pela primeira vez, terá um plano urbano que incorpora o núcleo original. A criação do município que instaura o poder público e, a partir de então, são instituídas as legislações urbanísticas que normatizam e contribuem para a organização do espaço. E, ainda, apresentamos as décadas de 1950, 1960, 1970 como marco na estruturação do município, o qual se tornou nesse período um centro importante, sobretudo, para sua microrregião geográfica.

No período estudado, a formação econômica acarretou várias mudanças tanto no espaço urbano quanto no espaço agrário. Na esfera urbana, vemos o incremento do comércio e serviços com um crescimento significativo ano após ano. Do mesmo modo, percebemos o interesse das imobiliárias em criar novos loteamentos na cidade. No entanto, até findar o período abordado, sobressaem-se, no parcelamento do solo, os proprietários fundiários, composto, grande parte, por uma classe média disposta a investir em Campo Mourão. No que se refere à discussão sobre os agentes produtores da cidade, expomos de maneira resumida sua atuação no crescimento da forma urbana, inserindo loteamentos.

Em 1940, teve início uma forte ocupação do território mourãoense, o que mudaria a função do então lugarejo com poucos habitantes dispersos. Outro motivo que levaria à mudança na função desta localidade foi a investida do governo do estado na abertura das primeiras vias de Campo Mourão. No decorrer dessa década, em 1947, com a instalação do município, esse traçado teve sua função estabelecida, ou seja, tornou-se sede municipal, cujo interesse nessa estruturação da cidade foi fortalecer a rede de cidades no norte do Paraná. Após a instalação do município, o primeiro gestor fixa as primeiras leis com o intuito de estruturas e desenvolver a cidade com a sanção da lei que estabelece o imposto territorial e a que isenta o imposto territorial para que construísse dentro das normas municipais, de modo que a lei passa a influenciar diretamente no desenvolvimento e na transformação da paisagem. Ao findar a década, a forma inicial da cidade estava disposta, estruturada com seis avenidas e sete ruas. A estrutura administrativa também já havia sido organizada com a eleição do gestor e dos vereadores que viriam compor as legislações urbanísticas deste ponto em diante. O

momento econômico vivido nessa década era restrito a cultivos para a subsistência com retirada de madeira para a construção das casas dos pioneiros e pouca comercialização.

A paisagem, até 1940, tinha sido pouco alterada por meio das construções de casas esparsas dos pioneiros que, ao se instalarem, iniciavam o plantio de grãos e hortaliças para consumo próprio. Também havia a criação de gado, suínos e aves nas áreas próximas às residências. Essas áreas destoavam do restante da paisagem que, até 1950, quando a retirada de madeira passa a ser mais intensa para a comercialização, a paisagem natural passa a transformar-se, tendo campos de cultivo e a intensificação da criação de animais, já não sendo mais para a subsistência e sim para a venda. No caso da madeira, esta era enviada para diversos lugares, especialmente para São Paulo.

Em meados da década de 1940, dá-se início à forma da cidade de Campo Mourão com a abertura das primeiras vias urbanas. A sua função de distrito suporte da administração municipal do município de Guarapuava é interrompida em 1943, quando houve a criação do município de Pitanga. Porém, essa situação só permaneceria por mais 5 anos, quando Campo Mourão sai da função de distrito de Pitanga para se tornar município em 1947, o que alteraria definitivamente sua função. Depois da sua emancipação Campo Mourão passa a compor e dar suporte para a rede de cidades dentro do estado do Paraná. Sua estrutura econômica e socioespacial, a partir de então, passa a ser um processo que envolve os gestores municipais, bem como os agentes produtores da cidade. Esse processo de estruturação da forma e da função explicaremos nos próximos capítulos, em que procuramos destacar os pontos mais relevantes para o desenvolvimento da cidade e do município até a década de 1970, que marca a consolidação de Campo Mourão como cidade polo de sua microrregião.

Nos próximos capítulos versamos sobre as primeiras décadas após a emancipação do município de Campo Mourão. Discutindo a dinâmica econômica na década, a expansão da forma urbana e a legislação urbanística que permeavam durante a estruturação da forma urbana no decorrer da década de 1950, 1960 e 1970.

5 DÉCADA DE 1950

5.1 DINÂMICA ECONÔMICA E POPULACIONAL

Na década de 1950 vivia-se um período de mudanças no cenário brasileiro. Santos (2009) considera “a década da revolução demográfica”. Isso porque nesse período tem-se o aumento no número de população nos núcleos urbanos. Campo Mourão, nesse momento, abrigava 32.947 habitantes. Contudo, ainda a maioria da população, ou seja, mais de 95% das pessoas habitava a área rural. No entanto, com a economia no setor primário e também no setor de comércio e serviços em expansão, era notável a consolidação de Campo Mourão como um centro importante na hierarquia de cidades no norte do Paraná, especialmente para o cenário da microrregião, como foi demonstrado no item 3.3.

Na década de 1950-1960, a população total aumentou significativamente, saindo de 32.947 habitantes para 151.147 habitantes, sendo que na área urbana encontravam-se 18.694 habitantes em todo o município. Na sede municipal, três novos bairros foram acrescentados a forma urbana e, no final da década de 1950, havia 140.000 hectares de área loteada, dos 83.424.031 hectares das terras municipais.

Essa década, para Campo Mourão, apesar da perda de território, foi de extrema relevância, pois passou-se a investir e pensar a cidade buscando lhe atribuir uma função importante juntamente às cidades que nasciam em todo o território paranaense. Principalmente, adequando-a para concorrer com as demais cidades do norte do Paraná, visando atrair população para garantir o crescimento e desenvolvimento. Destarte, nessa década, houve a abertura dos primeiros loteamentos na cidade. O estado já não age sozinho na organização do espaço da cidade de Campo Mourão. Entram em cena os proprietários fundiários, loteando e comercializando lotes para fins de moradia dentro da cidade.

Durante essa década houve somente o desmembramento do município de Ubitatã e Peabiru, o que explica o município ter chegado ao número de 141.157 habitantes na década de 1960. Contudo, em 1960 ocorrem vários desmembramentos, o que acarretou na diminuição da população. No entanto, como demonstraremos, na década de 1970, o setor terciário cresce expressivamente. Significa que a função da cidade, entre as décadas de 1950 e 1960, era quase que especificamente rural. Sua dinâmica seria alterada adequando papéis de centro microrregional com o centro agrícola.

Aqui, apresentamos os dados entre as décadas de 1950 e 1960, visando a demonstrar que a cidade contava com serviços e comércios de diversas naturezas, empregando algumas

dezenas de pessoas a cada ano. Em 1960, teve um crescimento de mais de 400% no número de trabalhadores e de proprietários de comércios, conforme a tabela 02. Entretanto, observando o quadro 05, vemos que a população, economicamente ativa no setor que abrange a agricultura, a pecuária e a silvicultura, sobressai ao setor de indústrias extrativas, transformação e construção civil, e também o setor de transporte, comunicação e serviços.

Tabela 02: situação do setor de comércio e serviços.

Setor	1950	1960	Crescimento %
Número total de Estabelecimentos – Comércio	54	182	450%
Número total de Estabelecimentos – Serviços	38	147	400%
Proprietários e sócios no setor de comércio	56	173	300%
Proprietários e sócios no setor de serviços	36	143	400%
Pessoas ocupadas no setor de comercio	88	376	430%
Pessoas ocupadas no setor de serviços	90	317	410%
Receita nas atividades de comércio (R\$)	2.360	11.142	400%
Receita nas atividades de serviços (R\$)	27	3.351	1240%

Fonte: IPEA, 2013.

Org.: BATISTA, M.R. 2013.

O quadro 05 é referente à população economicamente ativa. Complementa as considerações realizadas sobre a tabela 02, apontando o aumento no número de pessoas ocupadas com a agricultura, pecuária e silvicultura. Da mesma maneira houve um crescimento na indústria extrativista e da transformação e construção civil. Esse crescimento pode estar vinculado aos primeiros loteamentos que surgiram na cidade, pois exigia uma demanda por materiais, ou seja, madeira beneficiada para a construção de residências e pessoas qualificadas que executassem serviços de construção. Entretanto, um dado bastante curioso, que observamos no quadro 05, consiste na diminuição da população economicamente ativa, ligada ao setor de transporte, comunicação e serviços de 1950 para 1960. Este campo de trabalho no município caiu de 9.925 trabalhadores para 4.370 pessoas empregadas nesse setor.

Quadro 05: População economicamente ativa (setores 1950-1960).

Ano	População Economicamente Ativa(PEA)- Agricultura, Pecuária e Silvicultura	População Economicamente Ativa(PEA)- Indústria Extrativas, Transformação e Construção Civil	População Economicamente Ativa(PEA)- Transporte, Comunicação e Serviços	População Economicamente Ativa(PEA)- Condições Inativas
1950	9.582	638	9.925	1.433
1960	39.722	1.422	4.370	96.029

Fonte: IPEA, 2013.

Org.: BATISTA, M. R. 2013.

Do mesmo modo como atribuímos ao fator dos novos loteamentos, o aumento da população trabalhadora no setor de transformação e construção civil é atribuído a essa diminuição dos trabalhadores ligados aos transportes e comunicação. O fato da função de

fornecedor de madeira que tinha o município de Campo Mourão até esse momento encontrar-se em declínio no final da década de 1960, leva o número de empregados de serviços de transporte a ter essa brusca queda, da década de 1950 para a década de 1960.

Especificando o setor agropecuário nesse período, salientamos que se inicia um processo de definhamento do setor extrativista. Notamos um aumento na produção de café e milho, sendo os que mais se destacam: o café com 51 toneladas em 1950, passando para 33.382 toneladas em 1960. Já o milho passa de 29.430 para 61.831 toneladas neste período. Ainda se tem a produção de feijão em terceiro, no que tange aos produtos granulares, com um crescimento de 1.166 toneladas para 9.565. A cana de açúcar e o arroz exercem papel secundário, contudo tiveram um crescimento significativo ambos com mais de 7.000 toneladas conforme dados apresentados na tabela 03.

Na pecuária os principais eram os bovinos, caprinos e suínos, sendo este último o mais produzido no município. Entretanto, o que pode ser observado na tabela 03 é a diminuição dos três produtos em Campo Mourão. Essa dinâmica que inicia na década de 1960 muda a estrutura econômica do município, ou seja, a tendência em aumentar a produção de grãos, especialmente o milho e o café entre as décadas 1950-1960, em detrimento de outros tipos de cultivo agrícola e pecuário. Destarte, ainda a economia era predominantemente rural.

Tabela 03: Principais produtos anualmente produzidos em Campo Mourão – PR (1950-1960).

Produtos	1950	1960
Algodão (toneladas)	45	4.437
Cana de açúcar (toneladas)	1.075	7.349
Café (toneladas)	51	33.382
Feijão (toneladas)	1.166	9.565
Mandioca toneladas	149	0
Trigo (toneladas)	269	424
Milho (toneladas)	29.430	61.831
Arroz (tonelada)	957	7.464
Madeira (m ³)	21.077	140.000
Mate (toneladas)	24	*
Bovinos (cabeças)	211	121
Caprinos (cabeças)	677	303
Suínos (cabeças)	10.997	9.607

Fonte: IPEA, 2013. IBGE - censos agropecuários, 1950-1960.

Org.: BATISTA, M. R. 2013.

Um dado relevante para ser destacado da tabela 03 refere-se aos produtos gerados a partir das atividades específicas da pecuária, sendo a produção de bovinos, caprinos e suínos que se destacam nessa atividade rural. Na tabela 03, vemos que há um destaque na produção de suínos em Campo Mourão, seguido por caprinos e bovinos, contudo, podemos notar a diminuição na produção dos três produtos na década de 1960. Na década de 1970, como

veremos adiante, tem-se um aumento na produção, mas somente até 1974, quando volta a declinar novamente. Nesse período a agricultura mecanizada já está se expandindo, o que leva a diminuição das áreas destinadas a produtos pecuários que passa a usar mais dos confinamentos, deixando as áreas livres para a produção de grãos.

A partir dos dados expostos anteriormente, verificamos que a dinâmica econômica de Campo Mourão baseava-se principalmente no cultivo de grãos e na pecuária, característica da grande maioria das cidades que margeavam o município. A questão do cultivo do café sempre permeia as discussões sobre o desenvolvimento das cidades que se situam na porção norte paranaense. Já falamos da importância do café para a ocupação e o crescimento econômico dessa região. Notamos, a partir dos dados, que o café esteve presente no espaço agrário campo-mourense. Entretanto, até a década de 1950, o cultivo de milho e a produção de madeira sobressaía-se ao cultivo de café. Nesse sentido, a cafeicultura não se destacava até a década de 1960 quando passa a ser o terceiro produto mais produzido no município.

5.2 OS PRIMEIROS BAIROS: O INÍCIO DA EXPANSÃO DA FORMA URBANA

A paisagem é uma construção histórica que é modificada através dos processos dinâmicos e sempre em transformação. As mudanças na estrutura e na forma urbana se alterariam significativamente na década de 1950. Isso porque loteadores privados, ou seja, os proprietários fundiários passam a agir incorporando glebas rurais a forma urbana original de Campo Mourão, loteando-as. Com isso, a cidade, passa a ser organizada por dois agentes, que organizam o espaço e transformam a paisagem, quais sejam: o estado e os proprietários fundiários. O estado, mais especificamente, se dedicaria ao trabalho com a legislação urbanística. Quanto ao parcelamento do solo promovido por esse agente, somente se dará na década de 1980, quando passa a intervir de modo mais abrangente para amenizar os problemas de moradia parcelando glebas para a implantação de conjuntos habitacionais.

De acordo com os registros da prefeitura, antes de 1980, foi realizada a construção de casas populares no Jardim Lar Paraná em 1968. O senhor José de Andrade Jacomel (2013), em entrevista, conta que vinha de Curitiba fiscalizar as residências quando estavam sendo construídas. Como inspetor do estado ligado ao Departamento de Edificações e Obras Especiais (DEOE) durante o governo de Paulo Cruz Pimentel (1966-1961), fiscalizava diversas construções que eram executadas pelo estado, entre elas, havia casas populares, colégios, postos de saúde, dentre outras edificações. De acordo com Jacomel (2013), eram

entre 22 a 24 residências entregues somente o embrião, sendo que posteriormente o morador faria as modificações conforme suas necessidades. Ele ainda conta que, após, fixar residência na cidade, depois de algum tempo, foi morar em uma das casas que fiscalizava quando era fiscal do estado.

Com os novos loteamentos a paisagem ia se transformando cada vez mais, através da expansão da forma construída para desempenhar funções dentro dessa cidade, ou seja, para que a vida urbana tivesse condições de se desenvolver e, além disso, atrair novos moradores e, assim, a venda dos lotes abertos seria garantida. A paisagem urbana apresentava-se mais dinâmica com a população urbana e rural fazendo uso do comércio e dos serviços oferecidos pela cidade, tais como: lojas de roupas e calçados, mercearias, lojas de peças, livrarias, comércio de ferragens, o Banco Bamerindus, relojoarias, supermercados, etc. Esses eram os traços da economia. Referente à economia local, é interessante frisar que também era uma constante na paisagem os caminhões com madeira extraídas das diversas serrarias que estavam instaladas no município (figura 22 e 23).



Figura 22: A Praça Getúlio Vargas, 1959.
Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira, 2013.



Figura 23: Caminhão carregado com madeira, 1956.
Fonte: Fábrica Nacional de Motores – F.N.M, 2013.

A figura 23 representa a força do setor madeireiro na cidade. O caminhão carregado de madeira torneada para fabricação de camas, da indústria de camas que havia em Campo Mourão Paraná (hoje a indústria não existe mais). A foto foi tirada em 1956, em frente à construção da Igreja Catedral São José no centro da cidade. Na foto estava o pai de José Terezio Camargo, que informou que entre os anos de 1955/56 seu pai carregava o caminhão em Campo Mourão com madeira bruta e ia até São Paulo Capital e trazia madeira beneficiada para a confecção das camas (FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES, 2013).

Quanto ao parcelamento do solo na área urbana, os primeiros são realizados na década de 1950. Foram acrescentados à forma urbana três novos loteamentos, conforme tabela 04. O Jardim São Sebastião e Vila Urupês, na continuidade da malha urbana e o Jardim Lar Paraná atravessou a BR 487, rodovia criada em meados da década de 1950. Com esses novos loteamentos acrescentaram-se a malha urbana mais 146,50 hectares (Mapa 02). Cabe salientar que esses novos loteamentos ainda estavam dispostos entre os limites do Rio 119, ao leste, e rio do Campo, ao sudoeste.

Desses novos parcelamentos do solo urbano, o que mais se destaca é o Jardim Lar Paraná, pela sua extensão 129,6400 hectares, e por não ter continuidade da malha urbana próximo ao centro. Esse empreendimento foi realizado por Paulino Joaquim Lain Slomp em 1957. Mais tarde, fundam a Slomp Investimentos Imobiliários S/C Ltda. A imobiliária seria

responsável pelo loteamento de mais 5 bairros na contiguidade da forma urbana de Campo Mourão.

Tabela 04: Bairros implantados na década de 1950.

LOTEAMENTOS	HECTARES	Nº DE LOTES	DATA DE APROVAÇÃO	LOTEADOR	SITUAÇÃO DOS LOTEADORES ¹⁹
São Sebastião	6,3700	212	26/07/1956	Luiz Pilatti e Paulo G. Bastos	Proprietários Funditários
Jardim Lar Paraná	129,6400	1719	21/01/1959	Paulino J. Slomp	Proprietário fundiário, incorporador, imobiliária Slomp.
Vila Urupês	6,8300	225	*	*	-----
Centro	4,9000	160	*	*Estado	-----
Total	142,84	2319			

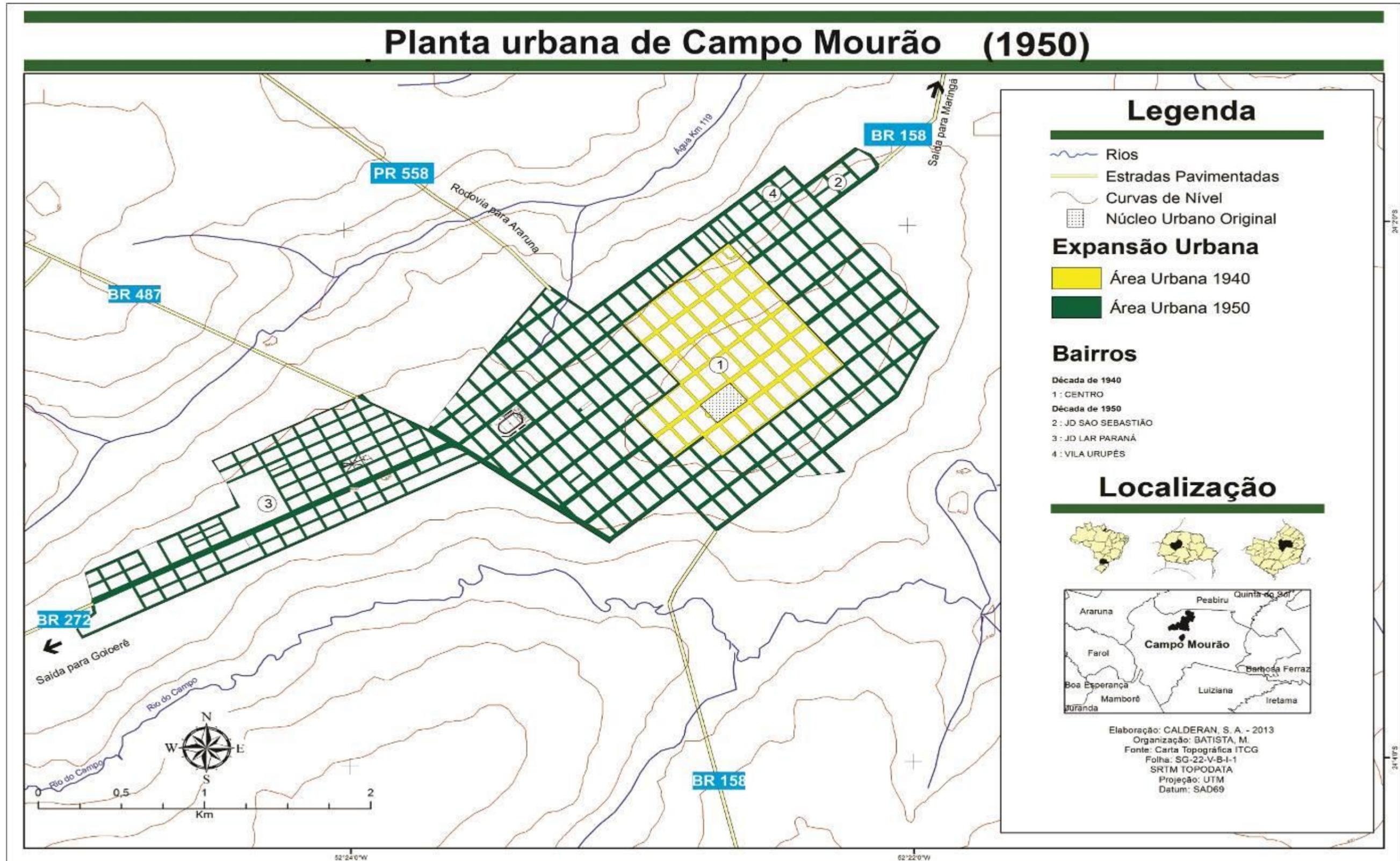
Fonte: Campo Mourão, 2012. (*Sem dados).

Org.: BATISTA, M.R. 2013.

O projeto do bairro Jardim Lar Paraná (Figura 24), foi elaborado pelo engenheiro Manoel Vicenti Teixeira, em 1959, a pedido da Agrícola Indústria e Comércio Slomp Ltda. O loteamento de 129,6400 hectares foi subdividido em 105 quadras, 1719 lotes, com 5 avenidas e 24 ruas. Tal a expressão do loteamento no contexto da cidade de Campo Mourão que levou pesquisadores a denominá-la de “cidade dentro da cidade” (CANTARI, 1990). Ao todo, na década de 1950 foram abertos 2319 lotes com os três novos bairros abertos na cidade, lançados por proprietários funditários e pela imobiliária Slomp.

Segundo entrevista com a Sra. Ede Slomp, filha do loteador do bairro Jardim Lar Paraná, o senhor Paulino Joaquim Lain Slomp trabalhava na Imobiliária Ipiranga de Londrina (SLOMP, 2013). Sua ligação com o mercado imobiliário no norte do Paraná já o fazia experiente no contexto de incorporação e loteamento de áreas rurais ao tecido urbano. Slomp (2013) explica que a propaganda realizada por seu pai para que as pessoas viessem habitar a rede de cidades que surgia no norte paranaense era realizada em diversas áreas, mas, principalmente, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em entrevista, Slomp (2013) explica que a preferência por lotear as terras mourãoenses surge do interesse pela localização de Campo Mourão, que se instalou em um entroncamento viário, conforme a figura 25. Os compradores dos lotes ficavam bastante empolgados, vislumbrando desenvolvimento e prosperidade, segundo Slomp (2013). As terras situadas no Jardim Lar Paraná foram adquiridas da senhora Iginia Prado, a qual havia adquirido do estado. Segundo relata, para iniciar os trabalhos de loteamento, foi necessário trazer um engenheiro agrônomo de Curitiba para realizar as medições e traçar as vias (SLOMP, 2013).

¹⁹ Os dados dos loteadores foram obtidos através de em entrevistas informais e no site da Câmara.



Mapa 02: Campo Mourão década de 1950.
 Fonte: Prefeitura Municipal 2011.Org: Batista, M. R.

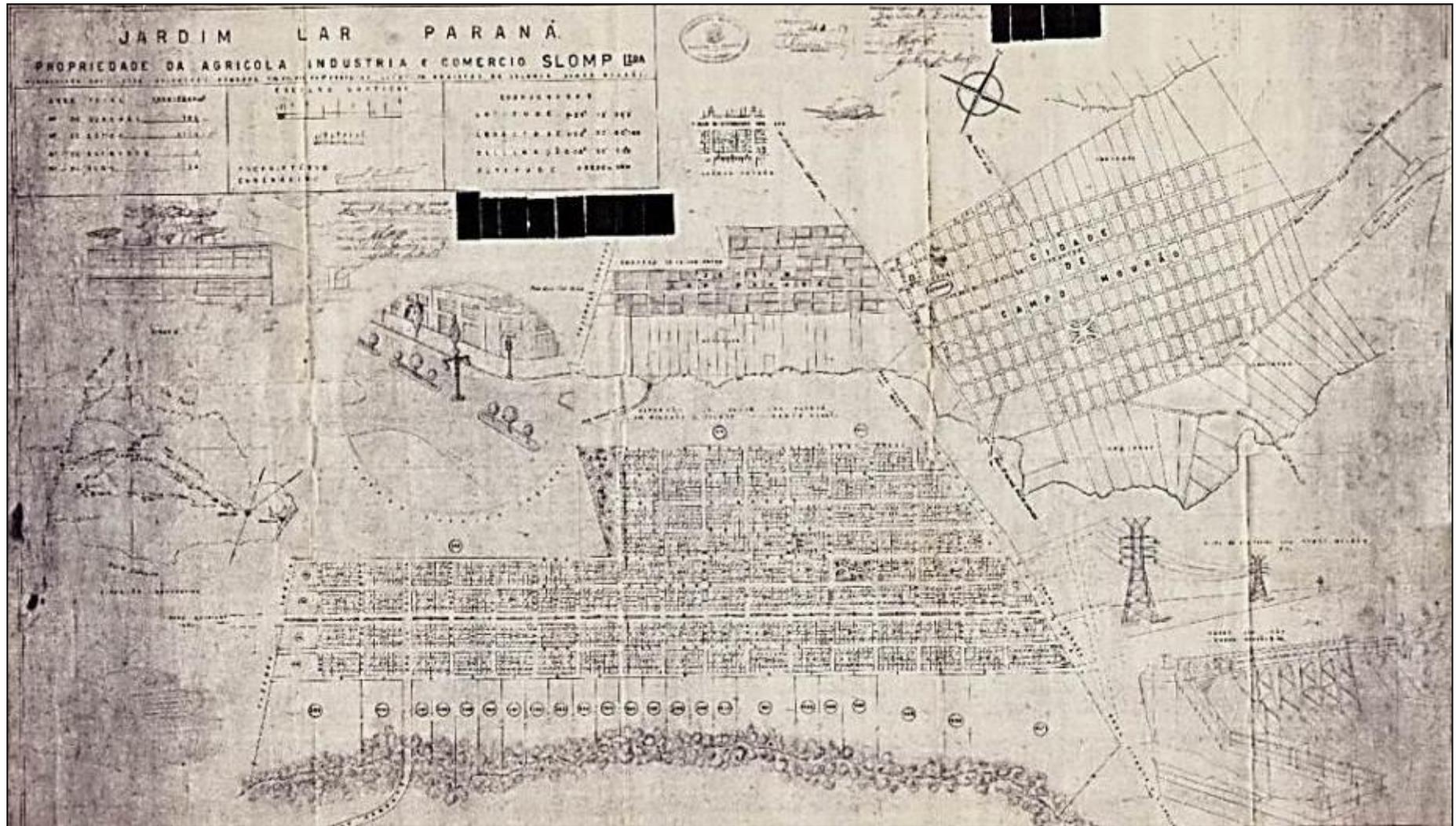


Figura 24: Projeto Jardim Lar Paraná, em Campo Mourão, 1959.
Fonte: Acervo Particular Imobiliária Slomp, 2013.

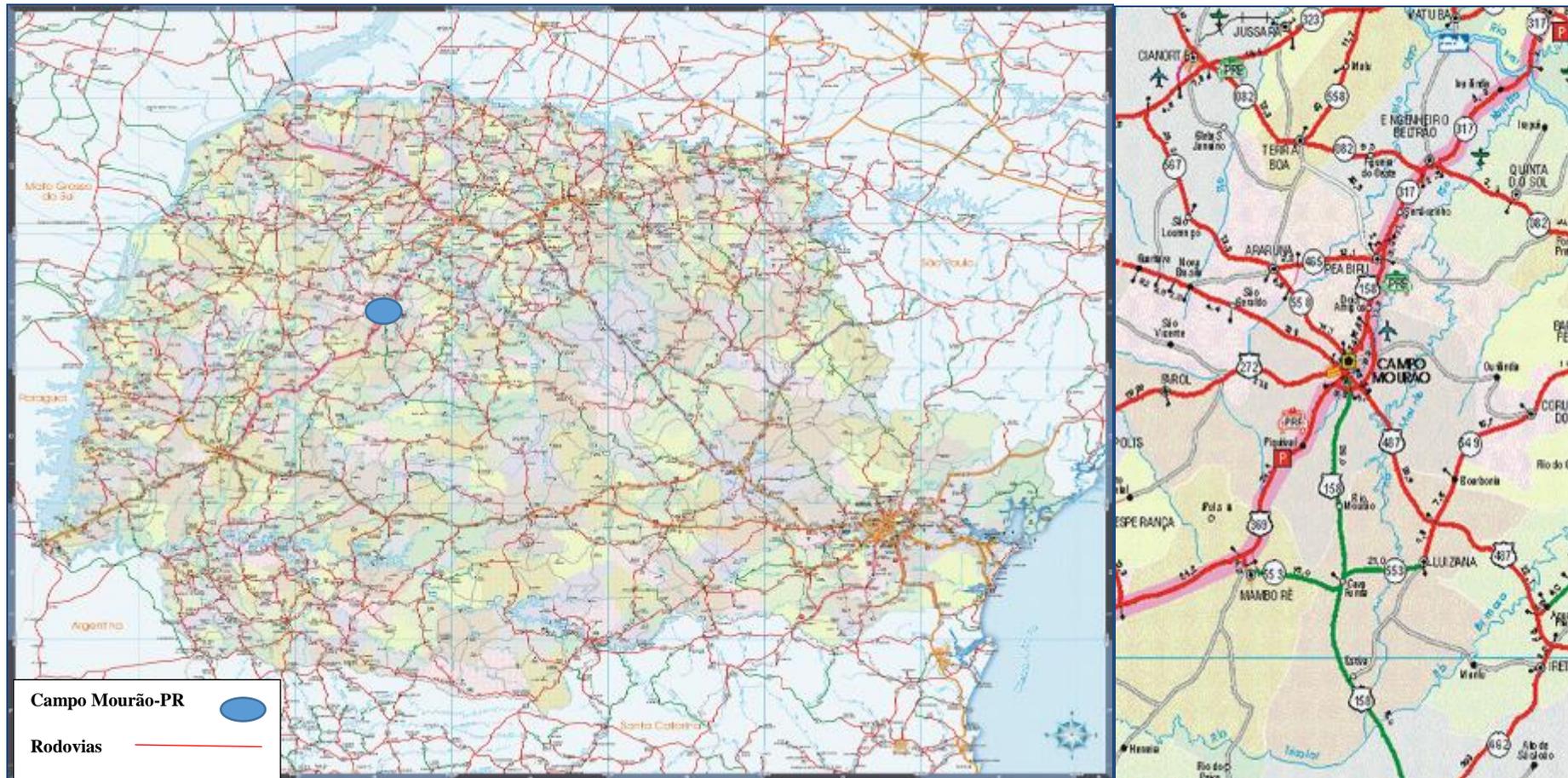


Figura 25: Demonstra que Campo Mourão encontra-se em um ponto especial, pois é o ponto de encontro de quatro importantes rodovias sendo elas: a rodovia 369, a rodovia 272, a rodovia 158 e a rodovia 487.

Fonte: DER http://www.der.pr.gov.br/arquivos/Image/mapa_politico_rod2011.gif. 2012. Adaptado de.

O projeto do bairro Jardim Lar Paraná foi elaborado em 1959, alicerçado em empreendimentos futuros. Essa afirmação é plausível pelo fato de que a Usina Hidrelétrica Mourão ainda não havia sido totalmente implantada, mas, mesmo assim, no projeto há desenhos da rede elétrica e nos canteiros das avenidas postes de iluminação. Já seguia o código florestal vigente. Ao lotear as áreas próximas aos córregos, no caso do projeto o rio que aparece é o rio do Campo, notamos que há a presença de mata ciliar em todas as propriedades, sendo estas as normas do Código Florestal de 1934.

A realização deste loteamento ao sudoeste do centro urbano de Campo Mourão tem grande relevância, pois a sua localização trouxe a BR 487 para dentro do tecido urbano, o que tornava a passagem por dentro do município indispensável. De lá para cá, uma série de investimentos foram direcionados à BR 487, ou Estrada Boiadeira, como também é chamada. Essa rodovia nasceu da necessidade dos tropeiros que habitavam o território de Guarapuava, estes objetivavam levar o gado produzido para o estado de Mato Grosso por volta de 1900. Campo Mourão estava no itinerário da estrada Boiadeira, principalmente pelos esforços do empreiteiro Manoel Mendes de Camargo. A estrada chegou em 1919 no lugarejo ainda chamado de Campos de Mourão. O primeiro ramal partiu de um ponto entre Ponta Grossa e Guarapuava chegando a Campo Mourão. João Bento contratado por Manoel Mendes de Camargo ficou encarregado de dar continuidade ao segundo ramal já em 1950 de modo que este chegaria a Mato Grosso do Sul (SANTOS, 1995).

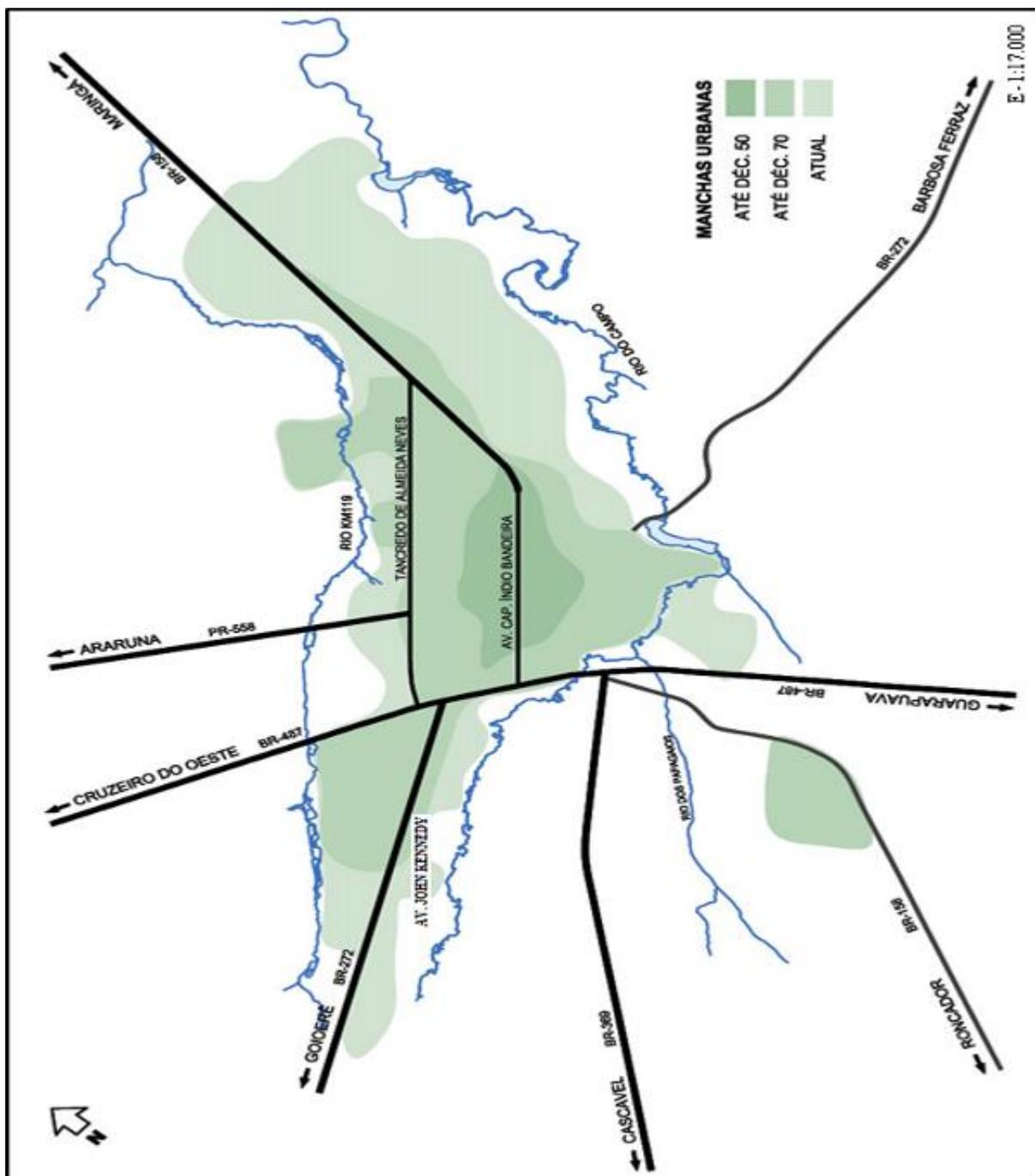
Os dois núcleos com condições topográficas idênticas, ou seja, com relevo plano e com os mesmos limites naturais, os rios do Campo e 119, tornaram-se o chamariz para diversos grupos, entre eles imigrantes japoneses que foram habitar e trabalhar em Campo Mourão. Na área em que se deu o loteamento do Bairro Jardim Lar Paraná não houve cultivo agrícola, as áreas direcionadas para a agricultura localizavam-se às margens da forma urbana. Com o surgimento do bairro Jardim Lar Paraná, foi construída a Av. John Kennedy (figura 26), que se tornou ponto central do loteamento. Essa via configurou-se como eixo de grande importância, sendo a ligação com a BR 272. Antes de se ter a abertura do loteamento era uma estrada rural designada pelos moradores de Av. Federal. Com a abertura do loteamento, ela passou a ser chamada de Av. John Kennedy. Segundo Slomp (2013), essa avenida foi idealizada com 80 metros de largura e 8 km de comprimento, mas na sua concretização tem pouco mais de 3 km e aproximadamente 50 m de largura.



Figura 26: Campo Mourão Av. John Kennedy, 1958.
Fonte: Slomp Imóveis, 2012.

Nesse momento, a cidade de Campo Mourão passa a receber uma série de investimentos nesta porção da cidade, tais como: asfaltamento, instalação de rede elétrica, água encanada, dentre outros. E, além disso, os dois núcleos formados passam a competir para atrair moradores para a forma urbana construída. Os dois núcleos desenvolveram-se às margens do eixo estruturador. No Jardim Lar Paraná, o eixo é denominado de Av. John Kennedy e no Centro o eixo é denominado de Av. Capitão Índio Bandeira. A cidade estruturou-se ao longo desses dois eixos. No sentido sudoeste, faz ligação com a BR 272, conectando Campo Mourão à Goioerê. No sentido nordeste, liga-se à BR 158, no trecho Campo Mourão a Maringá (Mapa 03).

Não se pode negar que o bairro Jardim Lar Paraná foi importante para o desenvolvimento e crescimento da forma urbana da cidade de Campo Mourão. Contudo, parece ter havido divergências entre o loteador e as posturas municipais na questão da anexação do bairro às jurisdições do município. Haja vista que no anteprojeto de Lei nº 39/64, o poder executivo de Campo Mourão, em mensagem ao poder legislativo, explica que encontraram dificuldades na incorporação do bairro para controle e administração pública, justificando ser obstaculizada pelo proprietário das terras o, já citado, senhor Paulino Slomp. No documento está exposto o seguinte: “acredita ele, que o Jardim Lar Paraná é uma propriedade particular, sem qualquer vínculo com o poder público, sem necessidade de cumprimento do código de posturas municipais ou atendimento às normas de urbanismo e leis reguladoras do município” (CAMPO MOURÃO, 1964).



Mapa 03: Mancha urbana da cidade de Campo Mourão, 1950-2007.
Fonte: Campo Mourão, 2007.

Dos bairros que foram loteados na área urbana de Campo Mourão, na década de 1950, só há esse registro de desacordo entre o município e o Jardim Lar Paraná, com os demais Jardins São Sebastião e Vila Urupês não houve problemas para execução dos códigos de posturas municipais e também, arruamento, numeração das residências, limpeza as ruas, avenidas e praças, os alinhamentos, que são os principais motivos apresentados pelo poder

executivo ao poder legislativo ao não cumprimento das posturas municipais nos referidos bairros.

Os limites da área urbana, incorporando os novos loteamentos, eram revisados a cada 2 anos, portanto, até então, os próprios loteadores executavam a infraestrutura mínima, sendo a instalação de poços artesianos e geradores de energia elétrica. As divergências entre os loteadores e o poder público municipal sempre existiram, em virtude de terem interesses opostos e, do mesmo modo os parceladores queriam garantir a renda da terra em sua totalidade. Mas, com certeza está fora dos limites entender que um bairro próximo a cidade ou mesmo uma vila dentro do município seria de propriedade exclusiva de um agente sem autorização legal para administrar esse espaço, ou até mesmo capacidade para resolver e entender todas as questões que estão vinculadas à produção do espaço urbano e ao direito dos cidadãos em ter uma infraestrutura adequada, com água encanada, rede de esgoto, drenagem de águas pluviais, dentre outros, além disso ainda tem-se a necessidade de instalação de postos de saúde, hospitais, escolas, transporte público, entre uma infinidade de equipamentos urbanos que são imprescindíveis para a vida na cidade.

5.3 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E GESTÃO MUNICIPAL

Na década de 1950, Campo Mourão estava se estabelecendo enquanto município emancipado. Durante a década teve os prefeitos: Devete de Paula Xavier (1950), Joaquim Teodoro de Oliveira (1951), Daniel Portela (1951 – 1955), Roberto Brzezinski (1955 – 1959), Paulo Vinicius Fortes (1959), Antônio Teodoro de Oliveira (1959 – 1963).

Até abril de 1950, o prefeito municipal ainda era Pedro Viriato de Sousa Filho. Através da lei nº 04/48, já citada, concluímos que sua administração primava por atrair moradores para a nova cidade. Entre seus projetos, o prefeito apresentou um projeto de lei visando à criação do Fundo Rodoviário Municipal e a instalação da balsa sobre o Rio Ivaí. Além disso, com a presença do governador Moysés Lupion, fundaram o Posto de Higiene, (onde hoje se encontra o museu municipal Deolindo Mendes Pereira), o Grupo Escolar e a Usina São João, entre várias ações importantes que primaram em trazer para a nova cidade. No dia 20 de maio, após pedido de licença de Souza Filho, o presidente da Câmara assumiu a prefeitura (SANTOS JUNIOR, 2006).

Todas essas ações de Souza Filho pretendiam dinamizar a cidade de Campo Mourão. A grande investida, no entanto, era a implantação da Usina Hidrelétrica Mourão no salto São

João iniciada em 1948 pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e finalizada pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel que foi criada em 1954 para complementar o plano de eletrificação estadual. A instalação de uma usina hidrelétrica no município atraía o desenvolvimento, primeiro porque tornaria mais fácil a instalação de indústrias na cidade e nas cidades próximas, que poderia utilizar da energia provida desta usina. Segundo porque atraía moradores e, ainda, os próprios trabalhadores da usina consumiriam na cidade, explicando, em parte, o crescimento no setor comercial e de serviços, na sede municipal, que se dá da década de 1950 para 1960. Antes da instalação da usina pelo DAEE existiam geradores de energia que eram administrados pelas prefeituras (COPEL, 2008).

Toda essa questão da implantação da Usina no município de Campo Mourão não era um caso isolado, pois fazia parte de um Plano de Hidro-elétrico para o Paraná na gestão de Moises Lupion. A BR 487, rodovia criada em meados da década de 1950, antiga estrada Boiadeira, fazia parte do Plano Rodoviário de Libertação Econômica do Paraná, criado na mesma gestão²⁰. De fato, o desenvolvimento do interior do estado esteve arraigado nos projetos de governo e, certamente, com participação de outros interesses, pois como vimos anteriormente o estado sempre está a serviço ou em parceria com os demais agentes, no caso os grandes industriais envolvidos com o esquema de exploração do potencial hidrelétrico dos cursos d'água e a exploração da instalação de rede elétrica nas áreas urbanizadas. Seguramente, os proprietários de terras interessavam-se por esse tipo de serviço, pois o escoamento da produção seria viabilizada, além da mecanização e beneficiamento dos produtos, mesmo que em pequena escala como veremos na década de 1960, também seria possível.

O acontecimento importante que marcaria o ano de 1950 consistiu na instalação da rede elétrica (figuras 27 e 28). Após esse evento, houve a renúncia do prefeito licenciado Pedro Viriato de Sousa Filho. O seu substituto, Devete de Paula Xavier, assumiu o cargo de Prefeito dando continuidade aos projetos em pauta, até março de 1951. A partir desta data, o Prefeito substituto Devete de Paula Xavier voltou para o cargo de vereador, assumindo, então,

²⁰ A respeito desses planos (Plano Hidro-elétrico para o Paraná e Plano Rodoviário de Libertação Econômica do Paraná) desenvolvidos para o Estado do Paraná na gestão de Moysez Lupion podem ser obtidos mais dados e visualizar os mapas com as localizações, quantidades, obras executadas e demais dados que for de interesse das cidades que foram incluídas e tiveram obras desse período. Ver em relatórios acessíveis na página de arquivos públicos do Estado *online* <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>.

Joaquim Teodoro de Oliveira, até 04 de dezembro de 1951, quando foram empossados os novos governantes (SANTOS JUNIOR, 2006).



Figura 27: Solenidade com a ligação da energia elétrica com a presença do governador Moysés Lupion Campo Mourão década de 1950.

Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira, 2013.

A instalação da energia elétrica na cidade foi uma etapa importante para o município, pois havia a possibilidade de crescimento no setor industrial das atividades de comércio, como: supermercados, frigoríficos, etc. Diversas empresas teriam a oportunidade de desenvolver-se. Do mesmo modo, podemos dizer que esse investimento em energia elétrica foi o ponto crucial para que a cidade tivesse sua função alterada, de maneira que uma cidade alicerçada em uma economia essencialmente rural expandisse suas atividades no setor de comércio, serviços e indústrias na área urbana do município. Na área rural, a partir desses investimentos em instalação da rede elétrica, haveria a possibilidade de beneficiamento dos produtos, mesmo que em pequena escala, inclusive, nas propriedades rurais. Nesse sentido, a instalação da rede elétrica expandindo-se no município trouxe uma dinâmica diferenciada para Campo Mourão. Tornando possível o beneficiamento de produtos agrícolas e a instalação de indústrias de transformação, dentre outras possibilidades de investimentos. Fator que também contribuiu fortemente para Campo Mourão tornar-se polo de sua microrregião.



Figura 28: Instalação da rede elétrica em Campo Mourão década de 1950.
Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira, 2013.

Na figura 28, vemos que a instalação da rede elétrica na cidade não foi uma tarefa fácil para os trabalhadores porque não havia equipamentos adequados para a execução dos serviços, sendo tudo feito manualmente, sem proteção, apenas com a força humana como, possivelmente ocorreu na maioria das cidades do Paraná.

No governo de Daniel Portela, que perdurou de 1951 a 1955, pensou na circulação e desenvolvimento educacional da população tanto da sede municipal quanto dos demais distritos, com projetos importantes tais como a criação da estação rodoviária, colégios, igrejas. E, além disso, implantou a Estação Aeroviária Cel. Geraldo Ghia de Aquino, construída pelo engenheiro Teodoro Metchko (Figura 29). A concessão do título de domínio pleno de terras à Prefeitura de Campo Mourão foi expedida no ano de 1952, pelo título nº 75.



Figura 29: Estação Aeroviária Cel. Geraldo Ghia de Aquino (1953).
Fonte: Wille Bathke Jr, 2012.

A importância do aeroporto para o desenvolvimento municipal incidia em trazer *status* para a nova cidade, mas, não somente isso foi também para acelerar as comunicações e receber políticos influentes, visando a garantir união política, a fim de trazer recursos para a região. Esses empreendimentos de grande porte, para a cidade, se destacavam na paisagem. Outro projeto foi a criação Ginásio Municipal de Campo Mourão, o qual fora executado pelo engenheiro Inspetor Ilvo Saldanha Faria, do DGTC e, em 1955, inicia a construção da nova Igreja Catedral São José, que hoje é uma das identidades da cidade (Figura 30).



Figura 30: A Catedral São José 1955. Nota-se a construção da nova igreja em andamento nos fundos da atual.
Fonte: SANTOS JR. J. E. 2012.

No ano de 1953, o município perde grande parte do território com a criação do município de Peabiru, pela Lei estadual nº 790. Santos Junior (2006) indica que, com a emancipação do município de Peabiru, houve a desestabilização do governo municipal de Campo Mourão. Entretanto, não seria o único desmembramento da década de 1950, já que em 1º de dezembro de 1954 foi apresentada uma proposta de criação do município de Mamborê. Todavia, ainda não se concretizaria naquele ano.

Nesse momento, o prefeito era Roberto Brzezinski (1955 a 1959). Sua política se ateu a levar infraestrutura básica para a nova cidade. Decretou um convênio com o governo do estado em 30 de setembro de 1957, “no qual este venha a executar as obras de abastecimento de água potável e de esgotos na cidade de Campo Mourão, com a utilização integral dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal” (Campo Mourão, 1957). Autorizava, ainda, recursos financeiros a diversos colégios no município e distritos e, além disso, a

equipamentos públicos, tais como a biblioteca municipal. Contudo, durante seu mandato, Campo Mourão perde mais 200 hectares com a criação do município de Goioerê.

Além disso, incentivou a permanência da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (COPASA), que mais tarde passa a se chamar CODAPAR, com a doação de terras para instalação de silos. Essa companhia tinha como função dar estrutura e instruir os agricultores (CAMPO MOURÃO, 2012). O incentivo para a permanência da CODAPAR era uma investida assertiva. Mesmo que a produção de grãos não tivesse grande destaque no cenário agrícola mourãoense, apenas com grande produção de milho na década de 1950, nas próximas décadas seria muito utilizado os armazéns. A produção de grãos aumentava significativamente no decorrer dessa década, chegando em 1960 com uma produção de mais de 60 toneladas de milho e de 33 toneladas de café produzidos, além de produtos, como: feijão, arroz, dentre outros, que eram produzidos em menor quantidade, conforme demonstrado, anteriormente, na tabela 03.

O incentivo para a urbanização da cidade sempre foi uma preocupação dos gestores municipais. Na década de 1950, lançaram outra lei que tinha como ponto fundamental densificar a cidade, pois com ela primava-se a verticalização. A lei “isenta do Imposto Predial Urbano e respectivas taxas durante 5 anos para os prédios em alvenaria com 4 ou mais andares” (CAMPO MOURÃO, 1959). A justificativa para tal lei residia no “intuito de incentivar o crescimento da cidade e conseqüentemente o seu embelezamento” (CAMPO MOURÃO, 1958). Essa ideia de embelezamento era resultado da política que vinha sendo praticada por todas as cidades brasileira, mas principalmente espelhava-se nos planos de embelezamento para a cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX. Contudo, a questão central encontra-se respaldada em entender porque consideravam a verticalização como uma forma de embelezamento e crescimento da cidade, pois, a verticalização só trouxe a centralização e concentração das pessoas com maior poder aquisitivo no centro urbano em detrimento das áreas mais periféricas. Até mesmo porque a população com o maior poder de compra já residia na área central. Mesmo que no projeto de lei esteja explícita a intensão em trazer o embelezamento à cidade, o incentivo à verticalização traria a densificação da área central. Nesse sentido, favorecia os agentes que pretendem a renda da terra retirada por meio de aluguéis e da venda das edificações por preço mais elevado, já que era a área com mais infraestrutura da cidade.

A lei especificava a isenção do imposto para prédios em alvenaria já em 1959. Mais tarde, em 1960, com o mesmo objetivo de promover o embelezamento, seria sancionada uma

lei proibindo a construção em madeira no centro da cidade. Porém, este prefeito não terminou seu mandato, pois perdeu a vida em um acidente de carro. Desse momento em diante, Paulo Vinicius Fortes assumiu a Prefeitura, dando continuidade aos trabalhos em vigência. Nas eleições seguintes, no final do ano de 1959, elegeu-se o prefeito Antônio Teodoro de Oliveira, que ficou no poder até 1963 que abordaremos mais adiante.

Adentrando a década de 1950, vemos que a função do município de Campo Mourão foi alterada, saindo de um lugarejo para se tornar um centro regional atraindo população. Alguns, para fixar residência na cidade e, especialmente, no meio rural e outros para utilizar os serviços oferecidos pela urbe. O crescimento populacional, que chega a pouco mais de 30.000 habitantes no final da década, resultou na transformação da forma urbana com a abertura de novos loteamentos acrescentados à forma urbana, sendo: o Jardim Lar Paraná, o Jardim São Sebastião e o Jardim Vila Urupês. Com a forma e a estrutura em mudança, a função do município altera-se, pois passa a oferecer novos produtos ao mercado de modo que a economia se transforma nesse processo, a extração da madeira bruta aumenta e as plantações de grãos têm um crescimento significativo despontando como a principal atividade na geração de renda em Campo Mourão.

Com o aumento populacional causando mudança na estrutura, na função e na forma urbana, os gestores municipais dessa década viam a necessidade de filiações com os projetos do governo do Estado, lembrando que Campo Mourão sempre estivera envolvido nos projetos de estruturação do Estado pela sua característica de entroncamento viário e pelo destaque na produção agrícola que vinha tendo. Nessa década houve a instalação da luz elétrica na cidade, incentivo para a construção da Usina Hidrelétrica Mourão, recursos destinados à pavimentação e estruturação das vias urbanas. Nessa década passa a ser incentivada a verticalização na cidade por meio da legislação urbanística que isentava o imposto para prédios com ou mais de quatro pavimentos, e incentivo também para a vinda e permanência das companhias ligadas ao setor agrícola.

Nessa década de 1950, já com a forma inicial alterada por causa dos três novos loteamentos abertos na cidade de Campo Mourão, a paisagem urbana se apresentava transformada não tendo mais características de vilarejo. Notava-se constantemente na paisagem os caminhões carregados de madeira confirmando a extração da madeira como principal atividade geradora de renda para o município. Ainda destacando-se no horizonte, havia o Edifício Mourão o primeiro prédio com quatro andares. Em uma das leis sancionadas nessa década foi a isenção do imposto para edifícios desse porte, conduzindo à verticalização

na cidade. Havia também a construção da Catedral São José embelezando a paisagem e permanecendo como uma das identidades do município.

Na década de 1950, Campo Mourão teve sua função alterada, saindo de distrito para se tornar sede do município de Campo Mourão, atraindo populações para fixarem residência na cidade e, especialmente, no meio rural nessa década, e outros para utilizar os serviços oferecidos pela urbe.

6 DÉCADA DE 1960

6.1 DINÂMICA ECONÔMICA E POPULACIONAL

O processo de desenvolvimento na década de 1960 acelerou-se e a cidade foi se transformando e apresentando uma nova paisagem urbana. No final da década contava-se 27.606 habitantes na área urbana, ou seja, um aumento de 7.875 habitantes em relação à década anterior. Em 1969 a cidade de Campo Mourão já oferecia inúmeros serviços, tais como: serviço de táxi, lojas de varejo, agência bancária, dentre outros. Sendo um centro urbano desenvolvido, a Avenida Capitão Índio Bandeira apresentava uma paisagem agradável tanto que os desfiles cívicos aconteciam ali.

Todavia, nesse período ocorreu uma série de desmembramentos por causa de emancipações de municípios. Houve a criação dos municípios de Barbosa Ferraz, Campina da Lagoa, Fênix, Mamborê, Iretama, Roncador, Ubiratã, Janiópolis todos no ano de 1960. De todo modo, a cidade atraía moradores para as áreas rurais e para a área urbana, ou seja, para a sede do município. Na década de 1960, dos 141.157 habitantes, a população economicamente ativa somava-se 45.514 pessoas. Podemos constatar que com essa dinâmica de desmembramentos, consequentemente, houve diminuição da PEA que caiu para 23.802, como se pode ver no gráfico 01.

Gráfico 01: População economicamente ativa total 1960/1980.



Fonte: IPEA, 2013.

Org.: BATISTA, M.R. 2013.

O ciclo das madeireiras estava em declínio, apontava uma mudança na condição do município, que passa de fornecedor de madeira a grande produtor de grãos. Em 1969, teve início do cultivo de trigo na região. Nesse momento não se tinha interesse no plantio de soja, tendo somente pequenos plantios, mas já com uso de maquinários mais sofisticados. Com essa investida, passava-se a se pensar em cooperativas e o governo municipal procurou

estabelecer vínculos com o governo do Estado do Paraná, bem como com o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA). E, como havia uma disponibilidade de terras municipais que poderiam ser utilizadas, conforme a tabela 05, alimentavam a expectativa de se reverter em grandes lucros e desenvolvimento para a região de Campo Mourão. Todo o montante de área mecanizável indicava que as culturas temporárias tinham um caminho aberto para se instalar nas terras municipais, o que ocorreu rapidamente, como veremos, na década de 1970.

Tabela 05: Disponibilidade de solo rural em Campo Mourão, 1966-1967.

Categorias	Área em hectares
Área rural total	214.218,68
Área explorável	191.935,49
Área mecanizável	171.532,74
Área não mecanizável	20.402,74

Fonte: CANTERI, I.L. 1990. Extraído de Acarpa, realidade rural 1966/1967.

O município de Campo Mourão contava na década de 1960 com mais de 200 mil ha de terras possíveis de serem utilizadas para fins de implementação agrícola. Com esse montante de área e com o relevo em sua grande parte possível de ser mecanizado, o desenvolvimento da agricultura de grãos, que tinha seus primeiros ensaios acontecendo nesse período, indicava os rumos que tomaria o incremento agrícola tanto nesse município quanto em toda a região.

Os principais cultivos da região, já na década de 1960, passaram a ser arroz, algodão e o café. Entretanto, ao adentrar a década de 1970, com o declínio do café, em conjunto com a investida nos implementos agrícolas, nota-se que no município passa-se a cultivar, especialmente, soja, trigo e milho, ou seja, o trinômio adentrara de vez a região. Nos anos que se seguiram, o aumento no número de hectares plantados (soja, milho e trigo, e mais tarde a cana de açúcar) demonstram que a dinâmica econômica municipal passou a ser alicerçada pelo trinômio acima mencionado.

A partir dessas iniciativas da municipalidade, e visando a um mercado em ascensão, em 1969 surgiu a Cooperativa Agropecuária Mourãoense (COAMO), com 79 cooperados²¹. Desde sua criação, a cooperativa cresceu tanto que muitos a consideram como o ponto fundamental para o desenvolvimento do próprio município, com a fundação de indústrias que se utiliza de mão de obra de trabalhadores da área urbana e, portanto, fundamental para o desenvolvimento da área rural na região de Campo Mourão. Os quadros 06, 07, 08 destacam, mais detalhadamente, a situação das terras rurais no município em 1960.

²¹ A cooperativa inicia os trabalhos com apenas Cr\$ 37.540,00 de capital, e em 1983 já faturava Cr\$ 148,8 bilhões. CAMPO MOURÃO. 37º aniversário. 1984.

Quadro 06: Área cultivada zona rural em Campo Mourão 1960.												
Propriedade De terras	Total		Individual		Condomínio De sociedade de pessoas		Sociedade Anônima, Sociedade limitada e cooperativa		Instituição pia e religiosa		Entidade pública	
	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)
Campo Mourão	13.668	444.995	13.098	422.36	248	13.685	44	3.686	1	36	256	5.397
Condição legal das terras												
	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Própria e arrendada		Própria e ocupada		Arrendada e ocupada	
	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)
Campo Mourão	5.281	378.329	4.670	50.099	642	12.815	37	2.673	30	928	8	152
Estabelecimentos e área segundo a condição do responsável.												
	Total		Proprietário		Arrendatário				Ocupante		Administrador	
	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Pagamento em dinheiro		Pagamento em produtos		Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)
Campo Mourão	13.668	444.995	7.818	275.481	2.397	25.616	2.281	24.634	642	12.815	530	105.449

Fonte: IBGE, censos agropecuários 1960. Org.: BATISTA, M.R. 2013.

Quadro 07: Área cultivada zona rural em Campo Mourão 1960.

Total Área cultivada	menos de 1 (ha)	1 a 2 (ha)	2 a 5 (ha)	5 a 10 (ha)	10 a 20 (ha)	20 a 50 (ha)	50 a 100 (ha)	100 a 200 (ha)	200 a 500 (ha)	500 a 1000 (ha)
13.668 (Ha)	11	135	5.819	4.648	2.410	889	115	68	28	3

Fonte: IBGE, censos agropecuários 1960. Org.: BATISTA, M.R. 2013.

Quadro 08: Situação do trabalho na zona rural em Campo Mourão, 1960.

Força produtiva	Trabalho agrário				Transformação e beneficiamento			
	Humano	Animal	Mecânica	Animal e mecânica	Total	Animal	Mecânica	Animal e mecânica
13.668	13.339	269	49	17	762	2	3	-

Fonte: IBGE, censos agropecuários 1960. Org.: BATISTA, M. R. 2013.

Observamos, nos quadros 06, 07, 08 que dos 13.668 estabelecimentos rurais, 13.098 eram de proprietários individuais, ocupando dos 444.995 hectares de terras esses proprietários ocupavam 422.36 hectares e a maioria desses estabelecimentos eram formados por proprietários que possuíam entre 2 a 10 hectares de terras cultivadas. Outro detalhe que achamos relevante no meio agrário do município, é que a parcela de arrendatários, praticamente metade recebia o pagamento em dinheiro e outra metade em produtos. Desse modo, entendemos que essa modalidade de trabalho rural era muito praticada nesse período, no entanto, diminui nas próximas décadas. Os censos de 1960 apontavam que o meio rural em Campo Mourão já estava contando, mesmo que em pouca quantidade, com mecanização agrícola que tendia a aumentar. Esse fato evidenciava que a dinâmica no meio rural estava em mudança.

A década de 1960 inicia sob a coordenação do prefeito Antônio Teodoro de Oliveira (1959– 1963). Um dos fatos importantes dos quais participou no ano de 1960 foi a inauguração da Usina Hidrelétrica Mourão I no ponto salto São João (figuras 31 e 32), tal a importância dessa obra que contou com a presença do governador do estado Moyses Lupion na inauguração. Isto porque, como dissemos anteriormente, a ampliação do potencial hidrelétrico da Usina Mourão I estava no Plano Hidro-elétrico para o Paraná idealizado pelo governador ainda na década de 1950 (Figura 33).



Figura 31: Início da Implantação da Usina Hidrelétrica Mourão I, no rio Mourão, 1950.
Fonte: Wille Bathke Jr, 2012.



Figura 32: Fase de ampliação da Usina Hidrelétrica Mourão I, no rio Mourão, 1958.
Fonte: Wille Bathke Jr, 2012.



Figura 33: Usina Hidrelétrica Mourão, já ampliada e em funcionamento, 1964.
Fonte: Wille Bathke Jr, 2012.

A fundação da usina trouxe consigo desenvolvimento para muitas cidades, pois possibilitou o investimento em indústrias e demais atividades econômicas que dependessem de energia elétrica. Em conjunto com a inauguração da usina, também veio a iluminação pública das ruas e praças da cidade, que há muito vinha sendo reivindicada pela população. A Usina Mourão localiza-se cerca de 15 km da cidade, conforme a figura 34.



Figura 34: Demonstra a distância entre a cidade de Campo Mourão com a Usina Hidrelétrica Mourão.
Fonte: Google Earth. Org.: BATISTA, M. R. 2013.

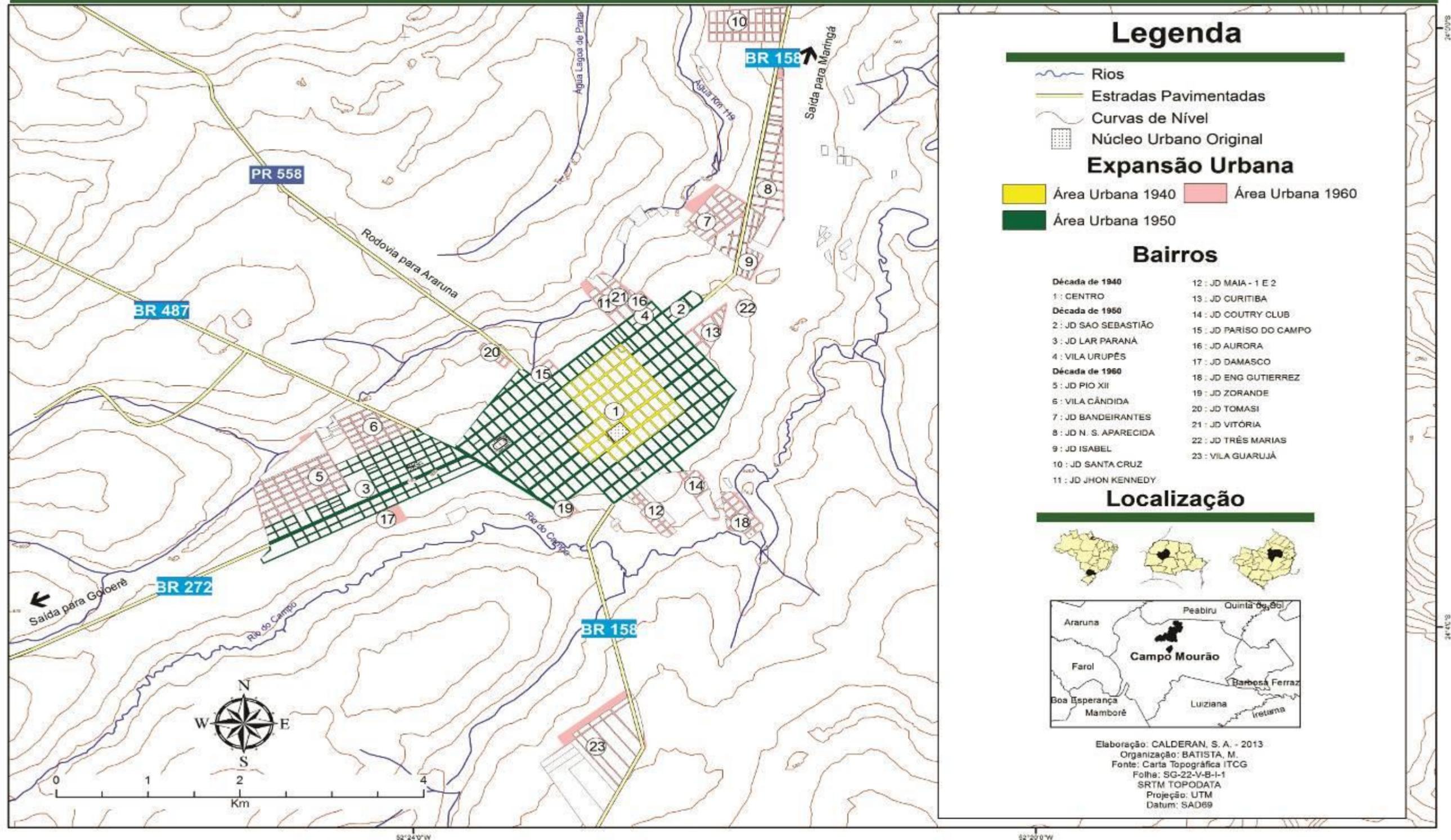
A Usina, ampliada em 1964, passou a abastecer 15 municípios em seu raio de abrangência. Nesse sentido, fez parte do desenvolvimento do município e de grande dos municípios da região. Com a interligação do sistema elétrico do Paraná, passou a fazer parte do parque gerador da Copel (COPEL, 2008). Já em 1970 o número de domicílios com energia elétrica em Campo Mourão passava dos 3.000 e na década de 1980 ultrapassava o número de 10.000 residências com luz elétrica.

6.2 EXPANSÃO DA FORMA URBANA E TRANSFORMAÇÃO NA PAISAGEM

O fenômeno urbano era cada vez mais latente no Brasil e no Paraná, em Campo Mourão não era diferente. Somente na década de 1960, foram abertos 19 bairros na cidade. Tendo a participação dos proprietários fundiários e das primeiras imobiliárias (Tabela 06, Mapa 04). Foi marcada, além disso, pela superação dos limites naturais, ou seja, ocorreu a ocupação da periferia além do rio do Campo, com o surgimento do bairro Vila Guarujá. Entretanto, essa ocupação até os dias atuais se encontra irregular. A produção do espaço urbano nesse período foi intensa, com crescimento em várias direções, especialmente ao norte e nordeste da cidade.

A expansão da forma urbana nesse momento, do mesmo modo que ocorreu em 1950 já estava condicionada a terceiros, sendo os proprietários fundiários e agora as imobiliárias que determinariam para onde a forma urbana iria se expandir. O poder público, especialmente nessa década não realizou o parcelamento do solo urbano. Encarregou-se de estabelecer a legislação urbanística, principalmente através do Código de Posturas e Obas, Lei 46/64. Essa lei tinha como objetivo estabelecer normas para os loteadores e construções, visando estruturar a forma urbana de maneira que ela desempenhasse eficazmente sua função.

Planta urbana de Campo Mourão (1960)



Mapa 04: Campo Mourão década de 1960.
 Fonte: Base Cartográfica Prefeitura Municipal (2011).

Tabela 06: Bairros loteados em 1960.

LOTEAMENTOS	HECTARES	Nº DE LOTES	DATA DE APROVAÇÃO	LOTEADOR	REFRÊNCIA DO LOTEADOR
Jardim Pio XII	50,3172	1600	20/10/1963	Paulino J. Slomp	Imobiliária
Vila Cândida	31,1150	1033	20/05/1963	Paulino J. Slomp	Imobiliária
Jardim Bandeirantes	37,2900	1223	30/11/1963	José Pereira Carneiro	Vereador (1951)
Jardim N. S. Aparecida	32,3528	1040	06/11/1963	Vidal Colaço da Rosa	*
Jardim Isabel	9,6800	332	*	R. G. M. Imóveis Ltda	Imobiliária
Jardim Santa Cruz	45,9800	1500	02/04/1965	Ville Bathke	Pioneiro 1950 - Cartório do registro de Civil 1º Escrivão do crime)
Jardim John Kennedy	12,7760	425	07/07/1966	Hideto kadota	Fundador da Sociedade Nipo-brasileira de Campo Mourão (Sonibram).
Jardim Maia 1 e 2	6,5841	219	28/06/1967	*	*
Jardim Curitiba	12,1000	400	18/08/1967	Diógenes Alves Cabral	Médico
Jardim Country Club	3,9315	131	03/06/1968	Jose Carlos Ferreira	Médico
Jardim Paraíso do Campo	4,4358	147	20/12/1968	João Seratiuk	Vereador (1960/1963)
Jardim Aurora	4,5250	149	16/12/1968	Eduardo Portes Rocha	Dono de serraria Advogado
Jardim Damasco	7,6850	256	30/04/1968	Hussein Voussef Charrouf	Vendedor
Jardim Eng. Gutierrez	25,2180	850	07/10/1969	Raul do Amaral Gutierrez	Engenheiro
Jardim Zoraide	1,5500	50	06/12/1967	Antônio C. de Souza	*
Jardim Tomasi	2,5798	85	05/08/1967	Luiz Tomasi	Professor Fecilcam
Jardim Vitória	5,8590	195	06/05/1966	Tomonori Sato	Professora
Jardim Três Marias	2,4623	80	22/10/1964	*	*
Vila Guarujá	53,0298	1630	*	Loteadora Cometa	Imobiliária
Total	300,5404	11.435		19	

Fonte: Campo Mourão, 2012. (*Sem dados). Nº de lotes²²
Org. BATISTA, M. R. 2013.

²² O números de lotes foi obtido por meio de uma conta ($T = At/300M^2$), dividimos a área total do loteamento pelos 300 m² mínimos para cada lote de acordo com a legislação vigente na década de 1960.

Nessa década houve o loteamento de 300 hectares de terras, acarretando na expansão da forma urbana, principalmente ao norte, de acordo com a tabela 06. Dos 300 hectares loteados na década de 1960, foram 188 hectares loteados pelas imobiliárias, sendo a mais atuante a imobiliária Slomp com a criação de mais dois bairros na contiguidade do Jardim Lar Paraná o maior loteamento realizado na década de 1950. Nas proximidades desse bairro, foi parcelado o Jardim Pio XII e Vila Cândida, somando juntos 71, 42 hectares (tabela 06). Outro parcelamento significativo realizado por uma imobiliária foi o parcelamento da Vila Guarujá. No entanto, até a presente data, existem vários problemas de regularização.

Nessa década, mesmo com poucos anos de emancipação e, até mesmo de existência, a cidade já apresentava uma clara distribuição desigual da população na sua forma urbana. Ao visualizar o traçado desse bairro com o traçado dos bairros próximos ao centro ou os que tiveram loteamentos regularizados e supervisionados pela prefeitura. Essa forma de estrutura diferenciada, cuja função não se dá de maneira adequada, não oferece uma continuidade apropriada das vias de modo que a organização espacial fica prejudicada. A divisão irregular das quadras demonstra o descaso tanto do loteador, quanto dos gestores municipais, com o bairro. De acordo com os dados da prefeitura, o loteamento que deu origem ao Jardim Guarujá foi realizado pela empresa Cometa S/C Ltda, com o aval da prefeitura. Esse lugar ainda é resultado de muitas disputas judiciais. O acesso a este local é feito através de estradas de terra, estreitas e precárias, ainda hoje, depois de 50 anos de abertura do bairro.

A legislação urbanística deveria determinar as áreas de expansão, ao delimitar as áreas com possibilidade de crescimento da forma urbana. No entanto, os interesses do capital fundiário e imobiliário, muitas vezes, são preponderantes, loteando parcelas de terras para além da linha de perímetro urbano que delimita a área rural da urbana. Em Campo Mourão, a função da lei de perímetro na cidade visou a incorporar esses loteamentos à forma urbana, não delimitava áreas de expansão, o que era um agravante.

Nessa década, ainda não havia asfaltamento mesmo no centro da cidade, sendo um dos principais problemas das vias urbanas. Em tempos de seca, era a poeira que se levantava do chão com a circulação de automóveis (figura 35). Em épocas de chuva havia o problema da lama que quase impossibilitava o tráfego de pedestre.



Figura 35: A fotografia mostra a poeira que se levantada com a circulação de automóveis na Rua Brasil nas proximidades da Avenida Capitão Índio Bandeira no início da década de 1960.
Fonte: SANTOS JUNIOR, 2013.

Devido a todos esses problemas, nesse período, a maior necessidade era o desenvolvimento local e investimentos em infra-estrutura básica, como: pavimentação, esgoto sanitário, redes de abastecimento de água etc. O desenvolvimento local com a instalação de infra-estrutura adequada transformou a paisagem da cidade. Primeiramente no centro da cidade e, depois, nos bairros. A figura 36 demonstra a transformação da paisagem por meio das investidas dos gestores municipais com a instalação do asfalto na Av. Capitão Índio Bandeira, a principal via da cidade, que representava o progresso e a melhoria na qualidade da circulação de pedestres e automóveis, bem como a circulação de bens e mercadorias.



Figura 36: Início da implantação asfáltica na Av. Capitão Índio Bandeira, 1960.
Fonte: Wibaju, 2012.

Esse momento, em conjunto com o asfaltamento, as vias e praças públicas eram preparadas para receber iluminação elétrica, provenientes da Usina Hidrelétrica Mourão I. Desse modo, a vida noturna na cidade poderia ter desenvolvimento, uma vez que serviços como escolas, mercearias, dentre outros, poderiam funcionar à noite. Na figura 37 podem-se observar as obras de asfaltamento concluídas na Av. Capitão Índio Bandeira e, ainda, os postes de iluminação já instalados.



Figura 37: Av. Capitão Índio Bandeira final da década de 1960.

Fonte: <<http://wibajuem.blogspot.com.br/2011/04/usina-mourao-historico.html>> (2012).

Na figura 38, podemos observar uma parcial da Catedral São José, a praça São José, o edifício Mourão e o posto de saúde. A construção dessa nova Igreja teve início em 1954. Com arquitetura arrojada, cópia da Igreja Matriz Puríssimo Coração de Maria, em São Bento do Sul. O projeto foi idealizado pelo arquiteto alemão Simão Gramlich²³. De maneira geral, nesta figura vemos que as edificações já têm um gabarito mais elevado em relação às construções visualizadas nas figuras apresentadas na década de 1950. O posto de saúde que aparece na

²³ Simão Gramlich nasceu em Baden, na Alemanha, no ano de 1887 e morreu em Santa Catarina no ano de 1968. Chegou ao Brasil por volta de 1922, tendo ido inicialmente trabalhar no Rio Grande do Sul. Lá construiu a Igreja de Santa Cruz do Sul. Em meados dos anos 30 veio para o Vale do Itajaí, fixando residência e montando escritório em Blumenau. Um fato histórico para a cidade de Campo Mourão ocorreu na data de 4 de novembro de 1982, o Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, esteve em Campo Mourão, oportunidade que fez rápida visita à Catedral. A Catedral São José foi eleita em 2009 o Símbolo de Campo Mourão, dentro do projeto “Símbolo de Campo Mourão”, realizado pelo Rotaract Club de Campo Mourão. Ela foi eleita com 992 votos, de 2.847 votos no total (SANTOS JR, 2012).

figura 38 permaneceu por muito tempo nesse local. O edifício, atualmente (2014), abriga o Museu Municipal Deolindo Mendes de Oliveira.



Figura 38: Área central de Campo Mourão no final do decênio de 1960.

Fonte: <http://tasabendo.com/passadoepresente/praca-sao-jose/> 2013.

A função da praça é, desde os primórdios, na Grécia antiga, proporcionar o lazer, e estimular a convivência em sociedade. A importância desses espaços públicos para a cidade, mais do que a função primordial, consistia em trazer uma nova paisagem, organizada e esteticamente agradável. Da mesma forma o aspecto ecológico já estava incluído no projeto da praça São José, como podemos observar na figura 38, variados tipos de plantas dispostas no centro e nas laterais. A arborização da praça, certamente, deixou o espaço agradável de forma que a população pudesse permanecer nela por muito tempo e aproveitar a vista da nova capela São José.

A Praça São José data de 1940, quando foi projetado o plano inicial da cidade de Campo Mourão. Essa praça, quando foi planejada, certamente não tinha a forma que existe na década 1960, nem mesmo o nome. Fazia parte de um espaço reservado para ser o centro cívico. Entretanto, somente na década de 1960 recebeu investimentos. Precisamente no ano de 1965 foi destinado um crédito especial de Cr\$ 5000.000.00 (cinco milhões de cruzeiro) para melhorias nas praças públicas, no caso a praça São José e a Getúlio Vargas que ainda seria projetada (CAMPO MOURÃO, 1965).

Ao contrapor a figura 39 com a figura 40, vemos a transformação na paisagem nos 21 anos de uma paisagem para a outra. A imagem de 1946 onde hoje é a praça era uma raia de cavalos, representava uma atividade que os habitantes do lugar desenvolviam. Já na outra

imagem, a raia de cavalos deu lugar a uma praça - a Getúlio Vargas - e as vias estão asfaltada. Ao fundo encontra-se a rodoviária recém construída e as residências, as que aparecem na figura, são construções em alvenaria. Somente o que resta da década de 1940 na praça é o coreto o qual foi preservado, pois é um símbolo da história desse lugar, herança dos pioneiros.



Figura 39: Estacionamento da Raia de cavalos, 1946.
Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://1.bp.blogspot.. 2013>.



Figura 40: Praça Getúlio Vargas, 1967.
Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://1.bp.blogspot.. 2013>.

A transformação da paisagem na área central da cidade não foi alterada apenas com as instalações de asfalto e com a estrutura das praças mais elaboradas. Ocorria também a alteração da altura dos edifícios, como vemos na figura 41, demonstrada anteriormente, e na figura 42, a seguir. Nessa última, vemos uma escada de edifícios desde térreo até três andares. Essa proto-verticalização (SILVA, 1999) da área central ocorria, mesmo que lentamente, contrastando com a horizontalidade da cidade.

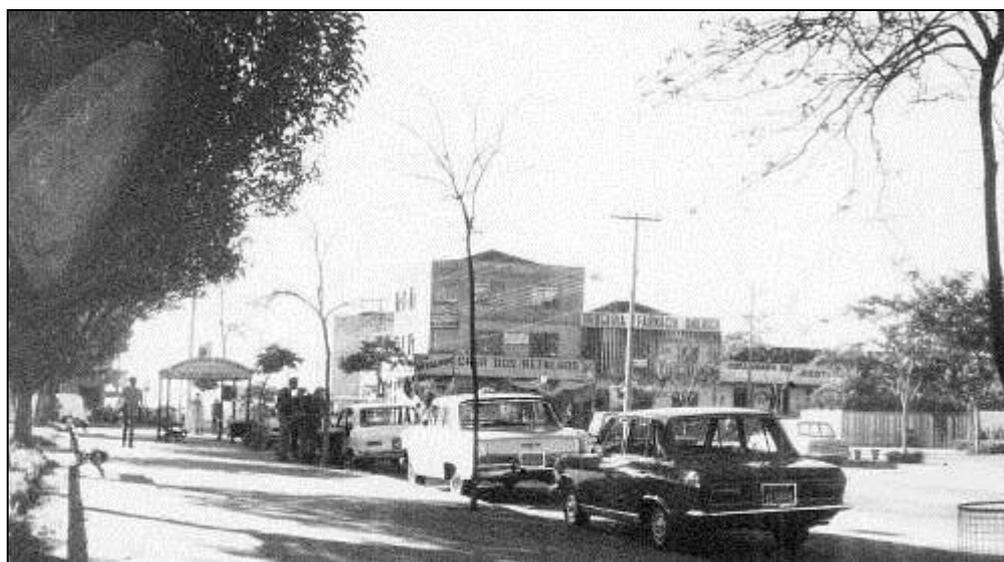


Figura 41: Rua Brasil no entro de Campo Mourão – PR, 1969.
Fonte: Acervo do Museu Deolindo de Mendes Pereira.

A mudança na paisagem é visível e constantemente em alteração, pois no processo de consolidação do município de Campo Mourão tornou-se um centro de atração de população, por sua característica de entroncamento viário, centro de escoamento de safra e, como já dissemos, pelo processo de mecanização das atividades rurais resultando na saída do homem do campo. Diferente do que aconteceu em 1970, quando houve a transição do rural para o urbano, ou seja, a saída maciça da população rural na região. Mas o processo de mecanização já vinha sendo imposto nas décadas anteriores, levando a mudança na estrutura econômica, até mesmo a mudança na função do espaço agrícola e urbano. Nesse momento, então, é um outro nível de controle da cidade em relação campo que se estabelece em Campo Mourão.



Figura 42: Desfile de 10 de Outubro no centro da cidade, na av. Cap. Índio Bandeira, 1967.
Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira, 2012.

As imagens dispostas anteriormente mostram que a vida cívica na cidade estava se encaminhando e a cada investimento dos gestores municipais o espaço urbano se transformava, transformando a paisagem e a própria sociedade. O investimento realizado para a construção da nova rodoviária (figura 43 e 44) demonstra que as gestões municipais estavam encarregadas de transformar a paisagem urbana em uma paisagem mais ordenada e com uma qualidade estética superior à existente. A prioridade, nesse período, era embelezar o centro da cidade e, por isso, os investimentos para a rodoviária e às praças no centro da cidade indicam que o governo municipal pretendia transformar aquele local em seu cartão de visita e mesmo em um lugar turístico para os moradores e visitantes. No entanto, podemos pensar que

as melhorias realizadas nesse ponto da cidade seria uma pressão exercida pelos moradores do centro da cidade, pois como é de *práxis*, os moradores dessa área eram os que detinham influência nas decisões tomadas pelos gestores municipais.

Notamos as disparidades entre os dois edifícios. O primeiro (figura 43), com o prédio em ruínas, sem um projeto bem elaborado. E o segundo (figura 44 e 45), com um projeto arquitetônico bem elaborado com um planejamento de circulação de pedestres e automóveis. O projeto da rodoviária foi elaborado pelo engenheiro-arquiteto Maurício Impelizeri Pinto de Moura²⁴ e executado pela empresa particular Construtora Gelson Gubert e Cia Ltda. Observamos, além disso, a preocupação com a arborização, tanto com a rodoviária como as praças Getúlio Vargas e São José. Essas árvores foram plantadas com a função de tornar o ambiente mais agradável e embelezar o lugar. Isso pode ser inferido a partir da observação da figura 38, pois onde ficava a raia de cavalos, no ano de 1946, não se notava a existência de arborização nesse lugar.



Figura 43: Rodoviária em 1964.

Fonte: Fonte: <http://tasabendo.com/passadoepresente/praca-sao-jose/> 2013.

²⁴ O engenheiro e arquiteto Maurício Impelizeri Pinto de Moura não executou obras somente na cidade de Campo Mourão. De acordo com Cordovil (2010) esse profissional também estava ligado a prefeitura de Maringá, segundo consta ele era um dos técnicos responsáveis pelos projetos de reestruturação urbana da cidade de Maringá no mesmo período em que trabalhava na elaboração de Projetos para Campo Mourão.

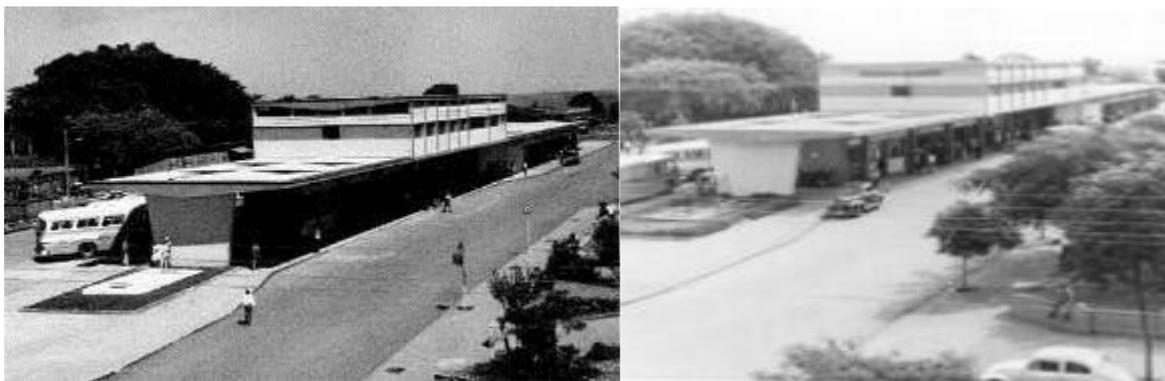


Figura 44 e 45: Rodoviária em 1967.

Fonte: Fonte: <http://tasabendo.com/passadoepresente/praca-sao-jose/> 2013.

A ampliação territorial da cidade revelou uma série de contextos, desenhando a cidade em si, não somente de forma estética, mas também na forma econômica, social, ambiental e cultural. O processo de estruturação da cidade na década de 1960, torna-a mais parecida com as cidades mais desenvolvidas. Nota-se que a altura dos edifícios passa a ser mais elevada, por exemplo. No entanto, somente na década de 1970 tem-se a construção do Santa Maria Hotel 1, com 4 andares e de uso misto (residencial e comercial). O hotel foi construído por Luiz Antônio Carolo, que era comerciante de madeira e dono da Serraria Carolo Ltda. e um dos fundadores da Cooperativa Coamo.

6.3 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AS GESTÕES MUNICIPAIS

Ao longo da década de 1960, o município de Campo Mourão teve no cargo de gestor público municipal Antônio Teodoro de Oliveira (1959 – 1963), Milton Luiz Pereira (1963 – 1967), Rosalino Mansuetto Salvadori (1967 – 1968), Augustinho Vecchi (1968/69-1977/83-1989 /1993), Horácio Amaral (1969 – 1973).

Um fator a ser destacado na questão da legislação urbanística que resulta em uma significativa mudança da paisagem foi a proibição da construção de casas em madeira na Zona Central²⁵. A lei foi sancionada pelo prefeito Antônio Teodoro de Oliveira. Notamos nas figuras expostas anteriormente a existência de construções em madeira. Entretanto, a lei não obrigava a desmanchar o imóvel em madeira, somente daquele ponto em diante não haveria mais a aprovação de projeto para construções em madeira. Essa lei influenciava decisivamente na paisagem urbana a partir do ano de 1960. Além disso, beneficiava as empresas de materiais de construção e olarias instaladas na região.

²⁵Campo Mourão Lei 017/60 “proíbe a construção de casas de madeira na 1ª zona fiscal do quadro urbano da cidade”.

Destarte, como ocorreu em várias cidades, essa proibição da construção das casas em madeira era imposto pelo poder público visando essa modificação da paisagem. Isso porque era considerada uma forma construtiva atrasada, já as construções em alvenaria representavam o desenvolvimento local e com um padrão construtivo diferenciado, tinha como função embelezar e, não somente isso, mas também dar uma imagem de prosperidade para a cidade. Essa imposição dos gestores municipais, realizada através da legislação urbanística causava segregação residencial, pois, além do imposto ser mais caro na área central, os interessados em residir nessa área deviam construir suas residências em alvenaria. Lembrando que nesse período a extração de madeira em Campo Mourão era forte, portanto, esse material, sem dúvida, teria um menor custo para os habitantes dessa cidade.

Em 1961, a ordem era asfaltar as vias que compunham a forma urbana. Não somente nesse ano, estava em pauta a abertura de crédito para a instalação de esgoto sanitário e rede de abastecimento (CAMPO MOURÃO, 2013). Como vimos nas imagens, a construção do asfalto nas vias era realizado no centro da cidade, apenas na principal avenida. A intenção dessas aprovações de créditos para melhorias da infraestrutura local tem a mesma função da lei que proibia a construção de casa em madeira, ou seja, embelezar a cidade, mas também facilitar a circulação de bens e mercadorias.

No final de seu mandato, Antônio Teodoro de Oliveira sancionou a lei nº 007/63²⁶. A lei autorizava a criação de uma subprefeitura no Jardim Lar Paraná, loteado na década de 1950 que teve um crescimento rápido, segundo Slomp (2013) e Campo Mourão (1963). O intuito era facilitar a administração, já que havia um grande desenvolvimento nesse bairro e, também porque em 1963 também eram loteados mais três bairros na contiguidade do Jardim Lar Paraná, sendo dois da mesma imobiliária. No projeto de lei faz-se referência somente a que o bairro é populoso e, assim, há a necessidade de dividir a administração em dois núcleos “A criação da subprefeitura no progressista e populoso bairro Lar Paraná, prolongamento do quadro urbano da cidade, se justifica em virtude do progresso vertiginoso por que passa o referido bairro” (Campo Mourão, 1963) complementando a justificativa para a criação da subprefeitura no projeto de lei nº 007 de 1963 que “com a descentralização da Administração Pública Municipal os serviços públicos serão mais bem atendidos facilitando dessa forma a administração da cidade” que nesse período contava com 22 bairros e uma população próxima de 30.000 habitantes. Essa descentralização da municipalidade acarretaria em transformações

²⁶Campo Mourão Lei nº 007/63. Cria a subprefeitura no bairro Lar Paraná nesta cidade.

na paisagem nesse bairro uma vez que o poder público passou a se interessar pelo desenvolvimento do bairro (Figura 46).



Figura 46: Avenida John Kennedy, em 1964, recebendo instalações de rede de esgoto e asfalto. Nesse mesmo ano o vereador Augustinho Vecchi apresentou projeto de lei mudando a denominação da Avenida Federal para Avenida Presidente John Kennedy.
Fonte: SANTOS JR., J. E. (2013).

O destaque para esse bairro é relevante ainda pelo fato de ser o que levou a municipalidade a revisar os limites do perímetro urbano, porque ele crescia fora da contiguidade do tecido urbano além da BR 487. A alteração no perímetro urbano foi dada pela lei nº 02/65²⁷, estabelecendo que o Jardim Lar Paraná e seus limites e confrontações ficavam incorporado ao quadro urbano. Essa lei teve alguns percalços como já foi citado anteriormente. Até 2010, a lei do perímetro urbano seria alterada mais 10 vezes, sendo que na década de 1970 teve 3 alterações. A necessidade de modificar a lei consiste no fato de que era preciso incorporar os novos loteamentos dentro do perímetro urbano tanto o Jardim Lar Paraná quanto os que surgiram ao seu entorno. Os problemas citados no capítulo 05 sobre divergências entre loteador e prefeitura poderiam ter existido em virtude dessa demora para a incorporação dos novos bairros à cidade, como, por exemplo, o Jardim Lar Paraná, que levou 15 anos para ser incorporado a cidade.

²⁷CAMPO MOURÃO. Lei nº 02/65. Revisa o limite do quadro urbano da cidade. Ementário Câmara municipal. 1948-2009.

O novo prefeito, Milton Luis Pereira (1963 a 1967), aprovou, em 1964, a construção de 6 escolas na área urbana do município e 8 nos distritos e, ainda, autoriza a construção do Fórum. Nesse mesmo ano, sanciona a lei nº 046/64 referente ao Código de Posturas e Obras do município. A importância desse Código de Posturas e Obras reside na ratificação das funções dos espaços dentro da forma urbana. Além disso, constitui-se na primeira legislação urbanística do município com conteúdo abrangente, regulando desde medidas higienizadoras à altura de edifícios. Também estabelece o zoneamento municipal que está dividido a cidade por funções, ou seja, a Zona Comercial (ZC); Zona Residencial (ZR); Zona Industrial (ZI); Zona Rural ou Agrícola (ZA). De acordo com o projeto de lei 32/64, sobre o código de posturas e obras, a justificativa para estabelecer o código seria alicerçada na questão de que este traria desenvolvimento ao município tido como fundamental para a estruturação urbana.

Em geral, durante seu mandato, o prefeito Milton Luiz Pereira teve preocupação em concluir estabelecimentos de ensino tanto dentro do município de Campo Mourão quanto nos demais distritos. Ainda, em 1965, institui a Companhia de Desenvolvimento, Urbanização e Saneamento – CODUSA²⁸. A criação da Codusa, jazia da cogitação de que a descentralização dos serviços ou a criação de departamentos, propostos inclusive pelos planos de ordem estadual como o Plano de Desenvolvimento do Paraná, que fossem encarregados de setores distintos resultaria em uma melhora na administração dos bens públicos do município.

Ao findar o ano de 1967, Rosalino Mansuetto Salvadori (vice-prefeito²⁹) se torna o prefeito da cidade. Seu mandato realizou-se em um período curto, sendo do final de 1967 a final de 1968. Ainda assim, teve uma participação importante na inauguração da Estação Rodoviária Municipal Estação da Luz (figura 44 e 45), que se encontrava em construção desde a gestão anterior. Nesta ocasião, foi entoado pela primeira vez o Hino de Campo Mourão, sendo letra do professor Egydio Martello e música da Walkyria Gartner Boz³⁰.

²⁸A CODUSA é uma sociedade de economia mista, criada pela lei municipal nº38/65. A CODUSA foi criada para auxiliar o poder administrativo na administração do município. O prefeito municipal por decreto delega à mesma a execução de serviços. Ela possibilita em particular, o alcance de suas metas, que são: A) Acesso fácil ao crédito, em especial às entidades de financiamento e investimento. B) Desburocratização e dinamização progressiva dos serviços através da centralização executiva e da racionalização. A CODUSA tem sua ação baseada no plano anual e na previsão orçamentária, são suas preocupações básicas: A) Programar cuidadosamente seus investimentos. B) Reduzir os custos de seus serviços. C) Elevar a produtividade. D) Preservar o atendimento a setores prioritários. E) Prestar melhores serviços sem se tornar uma deficitária. Em 1984 os principais acionistas da CODUSA eram; a prefeitura municipal de Campo Mourão com 96,26% e particulares com 3,74%. CAMPO MOURÃO. **37º aniversário**. 1984.

²⁹Vice prefeito. Cargo criado em 1964 pela emenda constitucional nº 6/64. VEIGA, Pedro. **Campo Mourão centro do progresso**. Maringá: Bertoloni, 1999.

³⁰Hino de Campo Mourão. Letra: Professor Egydio Martello. Música: Professora Walkyria Boz. No centro oeste do Paraná. Em região outrora hostil. Um município hoje há. Que honra e orgulha o Brasil. Teu povo bom e hospitaleiro. Tuas riquezas sem igual. Simbolizam o celeiro. Da grandeza nacional. Estrebilho. Campo Mourão. Modelo do Paraná. Lindo Torrão. Mais lindo de quantos há. Campo Mourão. De teu povo varonil. Belas vozes

Com a renúncia de Salvadori, assume o comando da cidade o prefeito Augustinho Vecchi (1968 a 1969). A duração do seu primeiro mandato ocorreu por um período curto de tempo, ou seja, menos de um ano. Contudo, firmou contratos importantes, tal como o contrato com a firma Comercial & Pavimentadora Ltda. (COPAL), para a pavimentação asfáltica de 30.000m² em ruas e avenidas da cidade³¹. E, ainda, deu início à investida no Mercado Municipal, delegando à CODUSA os trâmites legais.

Esse prefeito instituiu a lei 024/86 que autorizava a contratação da firma especializada na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento de Campo Mourão. Esse plano teve tal importância que em 1969 foi suspensa a aprovação de novos loteamentos porque deveriam aguardar as novas normas que seriam propostas no documento (CAMPO MOURÃO, 1969). De acordo com o projeto de lei 56/69, esse travamento nos novos loteamentos, durante a composição do plano diretor baseava-se no fator de que nas décadas anteriores havia surgido inúmeros loteamentos às margens do perímetro urbano da sede urbana de Campo Mourão, resultante dos desmembramentos de propriedades localizadas próximo área urbana.

Os loteamentos inseridos na cidade resultaram em um aumento no número de lotes disponíveis o que levou a uma baixa densidade populacional. De acordo com o projeto de lei seria de 23 habitantes por hectare e também favoreceu ao aparecimento de inúmeras residências com baixa infraestrutura (CAMPO MOURÃO, 1969). Por esses motivos o plano diretor, após a normatização, estabeleceria que os novos loteamentos de Campo Mourão estariam subordinados as normativas estabelecidas pelo Decreto de Lei n° 271/67, do Governo Federal.

A principal justificativa para a realização do Plano Diretor de Desenvolvimento de Campo Mourão exposta pelo poder legislativo seria a rápida expansão demográfica. Contando, através do levantamento realizado pelo cadastro fiscal imobiliário, tinha-se em 1965, 13.465 habitantes e 2.263 edificações já no ano de 1968 contavam-se 27.606 habitantes e 4.451 edificações na sede urbana de Campo Mourão.

Acreditava-se que com esse plano de desenvolvimento solucionaria os problemas com a estruturação urbana. De acordo com o projeto de lei 21/68, esse plano foi dividido em 5 fases, haveria de conter:

ecoarão. Hinos de glória ao Brasil. <<http://campomourao.pr.gov.br/cidade/hino.php>> Acesso em 22 de janeiro de 2013

³¹CAMPO MOURÃO. Lei 004/68. Ementário Câmara municipal. O poder a firmar contrato com a firma Comercial & Pavimentadora Ltda. COPAL para a pavimentação asfáltica de 30.000m² em ruas e avenidas.

1) METAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

- a) Análise do setor primário (mineral, vegetal, agricultura e pecuária);
- b) Análise do setor secundário (indústrias, que têm condições de se instalar no município, conveniência de se projetar áreas ou distritos industriais, estudos de mão de obra;
- c) Análise do setor terciário (transporte, comércio e comunicações);
- d) Diversificação da economia e possibilidades de desenvolvimento.

2) METAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

- a) Programa de desenvolvimento e organização de comunidades;
- b) Plano preliminar dos setores institucionais (desenvolvimento cultural, saúde pública e assistência social, sistema habitacional;
- c) Plano educacional, abrangendo todos os graus e articulado com as necessidades do município e da região.
- d) recomendações baseadas na análise sociológica;

3) MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRATIVO

- a) Reforma administrativa (criação de um sistema de planejamento municipal, reforma geral da administração);
- b) Propostas para a sistematização do sistema financeiro (arrecadação, mobilização de recursos externos, medidas básicas para a elaboração de um orçamento-programa);
- c) Análise dos balanços e das despesas de custeio, para avaliação da efetiva capacidade local de investimento público.

4) ORGANIZAÇÃO ESPECIAL

- a) Zoneamento e setorização;
- b) Estrutura viária (vias de circulação estruturais, coletoras, secundárias, e locais);
- c) Loteamentos;
- d) Recomendações sobre estética urbana;
- e) Plano básico de abastecimento de água, esgoto e drenagem;
- f) Plano básico para pavimentação de ruas, avenidas e logradouros;
- g) Localização dos serviços públicos;
- h) Reserva de áreas verdes e área para escola;
- i) Recomendações para novos projetos.

Áreas rurais

- a) Definição dos núcleos rurais;
- b) Plano rodoviário municipal;
- c) Recomendações para equipamentos das zonas rurais;

5) LEGISLAÇÃO

- a) Lei do Plano Diretor;
- b) Lei de Zoneamento;
- c) Lei de loteamentos;
- d) Código de edificações;
- e) Lei da reorganização administrativa.

Ao analisarmos o Plano de desenvolvimento de Campo Mourão, vemos um diagnóstico geral do município. De acordo com Campo Mourão (1968) existia 52 madeiras instaladas somente na cidade de Campo Mourão, caracterizando a principal atividade desenvolvida nessa década de 1960, a qual teve um papel importante para o desenvolvimento da região e do município “a exploração madeira voltando para o abastecimento de um mercado estruturado a nível estadual e interestadual colocou a cidade numa posição de elo de

ligação entre toda uma região e os principais aglomerados urbanos do país” (CAMPO MOURÃO, 1968, p. 10). Porém, apontava que Campo Mourão deveria mudar sua estrutura econômica para competir com as demais cidades do Paraná. Nele constam várias diretrizes para serem seguidas e executadas pelos gestores municipais, desde filiações com órgãos ligados a agricultura e incentivos a criação de cooperativas, a criação de secretarias para melhor administração pública.

Ao finalizar as gestões da década de 1960-1970, entra no comando do município o prefeito Horácio Amaral, com muitos feitos. Dentre eles o mais importante para a cidade foi a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campo Mourão. A faculdade instalada na cidade atrairia estudantes dos municípios da microrregião e de outros municípios. Um ponto importante para Campo Mourão se consolidar como polo regional.

A forma urbana mudou, com o acréscimo de novos bairros, e assim, foi necessário pensar novas legislações para estruturar essa nova forma, cuja função agora, era de abrigar nesse momento quase de 30.000 habitantes na cidade. No final da década de 1960, é visível as mudanças no setor agrícola já apontando o ingresso da região na modernização da agricultura e, com ela uma parcela da população rural já procura a cidade em busca de trabalho.

Na década de 1960, a função principal do município era fornecer madeira para o mercado de transformação. Já nos anos que se seguiram, vemos a mudança nessa função, cresce a produção de grãos, da mesma maneira que em muitos dos municípios do Estado do Paraná. Ao mudar sua função, ou seja, com a reestruturação econômica, tornou-se o centro regional, pois oferecia mais serviços, tais como: bancos, comércio atacadista e varejista, indústrias, educação, saúde, dentre outros. E, inclusive, passou a controlar a produção agrícola na sua região ainda mais com a fundação da cooperativa COAMO. Visando esse crescimento no setor agrícola, os gestores municipais continuam a priorizar as associações com órgãos ligados a agricultura. Nessa década tem a associação com o inda. Mesmo que a região tenha cultivado café nas décadas anteriores, vemos que o cultivo de café toma força a partir da década de 1960, até mesmo porque nesse período ocorreu um aumento significativo na população municipal, que buscava preferencialmente as áreas rurais para fixar residência e praticar o cultivo de café que era um produto aceitável no mercado e muitas pessoas traziam como tradição familiar o cultivo dos cafezais. Ainda assim, o café não se apresentava como o principal produto, pois a produção de milho e, posteriormente, a produção de soja tomavam a

frente, sendo os principais produtos em conjunto com a extração madeireira e na década de 1970 tornar-se-iam líderes de produção nas terras municipais de Campo Mourão.

A estruturação da economia levou à estruturação da própria cidade, conduzindo a ao crescimento populacional acelerado. Somente na década de 1960, houve o acréscimo de mais 19 bairros na sede municipal. Entretanto, esses novos bairros foram ocupados gradativamente ao longo dos anos. Com a expansão da forma urbana em constante alteração nesse período, os gestores municipais sancionaram, a nosso ver, as principais leis visando organizar o espaço urbano. Dentre as principais leis destacamos o Código de Posturas e Obras de 1964, sendo esta uma lei abrangente que tinha como finalidade organizar as vias estruturais, os estabelecimentos de comércio e serviços públicos e privados, bem como setorizava a cidade em cinco zonas divididas em comercial, industrial e residencial. O Plano Diretor de Desenvolvimento de 1968 também foi importante para a estruturação da cidade sugerindo soluções para problemas de habitação, saúde, educação, até mesmo a instalação de diversas secretarias para melhor administração da cidade. Porém, não foi totalmente implantado.

De fato, a década de 1960 finda com a economia baseada na agricultura de subsistência e no extrativismo, embora este último já estivesse com um ritmo já desacelerado, sempre complementou a receita municipal. Portanto, nesse período a função do município no cenário agrícola ainda estava indefinido, mas, já apontando indícios que se tornaria um grande produtor de grãos e, inclusive, tornar-se-ia polo da microrregião geográfica de campo mourão, o que resultava na constante transformação na estrutura socioeconômica e da forma urbana.

Em 1960, a paisagem estava se transformando e a legislação urbanística contribuiu fortemente para as mudanças através das normatizações de largura de rua, a proibição da construção de casas em madeira já em meados da década de 1960. A disposição asfáltica também promoveu a mudança na paisagem transformando as ruas e avenidas pavimentadas com paralelepípedo ou de chão batido em ruas cinzas, assim, como as cidades mais desenvolvidas da região. A instalação da rede elétrica também foi um fato notável para a mudança na paisagem com a presença de postes de iluminação foram dispostos em todas as ruas e avenidas da área central, primeiramente e depois nos bairros de maneira que transformaram, definitivamente a paisagem noturna da cidade.

7 DÉCADA DE 1970: A TRANSIÇÃO DO RURAL PARA O URBANO

7.1 DINÂMICA ECONÔMICA E POPULACIONAL

Esse período de aumento populacional na área urbana está diretamente ligado ao êxodo rural e à modernização da agricultura, com predominância a partir de 1970, mas que já dava indícios na década de 1960. A cidade de Campo Mourão absorveu, no decênio de 1970 a 1980, aproximadamente 20.000 habitantes, provindos, em sua maioria, do próprio espaço agrário do município e, possivelmente, uma parcela de migrantes que saíam dos municípios recém criados e rumavam para o polo regional. Esse fato pode ser pensado a partir da tabela 01, apresentada anteriormente no capítulo 04, que demonstra a dinâmica populacional dos municípios desmembrados de Campo Mourão, onde se pode observar que de todos os desmembramentos ocorridos nenhum dos municípios teve aumento populacional, exceto Campo Mourão. De modo que podemos constatar que a cidade mais desenvolvida da microrregião estava absorvendo a população rural. Isso levou a uma reestruturação do setor de comércio e serviços, tanto que como já demonstramos no item 3.3, que versa sobre o contexto de sua microrregião no ano de 1980, quando termina nosso período de estudo, Campo Mourão, em 1980, havia 758 estabelecimentos no setor de comércio e serviços e mais 150 indústrias.

Campo Mourão tinha interesse na mudança da dinâmica econômica, já que o mercado da madeira havia se desestabilizado. O governo municipal filia-se ao Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA) e na esfera privada tem-se a instalação da Cooperativa Agrícola de Campo Mourão – COAMO. A fundação da COAMO na cidade é um exemplo da boa fase da agricultura na região. Como consequência, há uma aceleração na mecanização da agricultura, uma vez que, após a fundação da cooperativa, surge o acesso mais fácil a tratores e máquinas de diversas finalidades, pois a venda da produção estava garantida.

Ao analisar a tabela 07 que mostra a situação dos trabalhadores no campo das modalidades: parceiro, proprietários, arrendatários e ocupante, apenas do município de Campo Mourão. Notamos que dentre as categorias de trabalhadores rurais os que tiveram maior diminuição foram os proprietários de terras que em 1970 somavam 3.372 e em 1980 passam para apenas 533 (tabela 07). Essa dinâmica não teve influência de desmembramentos do município, pois até 1970 já haviam sido emancipado a maioria. O último desmembramento direto de Campo Mourão só se deu em 1990 com a criação do município de Farol.

Tabela 07: Situação geral das categorias de trabalhadores rurais 1970/1980

Condição	1970		1980	
	Nº de est.	Área (ha)	Nº de est.	Área (ha)
Parceiros	1.502	12.649	533	7.105
Proprietários	3.372	173.024	1.708	154.751
Arrendatários	1.833	15.252	435	10.965
Ocupante	1.196	8.757	216	1.776
Total	7.903	209.682	2.892	174.597

Fonte: Campo Mourão, 2007.

Verificamos que de 1970 até 1980 há um constante crescimento da agricultura. Entretanto, observamos também que a agricultura sempre foi a principal atividade no município desde o final da década 1960, seguido da pecuária, principalmente pela criação de suínos, que sempre foi praticada pelos primeiros moradores desde 1920. Com predominância, a produção de soja e milho aparece com uma grande discrepância, se comparado aos outros tipos de grãos. Esse fator pode ter sido determinante para diminuição no número de estabelecimentos com área inferior a 50 hectares, conforme tabela 08. Isso ocorre porque as culturas permanentes para serem rentáveis, requer o plantio em grandes áreas. No entanto, um dado bastante relevante a ser destacado, também na tabela 08, corresponde aos módulos fundiários entre 50 a 500 hectares de terras que somente esses módulos é que teve aumento na quantidade de estabelecimentos de 1970 a 1980. Confirmando que a estrutura das propriedades rurais estava em transformação, certamente ocasionada pela nova conjuntura econômica imposta nesta década, que exigia áreas cada vez maiores para a prática da monocultura.

Tabela 08: Distribuição dos estabelecimentos agrícolas por módulos fundiários - 1970/1975/1980

módulos (há)	nº de estabelecimentos					
	1970	%	1975	%	1980	%
0-5	2.700	34,16	1.396	31,00	612	21,16
5-10	2.185	27,65	1.171	26,00	653	22,60
10-20	1.625	20,56	830	18,43	561	19,40
20-50	922	11,67	574	12,75	486	16,81
50-100	220	2,78	218	4,86	223	7,71
100-200	118	1,50	138	3,07	176	6,10
200-500	84	1,06	125	2,78	136	4,70
500-1000	38	0,48	37	0,83	33	1,14
1000-2000	8	0,10	10	0,23	10	0,35
2000-5000	2	0,03	2	0,05	1	0,03
TOTAL	7.902	100,00	4.501	100,00	2.891	100,00

Fonte: Plano Habitação (Prefeitura), 2011.

A tabela 09 complementa os dados da tabela 08. Ela demonstra que a agricultura e a atividade de maior destaque no meio rural em Campo Mourão com a ocupação de 158. 642 hectares em 1975, na metade da década de 1970, entretanto, na mesma tabela 09, vemos que

diminuiu quase que pela metade o número de estabelecimentos que praticavam somente a atividade agrícola, contudo, a área cultivada só diminuiu 29,637 hectares, o que consideramos pouco, em relação a baixa no número de estabelecimentos.

Tabela 09: Utilização das terras (em hectares) e número de estabelecimentos - 1975/1980.

Ano	Agricultura (ha)	Nº. Est.	Pecuária (ha)	Nº. Est.	Agropecuária (ha)	Nº. Est.	Horticultura (ha)	Nº. Est.
1975	158.642	4.296	16.238	186	53	4	11	2
1980	129.005	2.551	20.364	256	2.196	56	19	2

Fonte: Plano Habitação (Prefeitura), 2011.

A pecuária, como pode ser observado na tabela 09, teve setenta novos estabelecimentos registrados somente com essa atividade, de 1975 para 1980, chegando a 256 estabelecimentos. Lembre-se de que nessa categoria sobressai a criação de suínos, que foi predominante no município desde a década de 1950, como demonstram os dados dos censos agropecuários. Somente após o ano de 1980 a criação de bovinos supera a criação de suínos (tabela 10). Fator esse que pode ser atribuído à maior aceitação no mercado externo de carnes de origem bovina em detrimento da suína, gerando um novo campo de atuação para as atividades rurais. E ainda podemos atribuir ao fato de que o sistemas de safras³², que foi muito praticado na região de Campo Mourão, já não era mais possível, até mesmo pela intensa capitalização do espaço rural, sendo impossível a criação livre de suínos na propriedade, reinando a partir de então o confinamento dos animais livrando que invadissem a propriedade vizinha.

Na modalidade mista, ou seja, os estabelecimentos que praticam tanto agricultura e a pecuária, agrupados na categoria agropecuária, teve um aumento de 4 estabelecimentos para 56 estabelecimentos em 1980, o que corresponde a mais de 2000% de área utilizada para esta atividade rural, conforme apresentado na tabela 09. Isso demonstra uma dinâmica no setor agropecuário que cada vez mais estaria atendendo ao mercado de exportação em detrimento do mercado interno. Já na horticultura havia 2 estabelecimentos representando a atividade somando juntos onze hectares em 1975 e 19 em 1980, segundo tabela 09.

Toda a dinâmica do meio rural retratada nas tabelas 08 e 09, pode ser mais bem visualizada na tabela 10, que mostra os principais produtos comercializados entre 1950 a 1980, podemos observar toda a dinâmica agrícola no município. Os índices da mudança na função do espaço agrário mourãoense já despontavam na década de 1960, pois com o declínio da extração de madeira, o que restava era utilizar as terras descampadas com cultivos que

³² O sistema de safras é a criação de animais, porcos normalmente, em meio a plantação de milho.

fossem atraentes para o mercado interno e externo. De modo que, no início da década de 1970, como podemos observar na tabela 10, a produção de milho, trigo e soja passam a ser os principais produtos produzidos, diferentemente, do que foi a década de 1960, em que a produção de madeira era a atividade mais praticada, chegando a ser oficialmente comercializado 140.000 m³ no município.

Importante salientar que a produção de milho e café eram os principais produtos cultivados até a década de 1960, chegando a ser colhidas 33.382 toneladas, desses produtos. Depois disso, já na década de 1970, foi diminuindo o café, que chega a em 1975 com apenas 12.431 toneladas. Poderíamos concluir dizendo que foi o clima o responsável por essa diminuição pois, entre 1970 a 1975 teve um período de intensas geadas que afetavam diretamente a qualidade e a quantidade de café colhido (CANCIAN, 1981; PADIS, 1981; TRINTIN, 2006). No entanto, no ano de 1980 a quantidade de café colhido diminui muito com pouco mais de 4.000 toneladas. Enquanto, as culturas como o trigo e milho, por exemplo, cresce a cada ano. Mas, nem o cultivo de milho ou de trigo teve um avanço tão significativo quanto o cultivo de soja. Esse produto, no ano de 1975, ou seja, na metade da década de 1970, chegou a ser colhido 43.470 toneladas e, no ano de 1980, já tem a o dobro de produção.

Tabela 10 - Principais produtos anualmente produzidos em Campo Mourão – PR (1950-1980).

Produtos	1950	1960	1975	1980
Algodão (toneladas)	45	4.437	6.000	3.282
Cana de açúcar (toneladas)	1.075	7.349	1.620	43,52
Café (toneladas)	51	33.382	12.431	4.257
Feijão (toneladas)	1.166	9.565	6.470	729
Mandioca toneladas	149	0	800	2.880
Trigo (toneladas)	269	424	13.184	40.500
Milho (toneladas)	29.430	61.831	9.450	19.740
Soja (toneladas)	*	*	43.470	88.935
Arroz (tonelada)	957	7.464	10.800	3.456
Madeira (m ³)	21.077	140.000	13	11
Mate (toneladas)	24	*	*	*
Bovinos (cabeças)	211	121	34.036	51.404
Caprinos (cabeças)	677	303	1.053	900
Suínos (cabeças)	10.997	9.607	35.334	27.152

Fonte: IPEA, 2013. IBGE - censos agropecuários, 1950-1960. Org.: BATISTA, M. R. 2013.

A tabela 11, vem confirmar a alteração no espaço agrário, também mostra a evolução das lavouras temporárias, que teve um aumento significativo desde 1975, com 84.862 hectares plantados para 148.608 em 1980. Com essa nova dinâmica no espaço agrário de Campo Mourão a busca por maquinários mais sofisticados foi iminente, como vemos na tabela 12, ao expor que a utilização de força mecânica aumenta, saindo de 8 estabelecimentos, para 1.919 utilizando maquinários. A inclusão cada vez mais de máquinas para o trabalho rural acarretou

na diminuição da mão de obra no campo. Além disso, como vimos na tabela 08, houve uma diminuição nas pequenas propriedades rurais, ou seja, grande parte dos trabalhadores rurais que prestavam serviço já estavam instalados nas cidades, cabendo aos grandes capitalistas e até mesmo os médios e pequenos investirem em máquinas de plantio, colheitas e demais serviços que pudessem ser executados por esses trabalhadores que viviam no meio rural.

Tabela 11: Área colhida (ha) 1973 a 1980.

Ano	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Permanente	63	1.413	10.030	33	41	7.568	7.780	7.688
Temporária	35.645	65.728	84.862	110.465	154.648	144.224	147.364	148.608

Fonte: IPEA, 2013.

Org.: BATISTA, M.R. 2013.

Tabela 12 - Campo Mourão: força animal e mecânica utilizada nas lavouras e pastagens plantadas- 1970/1975/1980.

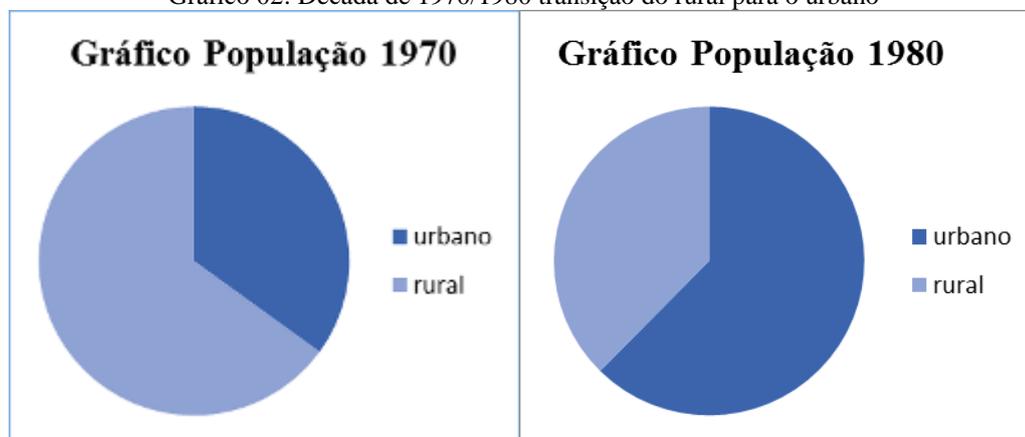
	1970	%	1975	%	1980	%
Força animal	2.473	92	1.702	55	1.521	44
Força mecânica	223	8	1.377	45	1.919	56
Total dos estabelecimentos	2.696	100	3.079	100	3.440	100

Fonte: IBGE - Censos agropecuários de 1970, 1975, 1980.

Org.: BATISTA, M.R. 2013.

A nova dinâmica instalada no campo trouxe mudanças para a cidade. Nesse decênio há a inversão da população rural-urbana (Gráfico 02) só se dá em 1980. Mesmo com os demais desmembramentos que viriam depois dessa década, a população urbana não diminuiu, continuando a aumentar cada vez mais em detrimento da rural. Nessa década, entre 1970-1980 a população urbana campo-mourense aproximou-se de 50.000 habitantes, mais precisamente 46.066 habitantes, contra os 27.769 que ainda permaneciam no meio rural.

Gráfico 02: Década de 1970/1980 transição do rural para o urbano

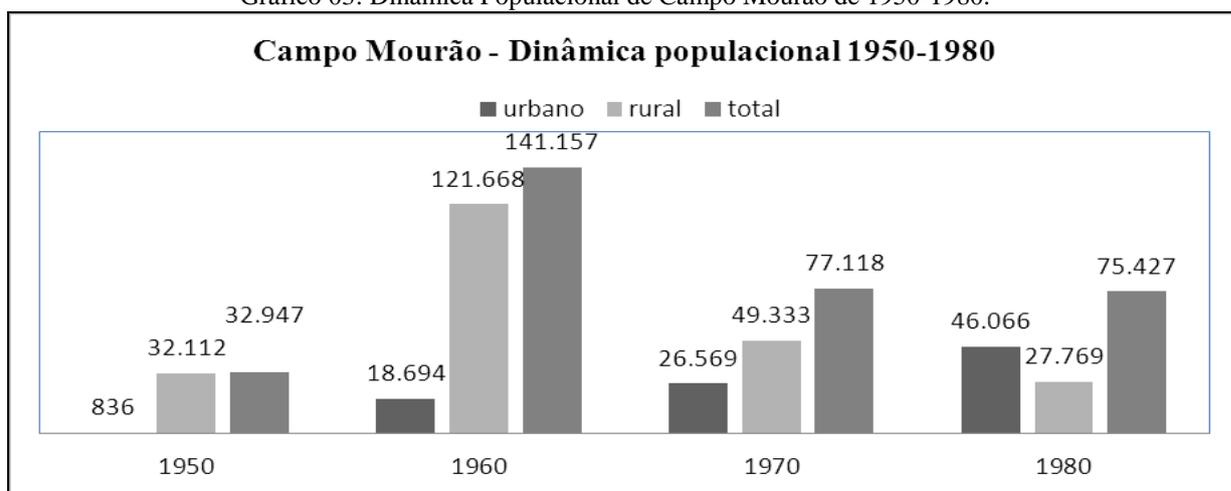


Fonte: Campo Mourão (Plano Diretor) 2007.

Org.: BATISTA, M.R. 2013.

No gráfico 03, vemos a dinâmica populacional até a década de 1980. Como ainda o município não havia atingido todas as etapas de desmembramento, houve um decréscimo populacional entre as décadas de 1960-1970. Dessa forma, o aumento de população na cidade evidencia que a forma urbana deveria ser estruturada pelos gestores municipais para amparar esse contingente populacional que saía do campo e adentrava a cidade provocando um adensamento e ocupação das bordas da forma urbana.

Gráfico 03: Dinâmica Populacional de Campo Mourão de 1950-1980.



Fonte: Campo Mourão (Plano Diretor) 2007.

Org.: BATISTA, M.R. 2013.

Com a transição do rural para o urbano, nota-se que a população economicamente ativa também se inverte no período de 1970 até 1980 (Gráfico 05). Juntamente com a expansão da população urbana, houve o aumento no número de domicílios na área urbana de Campo Mourão. A tabela 13, mostra um pouco da situação desses domicílios.

Tabela 13: Situação geral dos Domicílios em Campo Mourão.

Categoria	1970	1980
Domicílios - com água canalizada rede geral	1.841,00	5.043,00
Domicílios - com iluminação elétrica – número	3.301,00	10.177,00
Domicílios - com instalações sanitárias rede geral – número	*	745,00
Domicílios - com material de construção durável %	67,10	99,20

Fonte: IPEA, 2013.

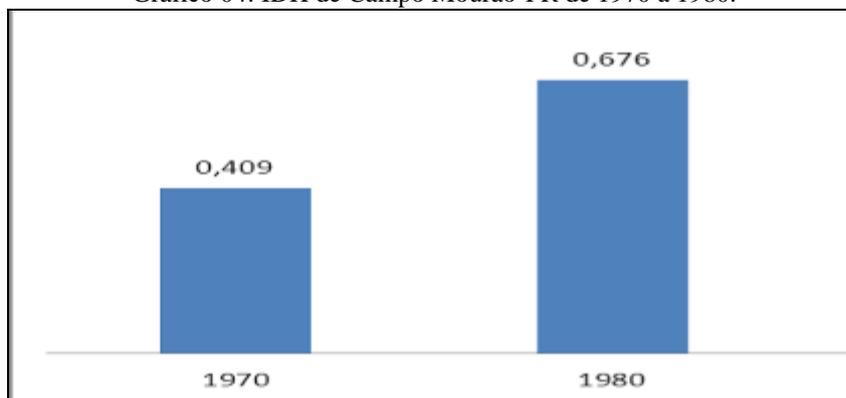
Org.: BATISTA, M.R. 2013.

Na cidade, havia, em 1980, mais de 5.000 residências com água encanada, contra os 1.841 em 1970. Muitas residências ainda contavam com a água provinda dos poços artesianos instalados pelos loteadores ou pela prefeitura. Já a rede de iluminação pública chega a 10.177 domicílios com energia elétrica instalada em 1980. Vale lembrar que a Usina Hidrelétrica Mourão recebeu uma ampliação na década de 1960, de maneira que a cidade contava com

uma usina potente na geração de energia, a qual fornecia energia elétrica, inclusive, para outras cidades. Apesar disso, a cidade ainda contava com um sistema de esgoto ineficiente. A maioria das residências possuía somente foças no fundo do quintal que eram utilizadas para despejo dos dejetos.

A estrutura urbana existente até a década de 1970 não dava mais conta de atender a demanda por habitação, saúde, educação, dentre outros. O gráfico 04 mostra o crescimento no Índice de Desenvolvimento Humano no período de 1970 a 1980. Com o aumento populacional surgem mais problemas de ordem básica. No entanto, houve um aumento no IDH, pois esse índice é uma média geral dos habitantes do município, de modo que, não indica os principais problemas.

Gráfico 04: IDH de Campo Mourão-PR de 1970 a 1980.

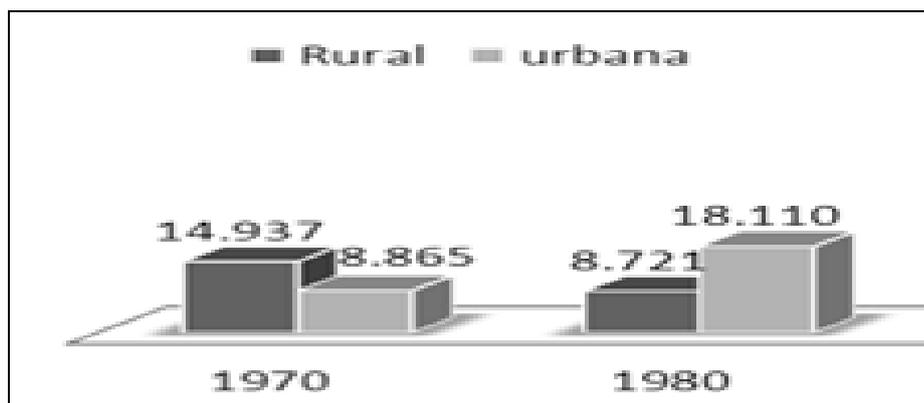


Fonte: IPEA, 2013.

Org.: BATISTA, M.R. 2013.

A população economicamente ativa na área urbana também passa a rural, no período que vai de 1970 para 1980, conforme o gráfico 05, com um aumento de 9.245 pessoas ativas na cidade. Estruturava-se no setor de comércio e serviços, sendo que o setor de comércio se sobressai, em comparação com os serviços. As pessoas ocupadas no setor de comércio, em 1950, eram 88. Já no ano de 1980 chega a 2.858 pessoas formalmente empregadas em 457 estabelecimentos. No setor de serviços havia 90 pessoas formalmente empregadas em 1950, passando para 1.391 no ano de 1980, conforme tabela 14.

Gráfico 05: População economicamente ativa rural/urbana em Campo Mourão-Pr, 1970-1980.



Fonte: IPEA, 2013.

Org.: BATISTA, M.R. 2013.

Tabela 14: situação do setor de comércio e serviços 1950/1960/1970/1980

Setor	1950	1960	1970	1980
Número total de Estabelecimentos – Comércio	54	182	591	457
Número total de Estabelecimentos – Serviços	38	147	448	328
Pessoas ocupadas no setor de comércio	88	376	1.484	2.858
Pessoas ocupadas no setor de serviços	90	317	894	1.391

Fonte: IPEA, 2013.

Org.: BATISTA, M.R. 2013.

O Produto Interno Bruto municipal na transição do rural para o urbano, ou seja, em 1970, era de R\$ 236.342,59 e em 1980 passa de R\$ 400.000,00 (quadro 09), contando com a participação da renda gerada pelo setor agrícola e também pelo setor de comércio e serviços concentrados na área urbana. No ano de 1949 e 1959 o PIB municipal era basicamente representado pelo setor agropecuário, conduzido pelas atividades agricultura, pecuárias e silvicultura (quadro 09).

Quadro 09: Produto interno bruto do município de Campo Mourão de 1949/1980.

Ano	Pib Municipal	PIB Serviços - transporte, armazenagem e correio	PIB Serviços - atividades imobiliárias e aluguel	PIB Agropecuária	PIB Serviço Comércio	PIB Demais Atividades (Indústrias, serviços públicos, etc.)
1949	20.056	*	*	13.968	565,21	*
1959	154.263	*	*	90.879	4.121	*
1970	236.342	9.993	14.247	56.505	61.752	93.845
1975	358.571	11.656	12.534	76.845	97.319	160.217
1980	417.785	19.227	20.338	127.152	55.315	195.753

Fonte: IPEA, 2013. * (Sem dados)

Org.: BATISTA, M.R. 2013.

No entanto, no ano de 1970 e 1975, o PIB relacionado ao setor de comércio e serviços ultrapassa o PIB agropecuário. Ocorre que nesses anos houve uma série de

fenômenos climáticos que prejudicou a produção de modo que, a geração de renda nesses dois anos teve maior participação do setor de comércios e serviços. Contudo, pelo quadro 09, vemos ainda que o PIB agropecuário representava, aproximadamente, 30% dos rendimentos municipais no ano de 1980 mesmo que, nessa época, o setor de comércios e serviços já estivesse bem desenvolvido, apontando que já haviam superado essa breve crise na década de 1970.

Na tabela 15, podemos ver que havia indústrias de variados ramos. Entretanto, um dado bastante curioso que aparece na tabela 15 é a indústria ligada à madeira. Ainda em 1975, havia 46 estabelecimentos exercendo trabalhos nas madeireiras. Contudo, essas indústrias de madeira eram, em sua maioria, sustentadas pelo produto que vinha de fora do município. Toda a microrregião produzia 221 m³ e grande parte dessa produção provavelmente ia para Campo Mourão para beneficiamento. O município só produzia 13 m³ nesse ano de 1975. De fato havia inúmeras indústrias que se instalaram na cidade ao longo da década pelo fato de a mão de obra barata e abundante.

Tabela 15: Censo comercial e industrial do município de Campo Mourão, 1975.

Categoria 1975 Censo comercial	Est.	Total pessoas empregadas	Categoria 1975 Censo industrial	Est	Total pessoas Empregadas
Comercio varejista	346	1844	Prod. Mineral não metálico	28	98
Ferragens e materiais para construção	8	75	Metalúrgica	5	32
Equipamentos agrícolas	11	98	Mecânica	2	X
Maquinas e aparelhos elétricos	11	139	Material de transporte	9	30
Veículos, peças e acessórios	16	414	Madeira e lenha	46	1123
Moveis	3	17	Mobiliário	16	57
Papel e papelaria	3	10	Papel e papelão	2	X
Produtos químicos e farmacêuticos	18	105	Borracha	1	X
Combustíveis	13	42	Couros e peles	5	14
Tecidos	4	30	Têxtil	5	253
Vestuários	42	162	Vestuário	7	60
Produtos alimentícios	192	466	Produtos alimentares	60	197
Artigos de tabacaria	2	X	Editorial e gráficas	6	61
Mercadorias em geral (inclusive alimentícios)	3	146	Diversas	2	X
Total	672	3548	Total	194	1925

Fonte: IBGE, Censo comercial e Industrial, 1975.

Org.: BASTISTA, M. R. 2013.

E, assim, sucessivamente. Em 1975 contavam-se 675 estabelecimentos de comércio, o mais forte na cidade era o comércio varejista com 1844 pessoas empregadas em 346 estabelecimentos (tabela 15). Os produtos alimentícios também empregavam bastante no comércio de Campo Mourão ao todo eram 466 empregados em 192 estabelecimentos.

A madeira ainda, na década de 1970, faz parte das atividades econômicas de Campo Mourão, mas agora como outra escala de produtividade, mais voltada para indústria de moveis, ou seja, já havia o beneficiamento da madeira na cidade. Essa madeira que era beneficiada na cidade já não era resultado do extrativismo nas terras municipais, e sim, resultado de novas plantações, como, o pinos e o eucalipto. A madeira que garantia o emprego formal e a permanência dessas atividades na cidade, era resultado de uma nova dinâmica o replantio e, também as retiradas dos outros municípios da região. Nesse sentido, a madeira sempre teve um papel importante na estrutura econômica municipal. Contudo, após o ápice das madeireiras na década de 1960, na década de 1970, a cidade já contava com o setor secundário e terciário bem estruturado, assim, as forças produtivas agindo conjuntamente, tornaram Campo Mourão a cidade polo de sua microrregião.

Como já comentamos anteriormente, muitas indústrias ingressaram na cidade com o aval dos gestores municipais que viam a instalação dessas indústrias uma maneira de suprir a demanda por emprego. Ainda que tivessem de dispor de terrenos do município e isentar o imposto para que a indústria se instalasse na cidade. Já na década de 1970 a cidade contava com um parque industrial área designada pela prefeitura municipal para a instalação dessas indústrias (figura 47) e mais o espaço da Coamo.



Figura 47: Aerofoto do Parque Industrial, em Campo Mourão, década de 1970.
Fonte: Acervo do Museu Deolindo de Oliveira, 2013.



Figura 48: Instalações da COAMO em Campo Mourão, 1970.
Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira.

Esse parque industrial criado ao sudoeste da forma urbana não estava estruturado. A infra-estrutura deveria ser realizada pelo proprietário que desejasse se instalar nas imediações do parque. Nesse período havia mais de 20 indústrias, sendo a maioria de pequeno porte, consumindo a área do parque industrial.

Concluimos que final da década de 1970 marca a transição do rural para o urbano no município: a produção agrícola ganha destaque e a Coamo já conta 14.628 associados, apontando que as investidas na produção de grãos no município e na região estavam em crescimento. Na cidade, as fábricas de transformação, dentre outras, o setor de comércio e serviços haviam reestruturado a forma urbana para atender a essa carência por emprego para atender aos trabalhadores rurais que migraram para a cidade, e os que viam o crescimento da cidade e optavam por sair das pequenas cidades na sua microrregião e passar a residir em Campo Mourão.

7.2 EXPANSÃO DA FORMA URBANA E TRANSFORMAÇÃO NA PAISAGEM

Eram nítidas as mudanças ocorridas tanto na forma quanto na paisagem urbana. A partir da década de 1970, de acordo com os dados da Prefeitura Municipal (2012), inicia-se a verticalização. O primeiro edifício acima de 4 andares foi o Edifício Belin Carolo (Santa Maria hotel), que existe ainda hoje (Figura 49). Na figura, além do edifício com sete andares

que se destaca na paisagem, podemos ver que o fluxo de veículos circulando nas avenidas e ruas já completamente pavimentadas (figura 50). Vemos, além disso, a arborização nos canteiros centrais das Avenidas.



Figura 49: Imagem aérea de Campo Mourão, em 1970.
Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira, 2012.



Figura 50: Campo Mourão final da década de 1970.
Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira, 2012.

Embora na década de 1960 os gestores municipais tenham se preocupado com os espaços públicos na cidade, até o ano de 1980 havia somente três praças, sendo duas no centro: a Praça São José, onde fica a Igreja Matriz São José e ao lado a Praça Getúlio Vargas próxima à rodoviária. Essas duas praças, em conjunto com a igreja e a rodoviária, formavam um grande espaço público. Podemos considerar, ainda, que esse espaço tinha a finalidade de ser o cartão de visita da cidade, por se tratar da primeira visão que os visitantes que chegavam, via ônibus, a Campo Mourão, tinham da cidade, tanto que a rodoviária era toda envidraçada dos dois lados, permitindo que, ao desembarcar, já se pudessem avistar as praças com a igreja, o chafariz e lugar para descanso.

A terceira praça está localizada no Jardim Lar Paraná, bairro que surgiu na década de 1950, como já dissemos. Sua denominação é Praça Alvorada. Ela, assim como o terreno em que foi construída a Igreja Matriz Nossa Senhora do Caravaggio, foram doados pelo loteador do bairro o Senhor Paulino Slomp (BATISTA e COLAVITE, 2011). Esse espaço público significava muito para essa parte da cidade que, na década de 1970, contava 5 bairros, sendo o local de encontro e lazer. E ainda é a única praça existente, no ano de 2014.

No que tange às áreas verdes, estas passaram a ser pensadas já no final da década de 1960, com a realização do Plano Diretor de Desenvolvimento feito pela Orplase, a qual apontava a falta de áreas verdes dentro da cidade. Entretanto, isso só ocorre a inauguração de um parque, em 1981, o Parque do Lago, que também se tornou em dos cartões de apresentação da cidade. Muitas das propostas contidas no plano não foram concretizadas na década de 1970.

Na transição do rural para o urbano, característica desse período, ocorreu o maior número de loteamentos, sendo 23 novos bairros (Mapa 05, tabela 16). Com esse contingente populacional vindo habitar a cidade, a municipalidade obrigou-se a incidir a lei de loteamento e arruamento nº 89/75 que regula até a atualidade os loteamentos implantados no município. Antes disso, havia somente o Código de Posturas e Obras, Lei nº 46/64, de 3 de Dezembro de 1964, que também tinha o objetivo de regular os loteamentos e demais edificações.

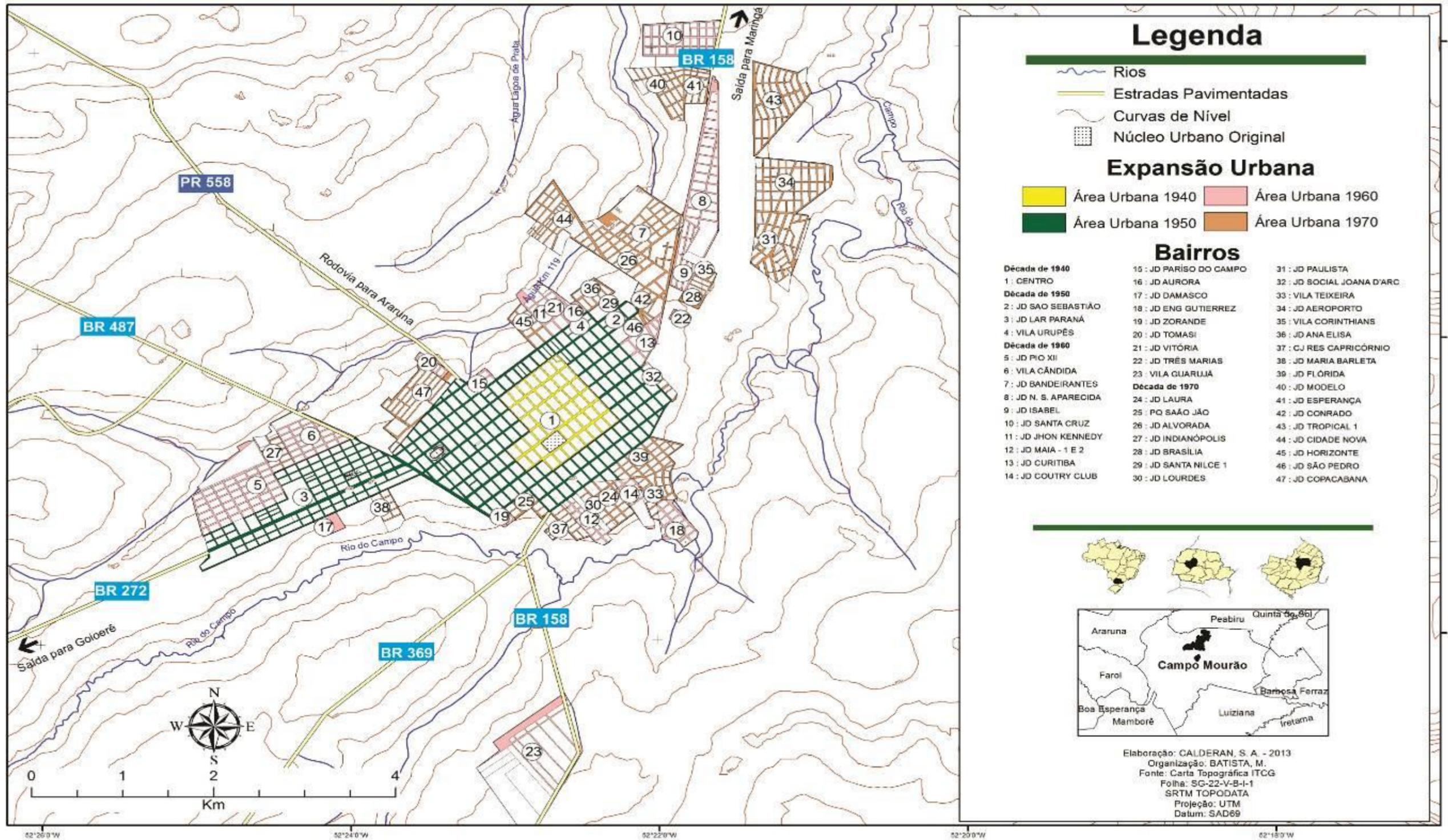
Tabela 16: Bairros loteados na década de 1970.

LOTEAMENTOS	HECTARES	Nº DE LOTES	DATA DE APROVAÇÃO	LOTEADOR	REFRÊNCIA DO LOTEADOR
Jardim Laura	14,0697	468	23/04/1970	Laura de Paula Xavier	Filha do Pioneiro Coronel Guilherme da Paula Xavier e irmão do Vereador Devete de Paula Xavier
Parque São João	8,1550	281	27/11/1970	Milton Pinto Barbosa	*
Jardim Alvorada	45,9460	1531	23/02/1970	Wilhelm Hans	*
Jardim Indianapolis	13,5160	450	16/11/1971	Marieta Azevedo Gianni	Esposa do Secretário de esportes de Campo Mourão
Jardim Brasília	2,8000	93	19/02/1973	Nelson Guimarães Monteiro	Suplente de vereador (1960)
Jardim Lourdes	6,0664	202	11/11/1976	Cobema	Imobiliária
Jardim Paulista	36,5726	1219	10/06/1976	Imob. Trivelatto Ltda	Imobiliária
Jardim Social Joana D'arc	5,0000	166	16/08/1976	Manoel Andrade	Medico Pioneiros Fazendeiro
Vila Teixeira	24,4915	816	09/03/1976	Manoel Vitor Teixeira	Dono de serraria
Jardim Aeroporto	48,9000	1630	31/05/1976	*	Município
Vila Corinthians	2,8000	93	05/05/1977	Zamir José Teixeira	Vereador 1964-1968
Jardim Dona Elisa	8,1250	270	16/11/1977	Rosalino Salvadori	Prefeito 1967-1968 e Um dos fundadores da COAMO.
Conj. Residencial Capricórnio	14,1225	470	31/01/1977	*	*
Jardim Maria Barleta	10,0000	333	26/01/1977	Caetano Mendes Barletta	Fazendeiro
Jardim Flórida	26,8290	894	19/01/1977	Joaquim T. De Oliveira	Vereador 1941 1956-1959/ prefeito 1951)
Jardim Modelo	36,5647	1218	06/03/1978	Imobiliária Sol Ltda	Imobiliária
Jardim Esperança	4,6316	154	08/11/1978	Jonh Harrison Abel	Loteamento e incorporação de imóveis
Jardim Conrado	6,7700	225	14/11/1978	Rosa Golhanoski Pochapski	Irmã do Prefeito e Vereador José Pochapski (1983-1989)
Jardim Tropical 1	40,6333	1354	08/09/1979	Imob. Trivelatto Ltda.	Imobiliária
Jardim Cidade Nova	1,6821	56	*	Índio Bandeira Imóveis Ltda.	Imobiliária
Jardim Horizonte	10,0000	333	*	Geraldo Boz	Engenheiro Civil
Jardim São Pedro	7,1850	239	*	*	
Jardim Copacabana	21,4800	176	20/10/1972	Slomp	Imobiliária
Total	334,1278	12.617		23	

Fonte: Campo Mourão, 2012. (*Sem dados).

Org.: BATISTA, M. R. 2013.

Planta urbana de Campo Mourão (1970)



Mapa 05: Área urbana de Campo Mourão na década de 1970.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Mourão.
 Org: BATISTA, M. R.

No mapa 10, verificamos que a maior parte dos loteamentos foi implantada ao norte da cidade na continuidade da malha urbana ao longo da Avenida Capitão Índio Bandeira e para além dela, chegando à BR 158. Segundo notícias da época, era interesse do Estado que o desenvolvimento da cidade de Campo Mourão fosse ao sentido de Peabiru, por se tratar de solo mais resistente à erosão³³, o que realmente ocorreu. Entre 1970-1980 a cidade cresceu ao longo da BR 158, no sentido Peabiru. Isto porque, em 1975, o Governo Federal incentivava o desenvolvimento do noroeste do estado do Paraná. Havia o Projeto Noroeste e o Projeto para Desenvolvimento do Oeste do Paraná, entre os quais o município de Campo Mourão³⁴ fazia parte. Ainda para essa região contava com o Plano Diretor de Combate à Erosão, a fim de solucionar os problemas de erosão que atingiam as atividades agrícolas (JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR, 1975).

Na tabela 16, assim como a tabela 04 e 06 apresentada nas décadas de 1950 e 1960, mostra os agentes que parcelaram o espaço urbano da cidade de Campo Mourão. Até os anos 1950, o estado atua com maior vigor no parcelamento, até mesmo porque a cidade está sendo criada. Na década de 1960, ocorre uma grande virada, tem-se o investimento maciço da classe média levando adiante a expansão urbana, inclusive nas décadas posteriores. Um dos motivos desse investimento em loteamentos se deu porque como na cidade ainda não havia vingado a ideia de verticalização ou estava iniciando, esses agentes compravam lotes ou parcelas rurais para incorporar à área urbana e posteriormente vendendo-os obtendo assim a renda da terra. Essas tabelas aponta uma imensa classe média atuando na realização de loteamentos, mas o grande salto é na década de 1960, uma vez que muitos dos agentes que atuaram na década de 1950 e 1960 já especializaram-se, ou seja, tornaram-se incorporadores, abriram imobiliárias e outros negócios, pois se trata de uma grande participação dos profissionais liberais.

Todos os 23 loteamentos somam juntos 334 hectares de área loteada só na década de 1970. Desses, 144 hectares foram loteados pelas imobiliárias. Os demais, que somavam 190

³³ JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR. **Janeiro e Dezembro de 1975**. 1975. Acervo da Biblioteca Municipal Prof. Egidio Martello.

³⁴ Maack (2001, p. 20) aponta as cinco principais paisagens naturais, as quais são: o litoral, a Serra do Mar, o Primeiro Planalto ou Planalto de Curitiba, o Segundo Planalto ou Planalto de Ponta Grossa, o Terceiro Planalto ou Planalto de Guarapuava. O terceiro planalto é a área onde está localizado Campo Mourão-Pr. A região de Campo Mourão é composta por parte de 2 grupos litológicos - o Grupo São Bento - Formação Serra Geral, geologicamente constituída de basalto (rochas provenientes do derrame de trapp), compõe a maior parte da microrregião - o Grupo Bauru - Formação Caíua, é de composição arenítica. Os solos são de origem arenítico/basáltico. Em muitos pontos propício a erosão. Em Campo Mourão há resquícios da floresta de araucária e do cerrado.

hectares foram loteados pelos proprietários fundiários. Dentre eles, o que mais se destaca é o loteamento realizado pelo ex-prefeito e vereador Joaquim Teodoro de Oliveira (1951) com mais de 26 hectares denominado Jardim Florida (Mapa 10). Outro representante público municipal que também realizou loteamentos nessa década foi o ex-prefeito Rosalino Salvadori (1967/1968). Esse ex-prefeito, diferente do outro citado, loteou somente 6 hectares, o qual denominou de Jardim Dona Elisa (Mapa 10). A prefeitura destinou nesse período uma área com 48 hectares destinada às instalações do aeroporto, não era para fins de moradia, como eram os demais loteamentos.

Desses loteamentos realizados na década de 1970, também houve um representante do setor extrativista do município, o senhor Manoel Vitor Teixeira, com a abertura do Jardim Vila Teixeira com 24 hectares de área loteada. Destarte, os resquícios da fase áurea da madeira nas terras municipais ainda apareciam na década de 1970. De outro momento da conjuntura econômica do município, ainda executou loteamentos a imobiliária Slomp nessa década, criando mais um bairro, denominado Jardim Copacabana, com um total de 21,48 hectares. Somente essa imobiliária parcelou, nas três décadas em que se instalou na cidade de Campo Mourão pouco mais de 223,44 hectares de terras, formando 5 bairros dentro da forma urbana.

Na década de 1970, a cidade abriga indústrias, comércio e muitas residências, já contava 47 bairros. Os loteamentos realizados nessa década já eram normatizados pelo Código de Posturas e Obras e mais recentemente pela Lei de Parcelamento. Inclusive, passou-se a ocupar as terras além do rio 119 com o loteamento do Jardim Cidade Nova, realizado pela imobiliária Índio Bandeira Imóveis Ltda.

Todos esses parcelamentos realizados na década de 1970 eram evidências de que a cidade havia se tornado um centro de atração de investimentos, até mesmo porque a população que saía do campo, nesse período, estava em busca de um espaço na cidade. Esses investidores tanto os proprietários fundiários que já residiam no município e as imobiliárias que se instalaram em Campo Mourão nesse momento viam essa transição do rural para o urbano como um meio de obter a renda da terra através da venda de lotes parcelados.

No caso de Campo Mourão-PR, observa-se que até 1980 o parcelamento do solo é realizado acima de tudo pelos proprietários fundiários e pelos promotores imobiliários, ou seja, a parcela correspondente à classe média, com uma pequena participação do município. Isso porque dos 47 loteamentos realizados, 35 pertenciam a donos de glebas situadas próximas à área urbana. E 12 loteamentos foram realizados por imobiliárias. A efetiva

atuação das imobiliárias na área urbana de Campo Mourão, a partir de 1960, demonstra que realizar loteamentos nessa região tornou-se rentável. E, nesse sentido, passariam a atuar cada vez mais na organização do espaço da cidade.

A década de 1970 é marcada no Brasil pelo fenômeno da urbanização, onde o rural abre espaço para urbano. Esse momento também foi marcado por uma articulação produtiva das regiões e, ainda, pelo processo de desconcentração espacial das atividades econômicas. Essa dinâmica reflete nas cidades brasileiras e, também, nas cidades no norte do Paraná. As indústrias passaram a adentrar com mais força na região. Instalando-se nas cidades polarizadoras. O fato pode ser atribuído a políticas públicas, como no caso de Campo Mourão, para a vinda de indústrias. A dinâmica populacional, ou seja, o aumento de população e o investimento em infra-estrutura na cidade são incentivos para a instalação de indústrias de transformação.

As transformações na paisagem foram muitas na década de 1960, na década de 1970 que também houve várias mudanças, sobretudo na forma urbana, com o loteamento de mais de 20 bairros. A função da cidade, como polo regional, fica mais evidente. Quanto à questão rural no município, teve maior investimento na cultura de grãos em detrimento da exploração de madeira, até mesmo porque estas estavam escassas forçando a mudança na estrutura agrária.

7.3 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AS GESTÕES MUNICIPAIS

Os gestores municipais nessa década foram Augustinho Vecchi (1968/69-1977/83-1989/1993); Horácio Amaral (1969 – 1973) e Renato Fernandes Silva (1973 – 1977).

Ao iniciar a década de 1970, o prefeito em exercício era Horácio Amaral. Em meados desse ano, firma-se convênio com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA³⁵). Essa investida demonstra que a agricultura nessa região passaria a ser explorada em grande quantidade em especial no período de 1970-1980.

³⁵Em 4 de dezembro de 1959 foi criada a ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, entidade civil, sem fins lucrativos, filiada à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR e vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB. Em 1977, através da Lei 6.969, era criada a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-Paraná, com a finalidade de absorver as atividades da ACARPA, que iniciou seu processo de extinção. Em 23 de dezembro de 2005, a EMATER tem modificado seu regime jurídico, passando de empresa pública para autarquia, passando a denominar-se Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER. Histórico. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>> Acesso em 23 de Mar. 2013.

Mas, além disso, vários convênios foram firmados nesse momento, com a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, para fins de continuar a instalação de esgoto sanitário na cidade. E, também, ligou-se à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, intuindo sanar os problemas de habitação existentes e os que surgiriam. Todas as investidas dos gestores municipais refletiam na aumento do Índice de Desenvolvimento Humano municipal que, em 1970, estava em 0,409 e, em 1980, aproxima-se dos 0,7.

Com a finalidade de trazer indústrias para o município, o prefeito Horácio Amaral autoriza doações de imóveis para a empresa Algodoeira Limoeirense S/A – Algolim, que se situava no Jardim Lar Paraná. Nesse mesmo bairro, através de doação feitas por Paulino Slomp, ainda foram implantadas as indústrias Algodoeira Cleyton e cia Ltda., Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA S/A) e Anderson Clayton Industria e Comércio Miasake S/A (STANZIOLA, 2006).

Além disso, a prefeitura doou imóvel e fixou convênios com empresas como a COAMO, Telepar, Irmãos Sartor LTDA, COPEL e com a Indústria e Comércio de Sinalização Ouro Verde LTDA. Nesse sentido, concluímos que a gestão do prefeito Horácio Amaral, que finda em 1973, preocupou-se em garantir a fixação de indústrias na cidade visando suprir a necessidade de trabalho para a população que saía do campo para habitar a cidade, bem como aos demais migrantes que adentravam a cidade.

Os loteamentos passaram a ser regulados pela Lei n° 89/75³⁶ sancionada durante a gestão de Renato Fernandes Silva, que estabelece normas para aprovação de arruamentos, loteamentos e desmembramentos de terrenos (Campo Mourão, 1975). Antes desta havia o Código de Posturas e Obras Lei n° 46/64³⁷ de 3 de dezembro de 1964.

As dimensões dos parcelamentos variam de acordo com o local, sendo que para os logradouros públicos já existentes, os lotes devem ter área mínima de 420 m². Já os loteamentos cujos terrenos eram atendidos pela rede de água da cidade, poderiam ter área mínima de 300 m². E nos pontos comerciais os lotes deveriam ter área mínima de 100 m² (CAMPO MOURÃO, 1964).

Assim como a lei federal de parcelamento n° 6766/79³⁸, a lei de loteamento³⁹ de Campo Mourão n° 89/75 especifica que os parâmetros designados de dimensões dos lotes no

³⁶ CAMPO MOURÃO. Lei Municipal n°89 de 30 de setembro de 1975. Estabelece normas para aprovação de arruamentos, loteamentos e desmembramentos de terrenos. Campo Mourão, 1975.

³⁷ CAMPO MOURÃO. Lei Municipal n° LEI N° 46 de 3 de Dezembro de 1964. Código de Posturas e Obras. Campo Mourão, 1964.

³⁸ BRASIL. Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Brasília, 1979.

caso de loteamento e edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, podem ser reduzidos. Portanto, órgão responsável pela habitação de interesse social estabelece as dimensões dos lotes de acordo com seu planejamento.

A lei municipal nº 89/75 não torna obrigatória a instalação de infra-estrutura nos conjuntos habitacionais de baixo custo, especificando o programa Cohapar. No entanto, a lei federal nº 6766/79 torna obrigatória a execução de vias de circulação, escoamento das águas pluviais; rede para o abastecimento de água potável; e soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar, nos conjuntos habitacionais de interesse social. Essas novas exigências foram incluídas recentemente pela Lei nº 9.785/99.

Em 1979, a lei 6.766/79 foi ativada regulando o parcelamento do solo desse ponto em diante. No primeiro artigo, conta um único parágrafo discorrendo sobre “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta lei às peculiaridades regionais e locais” (BRASIL, 1979). Esse parágrafo abre brechas na lei para que o poder público de todas as instâncias trabalhe-a de acordo com seus requisitos e interesses, tendo os parâmetros e exigências mínimas da lei federal como ponto de partida.

No entanto, os itens mais importantes dessa lei consistem em estabelecer a obrigatoriedade dos equipamentos de infra-estrutura, lotes mínimos, normatizam os equipamentos e espaços públicos, estabelecer as distâncias mínimas das áreas de risco, assim como da mata ripária, os cursos d’água, das ferrovias, etc.

Ao finalizar a gestão de Horácio Amaral, inicia-se a gestão de Renato Fernandes Silva, que se inicia no final de 1973 e vai até 1977. Juntamente com o crescimento populacional e expansão do tecido urbano, a verticalização e a instalação de indústrias, via-se a necessidade de estabelecer o zoneamento urbano, de modo que, em 1975, o gestor Renato Fernandes Silva sanciona a lei nº 113/76 que dispõe sobre o zoneamento urbano de Campo Mourão e incorpora áreas urbanizadas que margeiam a cidade. Também legaliza alterações no perímetro urbano, sendo que nesta década ocorrem mais duas alterações na lei de perímetro em 1976 e 1978. Tal foi o ritmo dos loteamentos nesse período que foram necessárias as essas alterações na lei de perímetro urbano. Em entrevista, o ex-prefeito Renato Fernandes Silva disse que

³⁹ Loteamento - É a subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, com aberturas de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias já existentes. O loteamento é precedido de diretrizes para fixação das áreas verdes, institucionais e sistema viários públicos e eventuais faixas não edificáveis. (SEHAB). PREFEITURA DE SÃO PAULO. Glossário de termos - Resoluções do Conpresp. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade>>. Acesso 02 de Dez. de 2013.

apesar dos inúmeros loteamentos implantados nessa década, não havia muitas irregularidades. Os loteadores procuravam seguir corretamente as normas estabelecidas pelo Código de Posturas e Obras 46/64 e a Lei de loteamentos 89/75. Os problemas relativos a habitações irregulares ficavam por conta da Vila Guarujá que, como já informamos no capítulo seis, persistem até os dias atuais. Segundo Renato Fernandes Silva, em sua gestão não existia a necessidade de conjuntos habitacionais ou ao menos, não era reivindicado pela população.

Durante sua gestão, além disso, mostrou-se interessado em desenvolver o setor industrial no município, uma vez que tentou de várias formas trazer a empresa Kleper Weber⁴⁰, fazendo uma doação de 100.000 m² de área e oferecendo, ainda, as isenções possíveis para que a empresa se instalasse definitivamente. Isso porque, nas previsões, esta empresa geraria imediatos 100 empregos na primeira fase, podendo chegar a 500 empregos após completa instalação. Contudo, segundo Silva (2013) após sua gestão a empresa acabou não se instalando na cidade. Os motivos, segundo ele, nunca ficou sabendo. Essa intenção do gestor vinha da fase prospera no setor agrícola, como vimos os números nas tabelas mostradas anteriormente desde o final da década de 1950 esse setor vem se estruturando e nessa década, 1970, o município de Campo Mourão se firma na função de fornecedor de grãos para o mercado interno e externo.

Em 1977 ao findar a gestão de Silva, assumiu Augustinho Vecchi, que permaneceria no cargo até o ano de 1983. Com o crescimento populacional e do tecido urbano, ocorrido intensamente no decorrer da década de 1970, o gestor municipal via a necessidade de estabelecer leis e filiar-se a órgãos governamentais para fins de habitação de interesse social. Dessa forma, em 1978, o prefeito Augustinho Vecchi (1977 a 1983) firmou convênio com a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar e com o Banco Nacional de Habitação - BNH, sendo este último extinto em 1986. Mas, esses órgãos começariam a atuar efetivamente na década de 1980 (CAMPO MOURÃO, 2012).

À Cohapar ficou estabelecido que se encarregasse de solucionar os problemas com habitação popular. A mesma deveria realizar planejamento e levantamento das condições socioeconômicas da população a que destinassem os projetos habitacionais. Estaria atrelada às normas estabelecidas pelo BNH⁴¹. Parte integrante da mesma lei, o art. 2º menciona que “fica

⁴⁰ A Companhia brasileira fabrica equipamentos para a armazenagem, beneficiamento e movimentação de granéis, sendo especializada no desenvolvimento de soluções completas em armazenagem para seus clientes. KEPLER WEPER. Institucional. Disponível em:

<<http://www.kepler.com.br/view/pt/institucional-empresa.aspx>>. Acesso em 25 de Mar. 2013.

⁴¹CAMPO MOURÃO. Lei nº 184/78. Autorização do convênio com a Cohapar. 1978.

isento do Imposto Predial Urbano pelo prazo de 5 anos, a partir da data de conclusão da obra, os imóveis construídos pela Cohapar”.

Outro ponto a ser discutido na gestão de Augustinho Vecchi é a associação com o Banco de Nacional de Habitação através dos projetos Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada – CURA⁴². Para Campo Mourão o limite para empréstimo constava um montante de Cr\$ 131.944.000 de acordo com a Lei 0219/78, os limites de empréstimo condizem com o quanto o município poderia pagar. De acordo com o projeto de lei 30/78 o projeto CURA serviria para solucionar os principais problemas, que na listagem trazem na seguinte ordem: a) a escassez de terrenos urbanizados, paralelamente a existência de vazios urbanos, e b) a carência e, concomitantemente, a ociosidade de equipamentos e serviços”, além desse problemas é citado ainda incluem:

Ao mesmo tempo, ocorrem apropriações indesejáveis dos benefícios gerados por investimentos públicos, através da retenção especulativa de terrenos urbanizados, mantidos vagos pelos seus proprietários. Essa retenção, por outro lado, atua negativamente sobre o mercado de imóveis, dificultando o acesso a habitação, principalmente, as faixas populacionais de menor poder aquisitivo (CAMPO MOURÃO, 1978).

O programa CURA foi idealizado de forma a oferecer aos municípios envolvidos a viabilidade de ordenar o uso do solo urbano promovendo uma oferta de equipamentos e serviços, que poderiam ser utilizados em cada local de acordo com os critérios estabelecidos ou soluções almejadas. Dentro desse projeto existia o Plano de Complementação Urbana que seria um instrumento que definiria os investimentos necessários por área estudada e os conteúdos a serem levantados. Esse Plano de Complementação Urbana, de acordo com o projeto de lei 30/78 “é definido como um instrumento de ação prioritária do Executivo Municipal, estreitamente vinculado ao Plano Diretor ou as diretrizes de organização espacial da cidade”. O conteúdo principal desse Plano de Complementação Urbana seria: a) definição da área objeto da intervenção urbana; b) projetos urbanísticos; c) proposição de equipamentos e serviços e estimativa de custo; d) demonstração da viabilização econômica e financeira; e) cronograma físico e financeiro; f) descrição do mecanismo de gerência para desenvolvimento e implantação do Plano de Complementação Urbana.

O projeto CURA para a cidade de Campo Mourão teve início no momento em que a cidade recebia o maior contingente populacional registrado, pois durante a década de 1970 a

⁴² As obras realizadas a partir do projeto cura se deram na década de 1980 e, dessa maneira, está fora do nosso período de estudo.

população urbana ultrapassa a população rural chegando ao ano de 1980 com quase 50.000 habitantes, como demonstrado no gráfico anteriormente.

A década de 1970 fecha um período importante para o município. Firmando-se na agricultura o que lhe é característico até os dias atuais (2014), por isso essa década torna-se como um marco para o município de Campo Mourão, pois tudo que ocorre depois desta década é resultado do que foi estruturado até esse período. A transformação na economia mourãoense não se dava isoladamente, era resultado de uma dinâmica nacional de incentivo a agricultura baseada na produção de grãos que favorecia as exportações que se encontravam em baixa desde a derrocada do café como principal produto de exportação do país. Por isso, com terras favoráveis ao cultivo de grãos, os gestores municipais e o governo do estado estimulavam os investimentos nesse setor.

Na forma urbana foram acrescentados 23 novos bairros na década de 1970 gerando transformações na forma. Inclusive o governo do estado, por meio do Plano Diretor de Combate a Erosão no Estado do Paraná, sugeriu que fossem instalados os novos bairros sentido Peabiru por se tratar de um solo mais resistente, ou seja, ao longo da principal rodovia a BR 158 que liga Campo Mourão a Maringá. Todos esses loteamentos eram resultado da forte procura pela cidade e, com isso, os agentes viam vantagens em abrir novos loteamentos para atender essa população que vinha residir no município. Nesse momento a grande maioria provinha da área rural, pois essa década vivia-se a transição do rural para o urbano tanto em Campo Mourão como em para muitas cidades brasileiras.

As transformações na paisagem eram notáveis com tantos loteamentos que alteravam a forma urbana. Alteravam também a paisagem da cidade com a construção de novas residências, a retirada da vegetação com a abertura de novas vias e a proeminência do Edifício Santa Maria, o primeiro edifício com mais de quatro andares, que destoava da horizontalidade da cidade de Campo Mourão e o único desse porte até a década de 1980. A paisagem rural até a década de 1970 foi bastante modificada e de modo definitivo, ou seja, deixando de existir as áreas florestadas. A extração de madeira do município já havia declinado nesse momento, apresentando a partir de então uma paisagem rural monótona com a prática de monocultura com o predomínio do cultivo de soja, milho e trigo.

A legislação urbanística nessa década priorizava a incorporação e regularização dos novos loteamentos e dos já existentes. Por isso, surge em 1976 a lei de parcelamento, embora essa lei seja complementar à lei de 1964 o Código de Posturas e Obras, é um indicio de

tentativa de normatizar os loteamentos. Há ainda a filiação com o BNH e a Cohapar, órgãos públicos vinculados a questões de habitação de interesse social. Isto porque certamente com o aumento populacional o déficit habitacional tornar-se-ia crescente. No período estudado não houve a execução de conjuntos habitacionais na cidade.

A periodização seguida nessa pesquisa possibilitou-nos identificar os marcos regulatórios que nortearam o crescimento da cidade e a dinâmica de crescimento com a abertura de novos bairros, os quais identificamos os agentes parceladores buscando a renda da terra. Identificamos também a dinâmica econômica tanto do meio rural quanto do meio urbano de maneira que compreendemos que no processo de construção do município de Campo Mourão iniciado em 1920, com a instalação do município em 1947 teve sua dinâmica de crescimento alicerçada em atividades extrativistas e na agricultura de subsistência até a década de 1960. E a década de 1970 passa a ser predominantemente agrícola, baseado no cultivo de grãos, sendo essa nova atividade fortemente incentivada pelos gestores locais e nacionais. O setor de serviços e comércio, também se estruturou nesse período. Existiam, no final da década de 1970, inúmeros estabelecimentos ligados ao comércio varejista, a ferragens e materiais para construção, equipamentos agrícolas, móveis, lojas e indústrias ligadas a produção de produtos alimentícios, dentre outros, serviços públicos, tais como: postos de saúde, escolas, hospitais, creches etc.

A paisagem, tanto urbana quanto rural, foi sendo transformada nesse processo, à medida que a estrutura socioeconômica do município era forjada, ela foi se transformando aos moldes das cidades mais desenvolvidas do período. Nesse processo de construção da paisagem, devemos destacar também os agentes produtores da cidade que estão ligados intrinsecamente à estrutura socioeconômica da cidade e do município produzindo e reproduzindo o espaço urbano e, nesse percurso, alterando a paisagem urbana e rural. A legislação urbanística também é um meio de promover a mudança na paisagem, na busca pela normatização e regularização dos espaços já urbanizados ou para fins de parcelamento. Essa procura por estabelecer e estruturar a cidade através da legislação urbanística na cidade de Campo Mourão existiu desde a criação do município.

O espaço da cidade é uma realidade concreta enunciada de formas, conteúdos, funções estruturadas ao longo do processo de construção do espaço pela sociedade que nele habita. A cidade de Campo Mourão estruturou-se ao longo de um processo histórico iniciado em 1920 quando se tornou distrito policial de Guarapuava, tendo uma procura maior somente a partir de 1940 que tem definitivamente a primeira leva de migrantes para a Campo Mourão, que se

fortalece com o aumento no contingente populacional ganhando forças para se emancipar de Pitanga em 1947. Fundado o município de Campo Mourão, a atração populacional para inicialmente o setor extrativista com a retirada da madeira nativa e, posteriormente, investimento no setor agrícola com constantes alterações no meio rural e na forma urbana. Toda essa dinâmica de crescimento e desenvolvimento tonaram Campo Mourão a cidade polo de sua microrregião, fortalecendo seu posto a cada década.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco principal desta pesquisa foi o desenvolvimento e a expansão da forma urbana de Campo Mourão-PR, enfocando os agentes e a legislação urbanística sancionada pelos gestores municipais entre as décadas de 1940 a 1970. A metodologia da pesquisa aliada aos objetivos foram o alicerce dessa pesquisa, as fontes orais, as fotografias e os documentos encontrados e analisados em conjunto com os dados econômicos e populacionais, contribuíram para chegarmos às conclusões esperadas. As categorias de análise nesse trabalho não pretendem esgotar as teorias e estudos que possam ser realizados sobre a formação da cidade, uma vez que podem levantar e fixar novos enfoques de pesquisa.

A pesquisa é relevante se pensarmos que sua metodologia de abordagem pode ser sobreposta em outras cidades, pois Campo Mourão se apresenta, aqui, apenas como um estudo de caso, ou seja, é um objeto de estudo, podendo ser substituído por qualquer outra cidade mesmo que não seja de porte similar. O importante dessa pesquisa é entender os processos pelos quais passou nosso objeto de estudo e, assim, estabelecer relações que deem uma visão total de como a cidade adquiriu sua função, sua forma e a estrutura que se apresenta ao findar a década de 1970. Assim sendo, podemos entender os caminhos de crescimento, ou seja, a dinâmica que levou a cidade a ter a importância regional que ela tem hoje dentro de sua microrregião geográfica. Nesse sentido, a pesquisa aponta um caminho para pesquisas similares e, ainda, as análises propostas ajudam a outros pesquisadores entender por quais caminhos se deu a estruturação da cidade e a mudança na função do município.

O método de investigação miltoniano prioriza a periodicidade para entender os processos de mudança das formas, da função e da estrutura que, aplicado ao nosso objeto de estudo possibilitou-nos entender e demonstrar as mudanças na forma provocadas pelas ações dos agentes produtores da cidade, bem como os investimentos públicos promovido pelos gestores. Na cidade o setor industrial e o setor de comércio e serviços também tiveram investimentos de ambas as partes, público e privado, do mesmo modo que o espaço agrário mourãoense teve sua estruturação e função modificada ao longo do processo. Os gestores, ou seja, a esfera pública a que estamos nos referindo, buscaram trazer e dar subsídios para que grandes empresas se formassem e permanecessem no município. Os investimentos privados aplicados foram, da mesma maneira, crucial para a estruturação do setor agrícola.

A periodicidade e o detalhamento de cada década permitiram-nos entender os caminhos do crescimento urbano e as transformações na paisagem urbana. Na medida em que a cidade recebia investimentos e a população aumentava, ocorria a estruturação e a expansão da forma com espaços apresentando distintas funções, muitas dessas funções estabelecidas pela legislação urbanística. A dinâmica econômica promovia o crescimento da forma urbana que resultava em transformações na paisagem visualizadas através das fotografias, e com a expansão da forma, os gestores municipais eram compelidos a elaborar e sancionar leis as quais tenham a função de regulamentar, normatizar e ratificar a função dos espaços dentro da forma urbana.

As categorias de análise do método miltoniano de estudo da cidade dão conta de evidenciar o processo de crescimento urbano da cidade de Campo Mourão. A forma foi transformada ao longo de quatro décadas com os inúmeros loteamentos promovidos pelos agentes produtores da cidade. Os mais atuantes até a década de 1970 foram os proprietários fundiários. Contudo, já nessa última década estudada, as imobiliárias passam a atuar mais na produção da cidade, muitas delas originadas dos próprios proprietários fundiários. A paisagem engloba a ação dos agentes que atuam pretendendo a renda da terra e, também, é a manifestação visível do processo de estruturação econômica do município.

As gestões municipais personificam o papel do estado no âmbito local. A esfera local é influenciada pela dinâmica nacional e global. No entanto, o gestor deve priorizar os interesses locais. Até mesmo porque é o mais entendido das condições socioeconômicas do lugar em que governa, ainda que seja por um período curto. A estruturação da forma urbana por meio das legislações municipais não é aqui interpretada como regra ortodoxa, mas como um instrumento que serve para dar rumos ao crescimento da cidade. Mesmo que, como sabemos, em muitos casos são burladas tornando-se instrumento dos detentores de capital, servindo a favor de especulação, lucro e aumento da segregação e desigualdade dentro da cidade.

A formação econômica no período estudado, tanto no espaço urbano quanto e no espaço agrário teve várias mudanças. Na esfera urbana, vemos o incremento do comércio e serviços com um crescimento significativo década após década, orientado pela própria dinâmica nacional. Da mesma forma, percebemos o interesse das imobiliárias na cidade para criar novos loteamentos na cidade. Na discussão sobre os agentes expusemos de maneira resumida sua atuação no crescimento da forma urbana, inserindo loteamentos. Destacando que quem faz a expansão urbana de Campo Mourão da sua gênese até a década de 1970 é a

imensa classe média, atuando na incorporação de glebas rurais na área urbana e posteriormente se especializando na abertura de negócios próprios, a exemplo, as imobiliárias e incorporadoras.

No meio agrícola, principalmente na década de 1960, a função principal do município era de fornecer madeira para o estado. Na década de 1970, vemos a mudança nessa função, o município passa a produzir grãos, da mesma maneira que muitos dos municípios do Estado do Paraná. A dinâmica econômica e a estrutura da cidade à colocou como o polo regional pois, também passou a se destacar no setor terciário e no secundário, conforme dados explicitados. E, inclusive, passou a controlar a produção agrícola na sua região ainda mais com a fundação da Cooperativa Coamo. Podemos considerar que se não tivesse ocorrido essa mudança na função do município a cidade de Campo Mourão não teria a importância que tem hoje dentro da rede de cidades do norte paranaense, especialmente, para sua microrregião geográfica.

A pesquisa mostrou-nos que a cidade de Campo Mourão estruturou-se ao longo de um processo histórico, com constantes alterações na paisagem e na forma urbana. Certamente a dinâmica da região de Campo Mourão influenciou decisivamente para a formação da cidade, bem como nas transformações do espaço agrário do município e também na paisagem urbana. Isso se dava à medida que se tinha as transformações no espaço agrário devido à modernização agrícola que acarretou o êxodo rural e com isso a aceleração da expansão da forma urbana. Seguramente os objetivos e a metodologia utilizada nos trouxeram a essa conclusão. Contudo, ainda nesse período estudado há inúmeras possibilidades de pesquisa.

A estrutura da cidade de Campo Mourão, no final da década de 1970, é similar às cidades mais desenvolvidas do norte do Paraná, apresentando atividades econômicas sólidas tanto no campo como na cidade, embora ainda incipiente, fecha-se um ciclo de consolidação do núcleo urbano que servirá de base para o desenvolvimento futuro.

REFERÊNCIAS⁴³

ABRÃO, Janete. **Pesquisa e história**. Porto Alegre: Edípicas, 2002. Disponível em <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 8 de Jun. 2012.

BATISTA, Marinalva dos Reis; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. Dinâmica populacional e econômica da mesorregião centro ocidental paranaense de 2000 a 2010. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15. 2013, Recife. Anais...Recife: ENANPUR, 2013. Disponível em: <http://www.xvenanpur.com.br/> Acesso em: 05 Jun. 2013.

BATISTA, Marinalva dos Reis. COLAVITE, Ana Paula. Manifestações da religião católica na paisagem de Campo Mourão: celebração do Corpus Christi na Igreja Nossa Senhora do Caravaggio. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS, 1. 2011, Campo Mourão. Anais...Campo Mourão: FECILCAM, 2011.

BASSUL, José Roberto. **Reforma urbana e Estatuto da Cidade**. EURE. Santiago. V. 28, n. 84, Set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&p&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 19 de Nov. 2013.

BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. A discordância dos tempos. In: BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claude (Org.). **Uma Geografia Transversal e de Travessias**. Maringá: Massoni, 2007.

BÓGUS, Lúcia M. M. **(Re)Urbanização: Por que e para quem?** São Paulo: 1987 (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1987.

CANCIAM, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense – 1990/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, p. 53-73, 2011.

CANTARI, Iracy de Lima. **O Jardim Lar Paraná no processo de expansão periférica de Campo Mourão**. 1990. Monografia (Especialização)-Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, 1990.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

⁴³ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520. 2002b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002b. 24 p.

COLAVITE, Ana Paula; BARROS, Mirian Vizintim Fernandes. Geoprocessamento aplicado a estudos do caminho de Peabiru. **Revista da ANPEGE**, São Paulo, v. 5, p. 86 - 105, 2009.

COSTA, Fábio Rodrigues da. ROCHA, Marcio Mendes. Geografia: conceitos e temas – apontamentos preliminares. **Revista GEOMAE – Geografia, Meio Ambiente e Ensino**, Campo Mourão, v. 1, n. 2, p. 25-26, 2010.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. **A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, Pr 1947 a 1982**. 2010. 640 f. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo) -Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

CORRÊA, R. L. **O espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999-2000.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **A rede urbana**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CUNHA, P. V. SMOLKA, M. Notas críticas sobre a relação entre rendas fundiárias e uso do solo. Estudos CEBRAP. Petropolis: Vozes, 1980.

DE OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 2007. Disponível em:

<http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf >. Acesso em 18 de Jan. 2014.

DA CONCEIÇÃO GOMES, Rita de Cássia; DA SILVA, Anieres Barbosa; DA SILVA, Valdenildo Pedro. Política habitacional e urbanização no Brasil. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 7, 2007.

DIAS, Edson dos Santos. **O agente fundiário na produção do espaço urbano – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte**. 1998. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

Endlich, Ângela Maria. Dinâmica demográfica e estrutura fundiária do noroeste do Paraná. In: FERREIRA, M. E. M. C. ROCHA, M. M. ENDLICH, A. M. **Apontamentos Geográficos**. Maringá: UEM-PGE, 2011. 144p.

EL-HATIB, Faissal. **História do Paraná: municípios do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

FAJARDO, Sergio. As cooperativas de cafeicultores e a modernização da agricultura no Paraná. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

FERREIRA, Daniel Albuquerque; MORA FILHO, Pedro Sergio. As Contribuições do Estudo do Caminho de Peabiru como Objetivo de Desenvolvimento do Turismo. In: ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6., Presidente Prudente. *Anais...* Presidente

Prudente: UNITOLEDO, 2010. Disponível em

<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php>> Acesso em: 07 de Jun. 2012.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções Recentes do Conceito de Lugar e sua Importância para o Mundo Contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 65-83, jul./dez., 2000.

Disponível em <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_5_ferreira.pdf> Acesso em 12 de setembro de 2011.

FERREIRA, Sandra Cristina. Dinâmica demográfica e cidades de porte médio na configuração da rede urbana do estado do paraná. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – SIMPURB, 13., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Disponível em: <<http://xiisimpurb2011.com.br>>. Acesso em: 31 de Jun. 2013.

FERREIRA, Gabriel Luis Bonora Vidrih; FERREIRA, Natália Bonora Vidrih. Direito à cidade: o papel do planejamento urbano. **Revista Argumenta**, v. 14, n. 14, p. 35-50, 2011.

FRESCA, Tania Maria. **A rede urbana no norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004. 403p.

_____. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do norte do Paraná. In: ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes. (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

FORTES, Gitânio. **25 anos na construção do futuro da cafeicultura**: a trajetória do Conselho Nacional do Café. São Paulo: Conselho Nacional do Café, 2007.

GRAZIA, Grazia de. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. **Reforma urbana e gestão democrática**: processos e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2003.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A formação Socioespacial da Região de Campo Mourão e dos Municípios de Ubatã, Campina da Lagoa, e Nova Cantu-PR. **Boletim de Geografia – UEM**, Maringá, n. 1, p. 17-27, dez. 1993. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12174/7351>>. Acesso em: 15 ago 2012.

HOLZER, Werther. Uma Discussão Fenomenológica Sobre os Conceitos de Paisagem e lugar, Território e Meio Ambiente. **Revista TERRITÓRIO**, Rio de Janeiro, n. 3, jul./dez. 1997.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTA. **Campo Mourão: 40º aniversário**. Curitiba: ITCF, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em 05 de Jun. de 2012.

_____. **Censos agropecuários 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. **Censos agropecuários 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. **Censos agropecuários 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censos agropecuários 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo industrial 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo comercial 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo industrial 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo comercial 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dados regionais**. Brasília (DF): IPEA, 2013. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 20 mar. 2013.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **La revolucion urbana**. Madrid: Ed. Alianza. 1972.

_____. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva; FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (org.) **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MARICATO, Ermínia. O Estatuto da cidade periférica. 2010. In: CARVALHO, Celso Santos. ROSSBACH, Ana Cláudia (orgs.). **O Estatuto da Cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, Csasa; SCHFFER Sueli R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 13, n. 1, p. 133-174, 2005.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

_____. Breves notícias sobre a geologia dos estados do Paraná e Santa Catarina. Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. **Brazilian Archives of Biology and Technology**, Curitiba, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-89132001000500010%094&script=sci_arttext> Acesso em: 06 nov 2012.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Capital: a critique of political economy**. Volume III. The process of capitalist production as a whole. Frederick Engels. Translated from the first German edition by Ernest Untermann. Charles h. Kerr & Company. Chicago, 1909. Disponível em: <

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action&co_autor=130 >. Acesso em 20 de novembro de 2013.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percurso – NEMO**, Maringá, v. 4, n. 2, 2012. p. 149- 171,

_____. **Entrevista semi-estruturada**: análise de objetivos e de roteiros. Pelotas: CONSAGRO, 2013. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/54941251/Est-Re-Vistas-Semi-Estruturada>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processo. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORO, Dalton Aureo. A Modernização da Agricultura Paranaense. In: VILLALOBOS, Jorge Guerra (Org.). **Geografia social e agricultura no Paraná**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá; Programa de Pós-graduação em Geografia, 2001. p. 27-60.

MOREIRA, Ruy. O Espaço e o Contra- espaço: as dimensões territoriais do sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha k. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Niterói: DP&A, 2002. p. 71-107.

MOTTA, Diana M. e AJARA, Cesar. “**Rede urbana brasileira-hierarquia das cidades**”. Curso de Gestão Urbana e de Cidade EG/FJP-WBI-PBH-ESAF-IPEA, Ago, 1999.

ONOFRE, Gisele Ramos. **Campo Mourão**: colonização, uso do solo e impactos socioambientais. 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, 2005.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PASSOS, Messias Modesto dos. **A raia divisória**: Geo-foto-grafia da raia divisória. Maringá: EDUEM, 2008. v. 3.

_____. **Introdução ao estudo de Geografia**: formação de professores – EAD. Maringá: Eduem, 2005.

PESSOA, Laura Cristina Ribeiro; BÓGUS, Lucia Maria Machado. Operações urbanas – nova forma de incorporação imobiliária: o caso das Operações Urbanas Consorciadas Faria Lima e Água Espraiada. **Cadernos Metrópole**. ISSN (impresso) 1517-2422;(eletrônico) 2236-9996, n. 20, 2008.

QUINTO JR., Luiz de Pinedo. “Nova legislação urbana e os velhos fantasmas”. In: *Revista Estudos Avançados* 17(47). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003.

REALI, Mário. ALLI, Sérgio. A cidade de Diadema e o Estatuto da Cidade. 2010. In: CARVALHO, Celso Santos. ROSSBACH, Ana Cláudia (orgs.). **O Estatuto da Cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/ret/article/viewFile/27107/18045>>. Acesso em: 18 set. 2012.

RIBEIRO, Luiz C de Q. Segregação Residencial e Políticas Públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. In: NETO, Elias Rassi; BÓGUS, Cláudia Maria. **Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada** (Org.). Brasília (DF): Organização Pan-Americana da Saúde, 2003. p. 155-180.

RODRIGUES, Rossana Lott *et. al.* Relações comerciais entre o norte paranaense e o restante do estado: os setores produtores de alimentos. **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 19, out./dez. 2009.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: PD&A, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma geografia nova**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Manual de geografia urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Valderi. **Formação histórica do território da microrregião de Campo Mourão (a origem de seus 24 municípios)**. Curitiba: CompuArt's, 1995.

SANTOS, Marcio Pereira. **O espaço humanizado, a paisagem humanizada e algumas reflexões sobre a paisagem em São Paulo no século XVIII e XIX**. 2006. 192 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS JUNIOR, Jair Elias. **A história da câmara municipal de Campo Mourão: 1947-1963**. Campo Mourão: Sisgraf, 2006.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História &**

Ciências Sociais, São Leopoldo-RS, n. 1, jul/2009. Disponível em:

<http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>.

SABOYA, Renato. **Zoneamento e planos diretor**. 2007. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2007/11/zoneamento-e-planos-diretores/>>. Acesso em 22 de jun. 2013.

SILVA, Joseli Maria. **A verticalização de Guarapuava e suas representações sociais**. 2002. 310 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Ivaneti Pereira Martins da. **Dinâmica populacional e produção do espaço de Campo Mourão – PR – a espaço temporalidade de um núcleo polarizador**. 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, 2008.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações. – investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

STECA, Lucinéia Cunha. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: Eduel, 2004. 205p.

STANZIOLA, Paulo César. **Resgate histórico do Jardim Lar Paraná**. Acervo de Imobiliária Slomp. 2006.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia Paranaense 1970-2000**. Maringá: Eduem, 2006.

TRINTIN, Jaime Graciano; GUALDA, Neio Lucio Peres; RUSSO, Letícia Xander. **As transformações recentes na agricultura paranaense em um contexto de inexistência de políticas públicas para o setor**. Disponível em: <<http://www.pce.uem.br>> Acesso em 10 de Agosto. 2013.

TÖWS, R.L.; MENDES, C.M.; SCHMIDT, L.P.; VERCEZI, J.T. Rede urbana, produção do espaço e políticas públicas: Interações espaciais entre Maringá e Guarapuava (PR) Brasil. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão, v. 2, n.(esp.1), p. 137-154, 2011.

TÖWS, Ricardo Luiz. **O Processo de verticalização de Londrina e de Maringá (PR) Brasil: o Estado e o capital imobiliário na produção do espaço**. 2010. 265 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão: centro do progresso**. Maringá: Bertoni, 1999.

VILLAÇA, Flávio. A recente urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L. B. **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1999.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp. 1999. p. 169-245.

YOKOO, Sandra Carbonera. **Anos bons e anos ruins, do ponto de vista climático, para as culturas do trigo e da soja no município de Campo Mourão-PR**. 2007. 194 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, 2007.

REFERÊNCIAS LEIS CONSULTADAS

BRASIL. Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Brasília, 1979.

CAMPO MOURÃO. Decreto-Lei n.º 2, de 13 de março de 1948. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. Para efeito da arrecadação do Imposto Territorial Urbano. 1948.

_____. Decreto-Lei n.º 03, de 14 de março de 48. Estabelece diretrizes para a construção de edifícios. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1948

_____. Decreto-Lei n.º 04 de 14 de março de 1948. Isenção do imposto predial, por quatro anos a todo edifício que for construído de acordo com as posturas municipais até a data de 31 de dezembro de 1948. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1948.

_____. Decreto-Lei N.º 15, de 28 de outubro de 1959. Isenta do Imposto Predial Urbano e respectivas taxas, durante 5 anos, para os prédios com 4 ou mais andares. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1959.

_____. Decreto-Lei n.º 46, de 03 de dezembro de 1964. Código de Posturas e Obas. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1964.

_____. Decreto-Lei 017, de 8 de setembro de 1960. Proíbe a construção de casas de madeira na 1ª zona fiscal do quadro urbano da cidade. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1960.

_____. Decreto-Lei n.º 07, de 7 de agosto de 1963. Cria a subprefeitura no bairro Lar Paraná nesta cidade. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1963.

_____. Decreto-Lei n.º 02, de 6 de abril de 1965. Revisa o limite do quadro urbano da cidade. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1965.

_____. Decreto-Lei 024, de 17 de outubro de 1968. Autorizava a contratação da firma especializada na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento de Campo Mourão. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1968.

_____. Decreto-Lei nº 89, de 30 de setembro de 1975. Estabelece normas para aprovação de arruamentos, loteamentos e desmembramentos de terrenos. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1975.

_____. Decreto-Lei nº 113, de 26 de maio de 1976. Dispõe sobre o zoneamento urbano de Campo Mourão e incorpora áreas urbanizadas que margeiam a cidade. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1976.

_____. Decreto-Lei nº 184, de 9 de julho de 1978. Autorização do convênio com a Cohapar. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1978.

_____. Decreto-Lei 0219/78, estabelece acordo com o Banco Nacional de Habitação através dos projetos Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada-CURA. Ementário da Câmara Municipal de Campo Mourão-PR. 1978.

_____. Projeto-Lei 39, de 11 de março de 1965. Revisa os limites do quadro urbano da cidade. Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico de Campo Mourão. 1964.

_____. Projeto-Lei 07, de 20 de maio de 1963. Cria a subprefeitura do Bairro Jardim Lar Paraná do município de Campo Mourão. Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico de Campo Mourão. 1963.

_____. Projeto-Lei 32, de 10 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o código de posturas e obras do município de Campo Mourão. Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico de Campo Mourão. 1964.

_____. Projeto-Lei 39, de 11 de março de 1965. Revisa os limites do quadro urbano da cidade. Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico de Campo Mourão. 1965.

_____. Projeto-Lei 32, de 10 de dezembro de 1968. Autoriza o Poder Executivo Municipal, a contratar com firma especializada, a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento de Campo Mourão. Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico de Campo Mourão. 1968.

_____. Projeto-Lei 56, de 15 de dezembro de 1969. Suspende a aprovação de loteamentos até a fixação de novos critérios pelo Plano Diretor do município de Campo Mourão. Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico de Campo Mourão. 1969.

_____. Projeto-Lei 7, de 22 de setembro de 1978. Autoriza o Poder Executivo a celebrar contrato e convênios com o Banco Habitacional de Habitação e seus agentes, para a participação do município – no Projeto CURA. Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Campo Mourão. 1978.

ENTREVISTAS

BATTILANI, Edson. **Entrevista 2 Edson Battilani**. Entrevista concedida em [mar.2013]. Entrevistador: Marinalva dos Reis Batista. Campo Mourão, 2013. 35 mim.

JACOMEL, José de Andrade. **Entrevista 3 José de Andrade Jacomel**. Entrevista concedida em [dez. 2013]. Entrevistador: Marinalva dos Reis Batista. Campo Mourão, 2013. 26 mim.

SILVA, Fernandes Renato. **Entrevista 4 Renato Fernandes Silva**. Entrevista concedida em [dez. 2013]. Entrevistador: Marinalva dos Reis Batista. Campo Mourão, 2013. 26 mim.

SLOMP, Eda. **Entrevista 1 Edna Slomp**. Entrevista concedida em [mar.2013]. Entrevistador: Marinalva dos Reis Batista. Campo Mourão, 2013. 40 mim.

OUTRAS REFERÊNCIAS

ARBORETOS. Espécies nativas do Paraná. 2013. Disponível em:

<<http://www.arboretos.cnpm.embrapa.br/experien.html>> Acesso em 23 de Nov. de 2013.

BRASIL. **Código florestal**. 1934. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/codigo-florestal>> Acesso em 20 de Jun. 2013.

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR. **Notícias de Janeiro a Dezembro de 1975**. 1975. Acervo da Biblioteca Municipal Prof. Egydio Martello do Município de Campo Mourão - PR. 2013.

KEPLER WEPER. **Institucional**. Disponível em:

<<http://www.kepler.com.br/view/pt/institucional-empresa.aspx>>. Acesso em 25 de Mar. 2013.